
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JAQUELINE DOS SANTOS OLIVEIRA

A large, abstract geometric graphic in the background, consisting of several overlapping triangles in shades of light blue and white, creating a star-like or crystalline pattern.

**OFERTA EDUCACIONAL NAS CRECHES
E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NOS
MUNICÍPIOS PAULISTAS DE 100.000 A
500.000 HABITANTES**

JAQUELINE DOS SANTOS OLIVEIRA

OFERTA EDUCACIONAL NAS CRECHES E PARCERIAS
PÚBLICO-PRIVADO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS DE
100.000 A 500.000 HABITANTES

Orientadora: Prof.^a Dr.^a RAQUEL FONTES BORGHI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de
Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro
2010

372.218 Oliveira, Jaqueline dos Santos
O48o Oferta educacional nas creches e parcerias público-privado nos
municípios paulistas de 100.000 a 5000.000 habitantes / Jaqueline dos
Santos Oliveira. - Rio Claro : [s.n.], 2010
143 f. : il., gráfs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Raquel Fontes Borghi

1. Educação pré-escolar. 2. Oferta de vagas. 3. Arranjos institucionais.
4. Parceria público-privado. 5. Fundeb. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão da minha existência pelo dom da vida, e por estar comigo em todos os momentos.

À minha querida família, pelo amor, apoio e incentivo. Agradeço por terem entendido minha escolha e acreditarem na minha vitória.

À minha orientadora professora Raquel Borghi, por gentilmente ter me aceito como orientanda, pela orientação, apoio, incentivo e amizade.

Às minhas amigas, Janaina e Ligia, pessoas especiais com as quais as trocas de angústias, dúvidas, preocupações e alegrias foram constantes, vocês fizeram e fazem parte desta conquista. Aos demais colegas de turma que fizeram parte da minha vida nestes quatro anos na Unesp.

Aos meus colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe), em especial à Denise – companheira incrível – e à Profa. Dra. Theresa Adrião.

Aos bibliotecários pelos auxílios e dedicação ao longo dos quatro anos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo financiamento a esta pesquisa.

Aos profissionais das Secretarias Municipais de Educação e das Secretarias Municipais de Finanças/ Fazenda ou Planejamento pelas informações prestadas.

A todos, o meu muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADI – Área de Desenvolvimento Infantil

Caic – Centro de Atendimento Integral à Criança

CAIS – Centro de Atenção à Inclusão Social

CEFEM – Centro de Formação dos Educadores do Município

CEIEf's – Centros de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Ceja – Centro de Educação de Jovens e Adultos

CER – Centros Educacionais e Recreativos

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CI's – Centros Infantis

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

Cier – Centro Integrado de Educação e Reabilitação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conae – Conferência Nacional de Educação

CRAEE – Centro de Recursos e Apoio à Educação Especial

DEM – Partido dos Democratas

DNCr – Departamento Nacional da Criança

EC – Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Edudatabrasil – Sistema de Estatísticas Educacionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEB – Escolas Municipais de Educação Básica

EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil

EMEIEF – Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental

EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

EMES – Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Greppe – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Ministério Público

NEIMS – Núcleos de Educação Infantil Municipais

Nudis – Núcleos de Desenvolvimento Infantil

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PDRAE – Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PDT - Partido Democrático Brasileiro

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMSV – Prefeitura Municipal de São Vicente

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PR – Partido da República

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

R.E – Rede Estadual

R.M – Rede Municipal

R.P – Rede Privada

SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária

Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados Econômicos

SECEL – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Seduc – Secretaria Municipal de Educação

Seeduc – Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul

UNESP– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Página

Gráfico 1: Situação das creches.....	112
Gráfico 2: Ano de integração das creches ao sistema de ensino.....	113
Gráfico 3: Ano de início das parcerias/convênios.....	114
Gráfico 4: Instituições parceiras.....	115
Gráfico 5: Tipo de subsídio.....	116
Gráfico 6: Justificativas para opção pelo atendimento conveniado.....	121
Gráfico 7: Matrículas municipais em creche após o Fundeb.....	124
Gráfico 8: Matrículas municipais em pré-escola após o Fundeb	124
Gráfico 9: Matrículas privadas em creche após o Fundeb.....	125
Gráfico 10: Matrículas privadas em pré-escola após o Fundeb.....	126

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 1: Matrículas na educação infantil no município de Americana (2000-2009).....	38
Tabela 2: Estabelecimentos de educação infantil em Americana (2000-2006).....	38
Tabela 3: Matrículas na educação infantil no município de Araçatuba (2000-2009).....	40
Tabela 4: Estabelecimentos de educação infantil em Araçatuba (2000-2006).....	41
Tabela 5: Matrículas na educação infantil no município de Araras (2000-2009).....	42
Tabela 6: Estabelecimentos de educação infantil em Araras (2000-2006).....	43
Tabela 7: Matrículas na educação infantil no município de Atibaia (2000-2009).....	45
Tabela 8: Estabelecimentos de educação infantil em Atibaia (2000-2006).....	45
Tabela 9: Matrículas na educação infantil no município de Cubatão (2000-2009).....	47
Tabela 10: Estabelecimentos de educação infantil em Cubatão (2000-2006).....	48
Tabela 11: Matrículas na educação infantil no município de Diadema (2000-2009).....	49
Tabela 12: Estabelecimentos de educação infantil em Diadema (2000-2006).....	50
Tabela 13: Matrículas na educação infantil no município de Embu (2000-2009).....	52
Tabela 14: Estabelecimentos de educação infantil em Embu (2000-2006).....	53
Tabela 15: Matrículas na educação infantil no município de Ferraz de Vasconcelos (2000-2009).....	54
Tabela 16: Estabelecimentos de educação infantil em Ferraz de Vasconcelos (2000-2006).....	55
Tabela 17: Matrículas na educação infantil no município de Franca (2000-2009).....	56
Tabela 18: Estabelecimentos de educação infantil em Franca (2000-2006).....	57
Tabela 19: Matrículas na educação infantil no município de Francisco Morato (2000-2009).....	59
Tabela 20: Estabelecimentos de educação infantil em Francisco Morato (2000-2006).....	60
Tabela 21: Matrículas na educação infantil no município de Franco da Rocha (2000-2009).....	61
Tabela 22: Estabelecimentos de educação infantil em Franco da Rocha (2000-2006).....	62
Tabela 23: Matrículas na educação infantil no município de Guarujá (2000-2009).....	63
Tabela 24: Estabelecimentos de educação infantil em Guarujá (2000-2006).....	64
Tabela 25: Matrículas na educação infantil no município de Hortolândia (2000-2009).....	66
Tabela 26: Estabelecimentos de educação infantil em Hortolândia (2000-2006).....	66

Tabela 27: Matrículas na educação infantil no município de Itapecerica da Serra (2000-2009).....	68
Tabela 28: Estabelecimentos de educação infantil em Itapecerica da Serra (2000-2006).....	69
Tabela 29: Matrículas na educação infantil no município de Itaquaquecetuba (2000-2009)..	70
Tabela 30: Estabelecimentos de educação infantil em Itaquaquecetuba (2000-2006).....	71
Tabela 31: Matrículas na educação infantil no município de Itu (2000-2009).....	72
Tabela 32: Estabelecimentos de educação infantil em Itu (2000-2006).....	73
Tabela 33: Matrículas na educação infantil no município de Jacaré (2000-2009).....	74
Tabela 34: Estabelecimentos de educação infantil em Jacaré (2000-2006).....	75
Tabela 35: Matrículas na educação infantil no município de Jundiaí (2000-2009).....	77
Tabela 36: Estabelecimentos de educação infantil em Jundiaí (2000-2006).....	77
Tabela 37: Matrículas na educação infantil no município de Limeira (2000-2009).....	79
Tabela 38: Estabelecimentos de educação infantil em Limeira (2000-2006).....	79
Tabela 39: Matrículas na educação infantil no município de Mauá (2000-2009).....	82
Tabela 40: Estabelecimentos de educação infantil em Mauá (2000-2006).....	82
Tabela 41: Matrículas na educação infantil no município de Mogi das Cruzes (2000-2009).....	84
Tabela 42: Estabelecimentos de educação infantil em Mogi das Cruzes (2000-2006).....	85
Tabela 43: Matrículas na educação infantil no município de Piracicaba (2000-2009).....	86
Tabela 44: Estabelecimentos de educação infantil em Piracicaba (2000-2006).....	87
Tabela 45: Matrículas na educação infantil no município de Presidente Prudente (2000-2009).....	89
Tabela 46: Estabelecimentos de educação infantil em Presidente Prudente (2000-2006).....	90
Tabela 47: Matrículas na educação infantil no município de Santa Bárbara d' Oeste (2000-2009).....	91
Tabela 48: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Bárbara d' Oeste (2000-2006).....	92
Tabela 49: Matrículas na educação infantil no município de São Caetano do Sul (2000-2009).....	94
Tabela 50: Estabelecimentos de educação infantil em São Caetano do Sul (2000-2006).....	94
Tabela 51: Matrículas na educação infantil no município de São Carlos (2000-2009).....	96
Tabela 52: Estabelecimentos de educação infantil em São Carlos (2000-2006).....	97
Tabela 53: Matrículas na educação infantil no município de São Vicente (2000-2009).....	99
Tabela 54: Estabelecimentos de educação infantil em São Vicente (2000-2006).....	99

Tabela 55: Matrículas na educação infantil no município de Sumaré (2000-2009).....	101
Tabela 56: Estabelecimentos de educação infantil em Sumaré (2000-2006).....	102
Tabela 57: Matrículas na educação infantil no município de Suzano (2000-2009).....	103
Tabela 58: Estabelecimentos de educação infantil em Suzano (2000-2006).....	104
Tabela 59: Matrículas na educação infantil no município de Taboão da Serra (2000- 2009).....	106
Tabela 60: Estabelecimentos de educação infantil em Taboão da Serra (2000-2006).....	106
Tabela 61: Tipo de subsídio e valor do <i>per capita</i> / mês.....	117

RESUMO

Este trabalho, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), identifica, caracteriza e analisa, no conjunto dos municípios paulistas de 100.000 a 500.000 habitantes, os diferentes arranjos institucionais firmados entre o Poder Público Municipal e instituições privadas para a oferta educacional em creches, bem como verificar as implicações do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - na *performance* das matrículas na educação infantil da rede pública e privada. O período considerado para o presente estudo foi entre 2000 e 2009. O início do período em 2000 se justifica pelo prazo final estabelecido pela LDB 9394/96 para integração das creches aos respectivos sistemas de ensino ser dezembro de 1999. Já o término do período em 2009 possibilita identificar alterações nas matrículas em creches após a instituição do FUNDEB. Desta forma utilizamos como procedimento teórico-metodológico o levantamento e análise bibliográfica, contatos telefônicos diretos com os gestores municipais para coletar informações sobre as parcerias, dados disponibilizados no Banco de Dados do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), *sites* oficiais dos municípios e *sites* governamentais. Constitui-se este trabalho como parte integrante da pesquisa “Oferta Educacional nas creches: Arranjos Institucionais entre o Público e o Privado” financiada pelo CNPq e coordenada pela Prof^a Dr^a Raquel Fontes Borghi. O estudo realizado nos permitiu observar diferentes arranjos institucionais entre o Poder Público Municipal com instituições privadas, sendo visível a expansão de parcerias com instituições privadas com fins lucrativos, diferenciando-se das tradicionais formas de convênios instituídos na educação infantil. Permitiu observar, também, que após a implantação do FUNDEB as matrículas em creches apresentaram crescimento constante tanto na rede municipal quanto na rede privada, já as matrículas em pré-escola municipal apresentaram queda, enquanto na rede privada apresentaram grandes oscilações e em alguns casos queda.

Palavras-chave: Educação infantil; oferta de vagas; arranjos institucionais; parceria publico - privado; FUNDEB.

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. EDUCAÇÃO INFANTIL	20
2.1 Breve histórico da Educação Infantil.....	20
2.2 Financiamento da Educação Infantil	28
3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	36
3.1 Caracterização geral	36
3.1.1 O Estado de São Paulo	36
3.2 Sobre os municípios selecionados	36
4. ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS NO CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS	108
4.1 Análise dos dados gerais dos municípios	108
4.2 Convênio: instrumento legal que regula as parcerias	108
4.3 Ano de integração das creches ao sistema municipal/estadual de ensino.....	111
4.4 Análise do ano de início das parcerias/convênios	113
4.5 Análise do tipo e número de instituições conveniadas	115
4.6 Análise do formato dos subsídios: tipo e valores	116
4.7 Análise das justificativas municipais.....	120
4.8 Análise das Matrículas após implantação do Fundeb.....	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), teve como objetivo identificar, caracterizar e analisar, no conjunto dos municípios paulistas de 100.000 a 500.000 habitantes, os diferentes arranjos institucionais firmados entre o Poder Público Municipal e instituições privadas para a oferta educacional em creches, bem como verificar as possíveis alterações após a implantação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – em matrículas da educação infantil. A análise abrangeu a série-histórica de 2000 a 2009. O início do período em 2000 se justifica pelo prazo final estabelecido pela LDB nº 9394/96 para integração das creches no sistema educacional, já o término do período em 2009 possibilita identificar alterações nas matrículas após a implantação do FUNDEB. Para os dados sobre estabelecimentos de ensino, o período compreendeu 2000 a 2006, pois não conseguimos dados referentes a 2007 e 2008, e no ano de 2009 os dados não separavam em estabelecimentos com creches e pré-escolas.

Este trabalho é parte integrante da pesquisa “Oferta Educacional nas creches: Arranjos Institucionais entre o Público e o Privado” coordenado pela Prof.^a Dr.^a Raquel Fontes Borghi, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo que essa dá continuidade à pesquisa interinstitucional “Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica: Análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”¹.

Nosso foco de estudo recaiu sobre a modalidade de parceria: oferta de vagas na educação infantil por instituições privadas subvencionadas pelo Poder Público, pois a pesquisa interinstitucional identificou um grande número de municípios com convênios, e os casos estudados evidenciaram diferentes arranjos entre a esfera pública e instituições privadas tanto *stricto sensu* como do chamado “terceiro setor”. De acordo com o Banco de Dados resultante da pesquisa acima citada, dos 645 municípios paulistas, 138 declararam ter parceria para oferta de vagas na educação infantil. Destes 138 municípios, selecionamos para estudo os municípios que apresentam de 100.000 a 500.000 habitantes, em um total de 30 municípios que apresentam parceria.

Neste trabalho optamos por denominar **creche conveniada** todas as modalidades de instituições educacionais subvencionadas pelo poder público, tendo em vista ser o convênio o instrumento legal adotado para formalização desta parceria. O termo parceria, aqui adotado, designa os acordos formalmente firmados pelo poder público com setores da iniciativa privada (BEZERRA, 2008).

A pesquisa interinstitucional citada identificou novos arranjos institucionais entre o público e o privado para a oferta educacional. Como exemplo destes novos arranjos podemos citar o Programa Bolsa Creche – existente nos municípios de Piracicaba e Hortolândia – que consiste em um formato de financiamento adotado para ampliação da oferta de vagas na educação infantil. Este modelo inova em relação ao modelo tradicional, pois há uma subvenção de recursos públicos à iniciativa privada *stricto sensu*, que se dá a partir do repasse de recursos considerando um valor *per capita* para cada aluno atendido gratuitamente pela instituição privada. (DOMICIANO; ADRIÃO, 2005; DOMICIANO, 2009).

No que diz respeito ao atendimento à infância, no Brasil como em muitos países esse teve seu início marcado pela idéia de “assistência” e “amparo” aos pobres e “necessitados”, e durante muito tempo o atendimento a esta etapa esteve vinculado a associações filantrópicas ou a órgãos de assistência e bem-estar social, e não aos órgãos educacionais, sendo historicamente os serviços prestados pelas instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade marcado pela precariedade (CORREIA, 2007). A partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) a educação infantil é concebida como um dever do Estado e um direito de todas as crianças de 0 a 6 anos² fruto, entre outros, dos avanços científicos da teoria educacional e dos movimentos sociais das mulheres.

Para Campos (1998) as mudanças na legislação que incidem sobre a educação, desde a promulgação da nova Constituição em 1988, representaram para a educação infantil, a conquista de uma legitimidade legal obtida com atraso em relação à situação de fato existente. Segundo a autora desde meados da década de 1970, o país assistiu a uma expressiva expansão do atendimento às crianças menores de 7 anos, por meio de várias modalidades de serviços, tanto privados como governamentais e comunitários. Essa expansão ocorreu de forma um tanto caótica, oferecendo serviços de qualidade muito variável aos diversos grupos da

¹ Pesquisa financiada pela Fapesp e coordenada pela Prof.^a Dr.^a Theresa Adrião.

² Conforme a Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 e, posteriormente, pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a educação infantil não atenderá mais às crianças com 6 anos de idade, conforme previa o texto original da Lei nº 9.394 /96 (LDB). A partir de agora a educação infantil atenderá às crianças entre 0 e 5 anos, passando a ser matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir dos 6 anos.

população, sendo a educação infantil uma das áreas da educação nas quais as mudanças legais foram as mais profundas. (CAMPOS, 1998).

Segundo Borghi (2009) o atendimento em creches tem o seu início a partir não só de iniciativas do poder público, mas também das próprias comunidades, principalmente em instituições comunitárias, filantrópicas e assistenciais. Essas instituições privadas receberam subsídios públicos, razão pela qual o Estado, ou a ausência deste na oferta dessa política, aparece, desde sempre, como indutor da proliferação de convênios entre a esfera pública e a privada. Esse formato de oferta implicava ou na total ausência de atendimento público à faixa etária ou na coexistência de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos subsidiadas por recursos públicos. Destaca-se ainda a vigência de creches privadas particulares as quais são financiadas exclusivamente pelas famílias. (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009).

Neste cenário, várias são as experiências de programas municipais de apoio e financiamento às iniciativas privadas – comunitárias, filantrópicas, e confessionais. Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo são alguns exemplos de grandes cidades que mantêm parceria com instituições da sociedade civil, mediante convênios firmados entre o Executivo municipal e entidades mantenedoras das instituições privadas. O objetivo é oferecer educação infantil gratuita em espaços privados, para o que se compromete o poder público a financiar parte ou a totalidade do custo desse atendimento. Por essa razão, entende-se que, no caso da creche há uma construção histórica da relação público-privado pela qual se naturalizou o repasse de recursos públicos para instituições sem fins lucrativos. (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009).

Assim, a origem das creches conveniadas, que em sua grande maioria se estabelecem a partir de iniciativas comunitárias para a expansão do atendimento à criança pequena das camadas populares, pode explicar o fato de tais instituições serem marcadas pela precariedade de infra-estrutura, de pessoal, de condições de trabalho e de atendimento. Os trabalhos de Cruz (2001) em Fortaleza, Susin (2008) em Porto Alegre e Costa (2005) no Rio de Janeiro evidenciam as deficiências das instituições privadas sem fins lucrativos responsáveis pela oferta educacional da criança pequena.

Para além dos tradicionais convênios do Poder Público municipal com instituições sem fins lucrativos para o atendimento em creches, o fato é que novos arranjos vem se multiplicando e se firmando.

Consideramos que a ampliação de parcerias entre o poder público e instituições privadas foi incentivada pelo contido no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995. Tal Plano marca o início de uma reforma do Estado como resposta a uma

suposta crise de eficácia da administração pública e propõe a adoção da administração gerencial (BRESSER-PEREIRA, 2000).

Consideramos, também, que a tendência de consolidação de parcerias/convênios entre municípios paulistas e a iniciativa privada venha sendo induzida pelos processos de descentralização da educação pública paulista, cuja principal medida foi a municipalização do ensino fundamental introduzida no Estado de São Paulo a partir, principalmente de 1996 (ADRIÃO; BORGHI, 2008).

Justificativas como maior eficiência, participação, controle social e menor custos são utilizadas a favor das parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. No entanto, tais parcerias também podem ser consideradas estratégias para driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal e o limite de gastos com pessoal nela estabelecido, bem como ampliar espaços de atuação e lucro do setor privado. Os serviços sociais são atualmente considerados uma área em expansão na qual lucros consideráveis podem ser obtidos (BORGHI, 2009; DOMICIANO, 2009).

Considera-se que as atuais relações entre as esferas pública e privada na oferta da educação infantil, com suas continuidades e rupturas, representam uma tendência à privatização “entendida em sentido amplo, de modo a abranger a todos os institutos de que o Estado vem lançando mão para diminuir o seu aparelhamento administrativo, o seu quadro de pessoal, o regime jurídico administrativo a que se sujeita” (DI PIETRO, 2005, p. s/n). Dessa forma, a consolidação da tradicional relação entre as esferas pública e privada para a oferta da educação infantil, seus novos contornos e incentivos fazem ressurgir as discussões sobre o público, o privado e o estatal.

Para Bresser-Pereira (2008) há uma diferenciação entre os conceitos de público e privado. Para ele existem quatro tipos distintos de propriedade e organização: propriedade estatal, propriedade pública não-estatal, propriedade corporativa e propriedade privada. Segundo Bresser-Pereira a distinção entre público e privado não se baseia no tipo de lei a que a organização está sujeita e sim aos objetivos da organização: se o objetivo for o lucro, trata-se de uma organização privada; se for o interesse público, trata-se de uma organização pública; se for a defesa dos interesses de grupos, trata-se de uma organização corporativa.

É exatamente a concepção de organização pública como sendo aquela marcada pelo interesse público que justifica os atuais arranjos entre o poder público e instituições privadas – inclusive com fins lucrativos – para a ampliação da oferta educacional em creches. Em estudo de caso realizado no município de Piracicaba, Dominicano (2009) constatou que as matrículas das instituições privadas que fazem parte do programa Bolsa Creche, passaram no ano de

2006, a ser contabilizadas como matrículas da rede pública municipal. Ela afirma que, diante da contradição gerada pelo Fundeb, qual seja, a possibilidade do município angariar recursos do fundo com as escolas conveniadas, contra a impossibilidade de recebê-los sendo os estabelecimentos privados em sentido estrito, a melhor estratégia parece ser a de transformar matrículas privadas dos convênios em matrículas públicas.

No que se refere à ampliação da oferta de educação infantil, pode-se dizer que em contraposição aos avanços legais referentes à assunção pelo Estado da oferta de educação infantil, a prática tradicional dos convênios/parcerias entre o poder público municipal e as chamadas creches conveniadas vem se mantendo. A municipalização do ensino fundamental decorrente, principalmente, da criação do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (ARELARO, 1999; BORGHI, 2000) - e a conseqüente prioridade dada pelos municípios ao ensino fundamental contribuiu, em São Paulo, para reforçar o tradicional atendimento da educação infantil realizado por instituições privadas em convênios com as prefeituras. (DOMICIANO, ADRIÃO, 2005; ARELARO, 2008). Isto porque, em um contexto municipal de ampliação de responsabilidades e demandas, a busca de parcerias com o setor privado tornou-se uma das estratégias adotadas pelos municípios.

Acredita-se, como Costa (2005), que há diferenças entre o modelo de creches conveniadas que adquiriu a denominação genérica de “escolas comunitárias” e as propostas agora apresentadas. Segundo Costa (2005), no final da década de 1970 e início da década de 1980, esse modelo surgiu a partir de duas motivações distintas – primeiro, o discurso anti-escolar promovido por intelectuais e políticos que sustentava a criação de alternativas aos sistemas escolares oficiais. Segundo,

[...] agências internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), associações religiosas, entidades filantrópicas e agências internas a máquinas estatais estimulavam um certo tipo de comunitarismo como forma de expandir o atendimento educacional a setores excluídos do acesso a ele (COSTA, 2005, p.17).

No primeiro caso, observa-se a constituição de convênios com instituições filantrópicas e/ou assistenciais para dar conta do atendimento das crianças pequenas.

No segundo caso, outros arranjos vêm sendo observados – como o estímulo à ampliação de parcerias público-privado e participação da sociedade civil no atendimento dessa etapa de ensino. Passa-se das instituições consideradas legalmente “privadas sem fins lucrativos” para instituições consideradas “públicas não-estatais” - o que corresponde à

subvenção, pelas prefeituras, de vagas em instituições privadas *stricto sensu*, como o observado no Programa Bolsa Creche citado anteriormente.

A partir do que foi explicitado, considera-se que a criação do Fundeb³, deverá contribuir para a consolidação e aprofundamento da tradição de convênios e parcerias entre o setor público e o privado na oferta de educação infantil, como já afirmaram Pinto (2007) e Arelaro (2008).

Para identificação e análise dos novos arranjos a realização da pesquisa deu-se, no primeiro momento, por meio de levantamento e análise bibliográfica que tratavam, direta ou indiretamente, da temática, da qual constituiu fonte teórica, possibilitando fundamentar a análise dos dados obtidos que se deu de forma qualitativa, buscando identificar tendências. A abordagem qualitativa de pesquisa, segundo Lüdke e André (1986) “[...] é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.” (p.18).

No segundo momento ocorreu o levantamento, a organização e análise das informações sobre os 30 municípios paulistas⁴ selecionados (Municípios de 100.000 a 500.000 habitantes: Americana, Araçatuba, Araras, Atibaia, Cubatão, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Franca, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarujá, Hortolândia, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Itu, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Mauá, Moji das Cruzes, Piracicaba, Presidente Prudente, Santa Bárbara d’ Oeste, São Caetano do Sul, São Carlos, São Vicente, Sumaré, Suzano e Taboão da Serra) a partir de contatos telefônicos diretos com os secretários municipais de educação e/ou coordenadores/supervisores de educação infantil, para os quais enviamos ofícios de solicitação (via *e-mail* ou fax) para autorização das informações prestadas. Em alguns municípios contatamos as Secretarias Municipais de Finanças e/ou da Fazenda/ Planejamento.

³ Em 2006 foi aprovada a Emenda Constitucional n. 53, criando o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. A proposta de Emenda Constitucional para sua criação PEC 415/05 previa a exclusão do financiamento das creches violando a universalidade do exercício do direito à educação. Depois de muita negociação entre representantes da sociedade civil, MEC e Ministério da Fazenda, as creches foram incluídas no FUNDEB.

⁴ Os 645 municípios paulistas foram primeiramente contatados via contato telefônico direto com gestores municipais pela equipe do projeto “Estratégias Municipais para oferta da Educação Básica: Análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo” para a construção do Banco de Dados. Os contatos buscavam identificar algum tipo de parceria entre o poder público e a esfera privada relacionada à oferta ou a gestão educacional. Nos casos afirmativos foram levantadas as seguintes informações: Período da parceria (ano de início e ano de término), Tipo de instituição privada com qual se firmou a parceria, Modalidade da parceria (aquisição de material apostilado ou sistema de ensino apostilado; oferecimento de vagas em instituições privadas *stricto sensu*, Oscips ou outras; contratação de assessorias privadas na área de Gestão Educacional; Outras que não se encaixam nas descrições anteriores (ADRIÃO, 2007).

Para complementar as informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa utilizamos dados disponibilizados no Banco de Dados do GREPPE, nos *sites* oficiais dos municípios e nos *sites* governamentais.

O trabalho aqui apresentado está dividido em cinco partes: esta introdução; o primeiro capítulo, no qual apresentamos o histórico da educação infantil; o segundo capítulo, no qual caracterizamos os municípios, a situação da educação infantil em cada município e os convênios; o terceiro capítulo, no qual tem-se as análises das tendências encontradas, e por fim, tem-se as considerações finais onde apresentamos uma análise geral da pesquisa.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Breve histórico da Educação Infantil

Tendo em vista a constatação da importância do atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos, somos levados a recuperar a história da educação infantil no Brasil ainda que de forma geral, para ver como se deu a mesma ao longo dos anos.

Segundo Kramer⁵ (1992), do descobrimento do país até 1874 pouco se fazia no Brasil pela infância, tanto do ponto de vista da proteção jurídica quanto das alternativas de atendimento existentes. No período de 1874 a 1889, há a existência de projetos que tratam do atendimento a crianças elaborados por grupos particulares, em especial médicos, mas que não eram concretizados. Já durante as primeiras duas décadas do século XX várias instituições foram fundadas e diversas leis promulgadas, visando atender à criança.

Kramer (1992) aponta que “As primeiras iniciativas voltadas à criança partiram de higienistas e se dirigiram contra a alarmante mortalidade infantil [...]” (p.49). Sendo que os poucos projetos desenvolvidos durante o período de 1874 a 1889 tinham um caráter preconceituoso e valorizavam diferentemente as crianças negras e as da elite.

A autora mostra que, ainda que existissem algumas alternativas provenientes de grupos privados, como conjunto de médicos e associações de damas beneficentes, faltava o interesse da administração pública pelas condições da criança, principalmente a pobre. “A idéia de proteger a infância começava a despertar, mas o atendimento se restringia a iniciativas isoladas que tinham, portanto, um caráter isolado”. (KRAMER, 1992, p.50). Observa-se o início da valorização da infância e a necessidade de atendê-la, entretanto esse atendimento tinha apenas caráter médico-sanitário.

Segundo Corrêa (2007) as instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade ao longo da história educacional brasileira, de um modo geral, apresentam serviços que variaram sempre entre precário e péssimo quando destinados a população de mais baixa renda. No Brasil, assim como em muitos países, o atendimento à infância teve seu início

⁵ Os dados sistematizados apresentados por Kramer (1992) foram baseados no livro “Histórico da proteção à infância no Brasil, 1500-1922” de Arthur Mancorvo Filho de 1926.

marcado pela idéia de “assistência” ou “amparo” aos pobres e “necessitados”, “[...] daí as creches, por exemplo, terem estado por tanto tempo vinculadas a associações filantrópicas ou aos órgãos de assistência e bem-estar social, e não aos órgãos educacionais nas diferentes esferas administrativas do país.” (p.15).

Dessa forma podemos ver que o atendimento em creches tem o seu início a partir de iniciativas não só do poder público, mas também das próprias comunidades para o atendimento de suas necessidades. Foi principalmente em instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais que esse atendimento se estabeleceu no Brasil.

Corrêa (2007) destaca que

De um modo geral, as creches se caracterizaram pelo atendimento às crianças mais novas – 0 a 3 anos-, embora muitas também atendessem à faixa dos 4 aos 6, em período integral ou parcial [...]. Já os jardins de infância e as pré-escolas voltaram-se para a faixa dos 3 ou 4 a 6 anos e vincularam-se desde o seu início aos órgão ou sistemas educacionais – embora também tenham sido oferecidas por igrejas e associações filantrópicas. (p.15)

Kuhlmann Júnior (1999) declara que “Do ponto de vista da interpretação histórica, a fragilidade da corriqueira e já tradicional polarização entre assistência e educação tem sido superada.” (p.52). Para o autor

Desde o século passado tornou-se recorrente atribuir às instituições de educação infantil a iminência de atingir a condição de educacionais – como se não houvessem sido até então. Muitas vezes como forma de justificar novas propostas que, por sua vez, não chegavam a alterar significativamente as características próprias da concepção educacional assistencialista. (KUHLMANN, 1999, p.53).

Para Kuhlmann Júnior (1999) o que diferencia as instituições não são as origens nem a ausência de propósitos educativos, mas o público e a faixa etária atendida. É a origem social e não institucional que inspirou objetivos educacionais diversos. O que também é aceito por Corrêa (2007), como podemos observar: “[...] o fato de uma [*creche*] vincular-se a órgãos assistenciais e as outras duas [*jardins* e *pré-escolas*] vincularem-se à educação não implica afirmar que a primeira seria 'assistencial/assistencialista' e as demais educacionais” (p.15), pois todas as instituições de educação infantil (creches, jardins ou pré-escolas) sempre tiveram e têm “[...] um projeto educacional, fosse ele voltado para a submissão ou para o atendimento e formação das camadas médias ou da elite nacional.” (CORRÊA, 2007, p.15). Como explicita Nascimento (1999) “a única diferença apontada pela Lei entre a creche e a

pré-escola diz respeito à faixa etária: 'creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade' e 'pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade'". (p.105).

Em 1899 fora criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, que entre outros objetivos visava atender os menores de oito anos, criar maternidades, creches e jardins de infância. Já em 1919, por iniciativa da equipe fundadora do Instituto fora criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade caberia ao Estado, entretanto o mesmo não recebeu qualquer auxílio do Estado ou da municipalidade. Até meados da década de 1920 a assistência à infância vinha-se dando através de instituições particulares. (KRAMER, 1992).

Na passagem do século XIX para o século XX a escola elementar era ainda um privilégio da elite e as dispersas medidas voltadas às crianças de 0 a 6 anos eram iniciativas de grupos beneficentes de sanitaristas e filantropos, com caráter médico. Nas décadas de 1920 e 1930 as iniciativas voltadas para a primeira infância continuavam a ter caráter apenas médico e o Estado não assumia, ainda, a educação infantil como sua responsabilidade. No Estado Novo, o cenário nacional estava mergulhado na repressão e no fechamento político, sofrendo a população as conseqüências de um Estado que pretendia ser forte, assim, no âmbito das políticas públicas direcionadas à infância, o Estado criara muitas instituições, mas mantinha-se a ênfase no atendimento médico, acrescido de caráter assistencial. (KRAMER, 1992).

No período de democratização vivido pós Segunda Guerra (1939-1945), a industrialização e o crescimento econômico insurgiam, no campo político encontrava-se intenso movimento pela Constituição de 64, e na educação eclodia a defesa da escola pública. Em 1961, as intensas lutas acabaram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) “[...] com amplas vantagens para o setor privado, entre elas a subvenção de escolas particulares com recursos públicos [...]” (p.121). Já nas iniciativas voltadas às crianças de 0 a 6 anos no Brasil predominavam, ainda as tendências médica, alimentar e assistencial. Nesse cenário “A 'ajuda internacional' de organismos como UNICEF se aliava à criação da LBA e de órgãos vinculados à iniciativa privada, como a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar. Entretanto, o Estado não cogitava de educação ao falar da criança pequena.” (KRAMER, 1992, p. 121).

Em 1940, fora criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr) vinculado ao Ministério da Saúde e destinado a coordenar as atividades nacionais relacionadas à proteção da infância, da maternidade e da adolescência. O Departamento dirigiu-se à assistência médico-higiênica, principalmente a partir de 1948. Em termos de assistência educacional foi

criado o Programa de Proteção ao Pré-Escolar, pelo qual o Departamento Nacional da Criança pretendia criar Centros de Recreação, em áreas anexas às igrejas do país. A recreação era considerada a arma principal na luta contra atitudes anti-sociais. Durante a década de 1960 houve um enfraquecimento e um desmembramento de toda a estrutura do Departamento Nacional da Criança, sendo seus serviços absorvidos pelo Ministério da Saúde. (KRAMER, 1992).

Na década de 1960 no que diz respeito às crianças de 0 a 6 anos, o Estado começava a manifestar sua preocupação com o caráter educativo das relações a elas dirigidos, entretanto “a pré-escola era proposta como uma espécie de vacina contra o fracasso escolar!” (KRAMER, 1992, p.122).

Em 1976 foi implantado o Projeto Casulo – programa de educação pré-escolar de massa - pela Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão federal de assistência social. A LBA havia sido criada em 1942, associada ao esforço de guerra, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias. Considerada como criadora e criatura do serviço social no Brasil, a LBA desenvolveu, até a implantação do Projeto Casulo, uma série de programas destinados à maternidade e à infância, localizados, não extensivos, com base no voluntariado. (ROSEMBERG, 1997).

Segundo Rosenberg (1997), o Projeto Casulo foi o primeiro programa brasileiro de educação infantil de massa, implantado pela LBA. Para a autora o modelo de uma pré-escola brasileira de massa, desempenhando também função de assistência, foi introduzido no Brasil sob influência de propostas divulgadas pelas organizações governamentais, em especial a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Barreto (2003) explicita que o Projeto teve significativa expansão na década de 1980, “[...] sendo operacionalizado por meio de convênios com instituições privadas ou com prefeituras que mantinham crianças de baixa renda em creches e pré-escolas.” (p.56).

No que diz respeito a órgãos internacionais que influenciam a política educacional nacional Rosenberg (1997) aponta que:

O UNICEF, como qualquer organização vem reformulando os princípios que orientam suas propostas e ações. Durante as décadas de 50 e 60 foram lançadas as bases conceituais que informaram o modelo de educação infantil propagado em diversos países, inclusive no Brasil. Dentre as diversas orientações do período [...] destaco três: a ênfase na participação da comunidade como estratégia para implantação da política social destinada à infância pobre; a estratégia de atuar junto aos governos nacionais; sua entrada na área da educação. (p.148)

Essa ênfase na participação da comunidade explicita a expansão das creches comunitárias típicas dos anos 1970-80 que Costa (2005) aponta terem sido motivadas por agências internacionais como forma de expandir o atendimento educacional a setores excluídos do acesso a ele.

Para Rosemberg (1997) foram estes projetos, essencialmente as ações federais, responsáveis pela grande expansão da educação infantil no país durante os anos 1980, adotando um modelo de baixo custo e empobrecido. Ainda na década de 1980, com o processo de abertura política, ecoou no parlamento, no bojo da ampla discussão sobre os direitos da infância e da adolescência, a luta por creches e pré-escolas como direito de todos. Em 1981 foi lançado o Programa Nacional de Educação Pré-escolar pelo MEC. (KRAMER, 1992).

Para Corrêa (2007) até a década de 1970 a oferta de educação infantil deu-se de forma tímida, a partir desse período ela começou a expandir-se de modo acentuado. A expansão na oferta de creches e pré-escolas deu-se, em função da pressão da demanda, exercida principalmente por movimentos organizados da sociedade civil e porque o governo militar que governava o país na época temia uma explosão das camadas populares, dado o nível de pobreza que se acentuava.

Um aspecto importante apontado por Faria (1999) é que “Com o aumento significativo destas instituições, produto da luta feminista e da luta contra a ditadura militar, aumentam também os estudos, pesquisas, artigos, etc. sobre o tema, nas mais diferentes abordagens e recortes [...]” (FARIA 1999, p.80). A partir de então, observa-se um olhar mais atento às crianças pequenas.

De maneira geral no que se refere a história do atendimento à criança de 0 a 6 anos no Brasil, Kramer (2006) aponta que a “Saúde, assistência e educação não se articularam ao longo da história; ao contrário, o atendimento ramificou-se, sem que uma das esferas se considere responsável”. (p.800). A autora aponta ainda, que se tratando de órgãos de caráter educativo em nível nacional, a educação infantil só recebeu atenção do governo federal, em 1974 com a criação da Coordenação de Educação Pré-Escolar no Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O crescimento da educação infantil nas últimas décadas pode ser explicado por alguns fatores, podemos citar a urbanização, a industrialização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as modificações na organização e estrutura da família contemporânea, demandando na instalação de instituições para o cuidado e a educação das crianças. Por outro lado, também motivaram a expansão da área, o reconhecimento, pela sociedade, da

importância das experiências da infância para o desenvolvimento da criança e as conquistas sociais dos movimentos pelos direitos da criança, entre elas, o acesso à educação nos primeiros anos de vida. (BARRETO, 1998).

O atendimento à criança pequena, como já salientamos, teve um caráter predominante ou exclusivamente assistencial não sendo concebido legalmente como atividade de natureza educacional até a Constituição Federal de 1988 (CF/88). Com a aprovação da Constituição Federal a educação infantil adquiriu novos contornos. Aprovada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal inscreveu pela primeira vez a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. Em seu art. 208 a CF/88 reconhece a criança pequena como cidadã e portadora de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 é outro instrumento legal que reafirma o dever do Estado em assegurar o atendimento da criança pequena em creche e pré-escola.

De acordo com a CF/88, a divisão de responsabilidades com relação à educação, se organiza, em relação aos municípios, da seguinte forma:

Art. 211º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.
(BRASIL, 1988).

Respalhada pela nova Constituição, a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reconheceu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Conforme o artigo 29 da LDB

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.(BRASIL,1996)

É importante salientar que, embora tanto a LDB quanto a Constituição coloquem na esfera municipal a prioridade da responsabilidade pela oferta da educação infantil, em ambas fica evidente que União e estados também têm responsabilidades na área. (BARRETO, 1998).

A LDB dividiu a educação infantil em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 6 anos) e estabeleceu em seu artigo 89 um prazo de três anos a contar de 1996 para que todas as creches fossem integradas aos respectivos sistemas de ensino.

Para Nascimento (1999) é importante se preocupar com essa questão, pois conforme apresenta a autora:

Outro aspecto da LDB que nos preocupa é o definido pelo Art. 89. Trata-se da integração de creches e pré-escolas, no prazo de três anos, aos respectivos sistemas de ensino municipais. Do ponto de vista da pressão para que o poder municipal assuma a fiscalização da Educação Infantil e que ela se torne efetivamente parte do sistema de ensino, a medida é positiva e pertinente. Por outro lado, ela cria outros complicadores que corroboram com a tese aqui esboçada da ênfase na escolarização” (NASCIMENTO, 1999, p. 109).

Nascimento aponta a importância da inclusão das creches e pré-escolas nos sistemas de ensino, mas preocupa-se com o fato de que essa medida possa enfatizar o processo de escolarização. Em relação à inclusão das creches nos sistemas de ensino, conforme dados que serão apresentados no próximo capítulo, ainda em 2010 há municípios nos quais as creches não foram integradas aos sistemas de ensino.

Ainda no que se refere a tal integração, Kuhlmann (1999) aponta:

A vinculação de creches e pré-escolas ao nosso sistema educacional representa uma conquista do ponto de vista da superação de uma situação administrativa que mantinha um segmento de instituições educacionais específico para os pobres, segregado do ensino regular, com todo o peso dos preconceitos relacionados a isso. (KUHLMANN, 1999, p.55).

Para Campos (1999) a Constituição e a nova LDB prescrevem: “a educação infantil é um direito das crianças, embora não seja obrigatória, e a creche faz parte da educação básica, assim como a pré-escola, o ensino fundamental e médio”.(p. s/n).

Segundo Barreto (1998), é com a LDB de 1996 que a expressão "educação infantil" aparece pela primeira vez na lei nacional de educação, pois até então era utilizada a expressão “pré-escolar”, recebendo um destaque inexistente nas legislações anteriores, sendo tratada em uma seção específica.

Para Fullgraf (2008), a agregação da educação infantil como primeira etapa da educação básica pela legislação estabeleceu claramente a responsabilidade do setor público com respeito à oferta e garantia de vagas e determinou que os municípios devem atender prioritariamente a educação infantil e o ensino fundamental. Nesse sentido é que a expansão de parcerias público-privado para oferta de vagas na educação infantil vem caminhando a passos largos, pois os municípios na intenção de atender a demanda de educação infantil existente, de forma “rápida”, encontram em tais parcerias a “solução” para tal impasse.

No que se refere ao caráter das instituições de educação infantil, as mesmas podem ser públicas ou privadas, Conforme a LDB, Art. 19, inciso I e II:

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (BRASIL, 1996).

Pelo Art. 20 da Lei nº 9394/96 as instituições privadas de ensino são divididas em três categorias:

- I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III - Confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV – filantrópicas, na forma da lei (BRASIL, 1996).

São esses tipos de instituições públicas e privadas que atendem a educação infantil no país. Assim sendo, neste texto entendemos por escolas privadas todas as que não são de propriedade do Poder Estatal (federal, estadual, municipal): tanto as privadas com objetivos declaradamente empresariais (lucrativos) quanto as confessionais, comunitárias e filantrópicas, que alegam não ter fins lucrativos (DAVIES, 2002).

Ainda no campo legislativo, uma alteração legal que diz respeito à educação infantil é a Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, do qual o Art. 6º da LDB passou a ter a seguinte redação: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental”, e em 2006 foi instituído o ensino fundamental obrigatório com duração de nove anos, pela Lei nº 11.274.

Mais recentemente temos a aprovação da EC nº 59 de 11 de novembro de 2009, que prescreve a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos, tendo o Poder Público até 2016 para a sua implantação. Essa mesma emenda altera o parágrafo 3º do Art. 212 da CF/88, que passa a vigorar com a seguinte redação: “§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.”(NR)” (BRASIL, 2009). Pelo disposto, acredita-se que nos próximos anos haverá uma demanda crescente por educação infantil, já que o ensino passa a ser obrigatório a partir dos quatros anos de idade, o que fará com que os municípios ampliem suas redes. Importante também é que o §3º aponta para a necessidade de recursos que assegurem o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, levando em conta a universalização,

garantia do padrão de qualidade e equidade, daí também a provável ampliação de parcerias/convênios.

É importante salientar também como explicitam Guimarães e Pinto (2001) que

A legislação prevê ainda todo um conjunto de medidas relacionadas com as condições de funcionamento, regime de trabalho, qualificação dos profissionais, formas de vinculação ao sistema de ensino local e outras, de natureza pedagógica [...] Basta, por enquanto, a constatação das variadas formas de intervenção, possíveis a partir de uma interpretação positiva dos textos legais disponíveis, criatividade e vontade política para executar políticas sociais mais justas ou que, no mínimo, signifiquem o cumprimento da própria lei. (p.95)

No que diz respeito ao atendimento educacional à criança pequena, Campos, Fullgraf e Wiggers (2006) apontam em seus estudos que ainda existem sérios problemas de qualidade nos diversos tipos de atendimento (creches e pré-escolas) em diferentes regiões do país.

Segundo Palhares e Martinez (1999) a inserção das crianças pequenas em um projeto de educação que as contempla em sua diversidade sócio-cultural e racial, a partir de 1994 consistia, e ainda consiste, em um grande desafio para a educação infantil. Para Fullgraf (2008) a educação infantil vive momentos complexos de adaptação às novas diretrizes, assim como enfrenta inúmeros desafios. Barreto (1998) explicita que esses desafios podem ser resumidos em duas grandes questões: a do acesso e a da qualidade do atendimento.

Entendemos que o financiamento da educação infantil está intimamente atrelado a essas duas questões, sendo um dos meios para superar os desafios, garantindo que os recursos destinados à educação infantil sejam mesmo empregados com esta finalidade.

2.2 Financiamento da educação infantil

Ao se discutir atendimento educacional surge também a necessidade de discutir os recursos destinados para manutenção do mesmo, neste caso nos atentaremos para a questão do financiamento à educação infantil no país, ainda que como aponta Guimarães e Pinto (2001) seja “[...] comprovada a escassez de pesquisas específicas sobre o financiamento desse segmento da educação[...]” (p.92).

Segundo Cury (1998) antes da CF/88 a questão da fase da vida infantil era tomada sob a figura do “Amparo” e da “Assistência”, dessa forma as expressões que apareciam no corpo das legislações eram o silêncio ou, no caso da Constituição de 1946, a expressão utilizada era assistência.

Segundo o autor, somente com a Constituição Federal de 67 e da Junta Militar de 69 se introduz, pela primeira vez, a noção de que uma lei própria providenciará a Assistência à Infância. Mas continua havendo a figura da Assistência e do Amparo, agora na forma de uma lei, e não simplesmente de uma forma genérica, feita por meio de qualquer tipo de instrumento. Já a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei nº 4.024/61) terá referência muito discreta com relação à Educação Infantil, considerando-a dentro do Grau Primário (distinção da Educação Pré-Escolar e Ensino Primário). A mesma previa também que as empresas que empregavam mães com filhos menores de sete anos deveriam organizar ou manter, diretamente ou em cooperação com os poderes públicos, educação que preceda o ensino de 1º grau. (CURY, 1998).

A Lei nº 5.692/71 mantém o que a nº 4.024/61 já determinava e reforça que as empresas organizassem e mantivessem toda essa ligação com as mães trabalhadoras que tivessem filhos menores de sete anos. (CURY, 1998).

Por ser considerada como amparo e não como direito é que o financiamento educacional não contemplava a educação infantil, isso só vem a mudar com a CF/88. Para Cury (1998) a CF/88 incorporou em si algo que estava presente no movimento da sociedade e que advinha do esclarecimento e da importância que já se atribuía à Educação Infantil. “Ela não incorporou esta necessidade sob o signo do Amparo ou da Assistência, mas sob o signo do Direito, e não mais sob o Amparo do cuidado do Estado, mas sob a figura do Dever do Estado.” (CURY, 1998, p. 10).

Como já mencionamos anteriormente, na CF/88 a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Sendo que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na **educação infantil**. Segundo Domiciano (2009):

[...] o texto constitucional elevou também o *status* desta etapa da educação básica no que diz respeito ao seu financiamento, ao permitir que sua manutenção e desenvolvimento fossem incluídos nas receitas de impostos constitucionalmente vinculados para educação (Art.212). (p.51).

Conforme veremos, a manutenção da educação infantil esteve ligada aos órgãos de assistência social, o que de certa forma foi apresentado na parte histórica sobre a educação infantil.

A origem das creches conveniadas, que em sua grande maioria se estabeleceram a partir de iniciativas comunitárias para a expansão do atendimento à criança pequena das

camadas populares, pode explicar o fato de tais instituições serem marcadas pela precariedade de infra-estrutura, de pessoal, de condições de trabalho e de atendimento. Os trabalhos de Cruz (2001) em Fortaleza, Susin (2008) em Porto Alegre e Costa (2005) no Rio de Janeiro evidenciam as deficiências das instituições privadas sem fins lucrativos responsáveis pela oferta educacional da criança pequena. Tradicionalmente estes convênios eram realizados com instituições privadas sem fins lucrativos – filantrópicas, confessionais e comunitárias.

Em estudo Campos, Rosenberg e Ferreira (2001) mostram que no ano de 1989, em nível federal, cinco Ministérios atuavam na área da criança pequena, os ministérios do Interior e da Educação, que participavam, direta ou indiretamente (através de convênios), da implantação de creches e pré-escolas, os Ministérios da Justiça, da Saúde e do Trabalho que desenvolviam ações normatizadoras e fiscalizadoras nessa área.

O Ministério do Interior, em 1989, reunia três órgãos que atuavam no atendimento às crianças pequenas: A Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), que apesar de terem sido criados em momentos distintos a possuírem trajetórias diferentes, tinham em comum o repasse direto de verbas para prefeituras e/ ou instituições privadas de caráter filantrópico e comunitário por meio de convênios. (CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001).

A LBA foi criada para prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência, à população pobre, sendo o Projeto Casulo, o principal programa implantado e financiado por esse órgão. Os recursos públicos e privados recebidos pela LBA eram repassados, via convênios, às instituições privadas de caráter filantrópico e comunitário e também às prefeituras que mantivessem atendimento à educação infantil. As autoras apontam que o Programa de Creches da LBA, repassava um *per capita* insuficiente, obrigando, muitas vezes, que os estabelecimentos conveniados estabelecessem convênios com outras instituições (CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001).

A Funabem, entidade com personalidade jurídica de direito privado, instituída em 1964, tinha como finalidade formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor e apresentava autonomia técnica, administrativa e financeira. Em 1989 os recursos desse órgão, provinham da União e eram transferidos às instituições privadas e prefeituras via convênios (CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001).

A Seac, criada em 1985, apresentava programas ligados à área de nutrição e saúde e desenvolvia também dois subprogramas que podiam financiar o atendimento em creches: o “Creches Comunitárias” e a “Campanha de Roupas e Agasalhos”, esses subprogramas

visavam repassar a creches comunitárias, mediante intermediação da prefeitura, “[...] recursos financeiros a fundo perdido para construção, reforma ou compra de equipamentos e utensílios, e a aquisição de ropuas, agasalhos, lençóis, cobertores, fraldas etc.”(CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001, p.43).

Em 1989, o MEC financiava o Programa Municipal de Educação Pré-escolar que se caracterizava pelo repasse de recursos às prefeituras e entidades, por meio de convênios firmados entre as Delegacias Estaduais do MEC e as Secretarias ou Departamentos Municipais de Educação das prefeituras. (CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001).

Conforme o estudo das autoras, grande parte do atendimento às crianças de 0 a 6 anos consolidou-se por meio de convênios entre os inúmeros órgão públicos responsáveis pelo repasse de recursos e estabelecimentos privados filantrópicos, comunitários e/ ou confessionais (CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001).

Como sabemos, no Brasil a responsabilidade pela oferta da educação infantil é dos municípios, “[...] sendo assim, é no plano local que as políticas são definidas e as práticas executadas”. (FULLGRAF, 2008, p.31). No que se refere ao financiamento da educação infantil, Fullgraff (2008) aponta que:

[...] a indefinição na legislação brasileira sobre a garantia de financiamento para esse nível de ensino coloca a exigência de condições concretas de implementação e também gera embates, especialmente com outros níveis de ensino. Evidenciam-se tensões entre as áreas de educação e assistência social, especialmente nos municípios, no que tange às responsabilidades de gestão da política e da oferta de serviços. (p.30-31)

Com a promulgação das leis, a educação infantil ganhou nova visibilidade junto aos setores responsáveis pela educação no país. Mas, apesar dos avanços legais, o atendimento a criança de 0 a 6 anos no Brasil tem crescido de forma deteriorada e com um nível de cobertura muito limitado frente à demanda.

Nesse sentido, observemos como as políticas de financiamento da educação pós década de 1990 têm considerado a educação infantil.

O financiamento da educação no Brasil é tratado no texto constitucional, diretamente, apenas nos Arts. 212, 213 e no Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o financiamento é tratado no Título VII, “Dos Recursos Financeiros”, compreendendo os Arts. 68 a 77. (OLIVEIRA, 2007).

A Emenda Constitucional nº 14 de setembro de 1996 (EC-14/96) modificou o Art. 60 do ADCT e redefiniu o papel da União e as responsabilidades dos demais entes federados, quanto à manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis e criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O mesmo foi regulamentado pela Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996. O Fundef representou uma subvinculação dos recursos vinculados à educação. Este fundo, de natureza contábil foi instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2006.

O Fundo não significou um aumento de verbas para educação, mas a realocação de recursos de outros níveis de ensino para a educação básica. Segundo Borghi (2002) para que os municípios investissem 60% dos 25% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, grande parte deles precisou reduzir os gastos que vinham realizando com a Educação Infantil, com o Ensino Fundamental supletivo, e/ou com o Ensino Fundamental regular da rede estadual.

Para Arelaro (2008) “Essa medida impediu, na prática, a utilização de parte significativa dos recursos vinculados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino em outras etapas de ensino que não a do fundamental.” (p.51-52). O fundo provocou um desestímulo de investimentos, por parte dos poderes públicos na educação infantil, na educação de jovens e adultos e mesmo no ensino médio. (ARELARO, 2008; BORGHI, 2002; PINTO, 2002). Pinto (2002) aponta ainda, que a diretriz adotada durante o governo em que foi aprovado o Fundef foi a de que os recursos existentes para financiamento da educação eram suficientes, sendo necessário apenas otimizar a utilização.

Dessa forma uma das consequências mais desastrosas do Fundef foi a redução dos gastos com os outros níveis e modalidades de ensino, o que para a educação infantil significou um grande prejuízo. Para Jesus (2008) não existiu investimento em educação infantil na perspectiva do Fundef. Guimarães e Pinto (2001) apontam que os recursos que eram “[...] aplicados na educação infantil, aparentemente, foram carreados, por municípios e Estados, para o ensino fundamental, levando ao quadro de estagnação de oferta de vagas.” (p. 97).

Com o término do prazo de validade do Fundef previsto para dezembro de 2006, desenhou-se um colapso no sistema de financiamento, pois os municípios não teriam como arcar com os alunos sob sua responsabilidade, enquanto os governos estaduais ficariam numa situação confortável. Tendo em vista esse cenário, por meio da Emenda Constitucional nº 53 (EC/53) foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), posteriormente regulamentado pela Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007.

O Fundeb abrange toda a educação básica: a educação infantil (creches e pré-escolas), o ensino fundamental, o ensino médio, em todas as modalidades inclusive a educação especial e a educação de jovens e adultos. Assim como o Fundef, o Fundeb é um fundo de natureza contábil, instituído em cada unidade da federação, com duração de 14 anos (até 2019). Com o alcance do Fundeb sobre toda a educação básica, novos impostos foram incorporados para compor o fundo, entretanto, não há nenhuma fonte nova de recursos.

No que diz respeito à educação infantil, Jesus (2008) aponta que “Para a educação infantil, a principal questão reside no fato de que foi incluída na política de financiamento da educação básica. Entretanto, os recursos destinados mostram-se insuficientes” (p. 291). Segundo Arelaro (2008) algumas considerações devem ser feitas já que:

[...] o coeficiente de valorização das creches e das pré-escolas foi estabelecido abaixo do valor das séries iniciais urbanas do ensino fundamental, o que gera uma diferença significativa de gasto, pois já se sabe, em função de estudos e avaliações contábeis realizadas, que os custos da educação infantil são os mais altos, não podendo sequer equiparados aos do ensino fundamental. (p.60).

Outro aspecto que não pode ser desconsiderado é a autorização de financiamento do setor privado com recursos públicos que a regulamentação do Fundo permitiu em várias modalidades de ensino, admitindo a inclusão, no cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil dos municípios, oferecidas em creches para crianças até 3 anos de idade, as realizadas pelas instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, desde que conveniadas com o Poder Público (ARELARO, 2008). Para a pré-escola admitiu-se o cômputo das matrículas até o ano de 2010, já as creches não foi estabelecido prazo para o encerramento do repasse (Lei 11.494/07; Art. 8º, §1º). Ao que tudo indica o fundo mantém a política de convênios para oferta de vagas na educação infantil. Ainda no que se refere às instituições conveniadas, o MEC elaborou em 2009 o documento: “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de educação infantil”, que expõe como formular uma política municipal de educação infantil de conveniamento a partir dos recursos do Fundeb.

Não menos importante e relacionado à expansão de parcerias/convênios é o que aponta Campos (1988) a partir do ponto de vista das políticas públicas: onde o repasse às entidades privadas consideradas sem fins lucrativos é justificado com argumentos ligados a maior

eficiência e custos mais baixos do que os dos serviços prestados diretamente pelo Estado. Para Arelaro (2008) os custos com as creches diretas são mais altos do que com as privadas, particularmente os das filantrópicas e comunitárias, dessa forma pressupõe-se que os municípios busquem alternativas menos onerosas para dar conta da grande pressão de demanda desta etapa de ensino, “é de supor que a busca pela manutenção e expansão das parcerias firmadas com o setor privado sejam consolidadas.” (p.61). (ARELARO, 2008).

Pelo exposto, tem sido considerável o papel do Fundef e do Fundeb para o aumento de parcerias entre as prefeituras e a iniciativa privada como mecanismo para assegurar o cumprimento de suas responsabilidades legais frente à educação infantil, onde diferentes municípios têm apresentado convênios, e os estudados têm evidenciado diferentes arranjos entre a esfera pública e instituições privadas tanto *stricto sensu* como do chamado terceiro setor.

O Programa Bolsa Creche é um bom exemplo destes novos arranjos – adotado em Piracicaba e Hortolândia - consiste em um formato de financiamento para ampliação da oferta de vagas à educação infantil. Este modelo inova em relação ao modelo tradicional, pois há uma subvenção de recursos públicos à iniciativa privada *stricto sensu*, que se dá a partir do repasse de recursos considerando um valor *per capita* para cada aluno atendido gratuitamente pela instituição privada. (DOMICIANO; ADRIÃO, 2005; DOMICIANO, 2009).

Em síntese, no que refere ao atendimento à demanda pela educação infantil e os recursos disponíveis para seu financiamento, observa-se que, frente às mudanças ocorridas no sistema educacional brasileiro, a partir das reformulações legais da década de 1990 que trouxeram maiores incumbências aos municípios, tem-se visualizado a busca de diferentes estratégias, por parte das prefeituras, para assegurar o cumprimento de suas responsabilidades legais, sendo a mais comum delas a política de convênio com instituições privadas, inclusive com fins lucrativos, que superam as formas tradicionais de parcerias com instituições filantrópicas ou comunitárias (COSTA, 2005) adotadas por alguns municípios para o atendimento à educação infantil.

Dessa forma diversas administrações municipais têm optado por apelar à instituições privadas – incluindo o *terceiro setor* e o setor privado *stricto sensu* – para com elas dividir a responsabilidade frente à demanda educacional crescente.

Ressaltemos que o termo parceria aqui adotado designa os acordos formalmente firmados pelo poder público com setores da iniciativa privada, entendendo, como Bezerra (2008), que a expressão parceria público-privada: “[...] implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da

assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade.” (BEZERRA, 2008, p. 62-3).

Por ora, compartilhamos com Domiciano (2009) a idéia de que o “Fundeb parece inaugurar outras tendências em municípios que atendem a educação infantil mediante convênios com instituições privadas *stricto sensu*” (p.56). No próximo capítulo veremos como se tem dado esses novos arranjos, onde apresentaremos os dados coletados nos municípios selecionados para análise.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

3.1 Caracterização geral

Neste capítulo caracterizamos os 30 municípios selecionados. Nessa caracterização apresentamos dados gerais dos municípios, a situação da educação infantil em cada município e os convênios.

3.1.1 O Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no sul da região Sudeste e tem como limites os Estados de Minas Gerais (N e NE), e Rio de Janeiro (NE), oceano Atlântico (L), Paraná (S) e Mato Grosso do Sul (O). Ocupa uma área de 248. 808,8 quilômetros quadrados. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

É dividido em 645 municípios, dos quais 295 têm até 10.000 habitantes (muito pequenos); 234 têm de 10.001 a 50.000 (pequenos); 54 de 50.001 a 100.000 (médios); 54 de 100.001 a 500.000 (grandes); 6 de 500.001 a 1 milhão (muito grandes) e apenas 2 municípios com mais de 1 milhão (metropolitanos).

No período de 2000 a 2009, analisado neste trabalho, dos 54 municípios paulistas grandes, 55,55%, ou seja, 30 municípios declararam possuir parceria/ convênio com a esfera privada para oferta de vagas na educação infantil⁶.

3.2 Sobre os municípios selecionados

Neste tópico apresentamos dados gerais dos municípios selecionados, bem como dados da educação infantil de cada município e as diferentes formas de arranjos institucionais entre o poder Público e instituições privadas para oferta de vagas na educação infantil.

⁶ Segundo Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”

AMERICANA

Americana situa-se a 129 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, o município abrigava uma população de 182.084 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 199.094 habitantes representando um crescimento de 9,34% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,840, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período, correspondia a 0,814. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2007 era de 26.557,60 reais. A principal atividade econômica do município é a fabricação de produtos têxteis. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012 Diego de Nadai, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Educação do município

A Secretaria de Educação de Americana tem por atribuições a “Supervisão e execução das políticas e programas definidos pelo Município para a área educacional.” (Secretaria de Educação de Americana, 2010). A rede municipal de ensino é composta por Creches e Emeis (Escola Municipal de Educação Infantil), Emefs (Escola Municipal de Ensino Fundamental), Caic (Centro de Atendimento Integral à Criança), Centro Municipal de Educação do Autista “Tempo de Viver”, Cieps (Centro Integrado de Educação Pública), EJA (Educação de Jovens e Adultos), CEFEM (Centro de Formação dos Educadores do Município), Casa do Conto, Unidade de Assistência ao Educando.

Segundo uma das supervisoras da Secretaria Municipal de Educação as creches do município foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2009, sendo que anteriormente pertenciam à Secretaria de Promoção Social.

Analisemos a evolução das matrículas na rede municipal e na rede privada.

Tabela 1: Matrículas na educação infantil no município de Americana (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1325	0	426	5203	0	1194
2001	1402	0	445	5551	0	1323
2002	1373	0	465	5456	0	1251
2003	1305	0	573	5406	0	1285
2004	1334	0	602	5156	0	1310
2005	1480	0	884	5275	0	1498
2006	1520	0	1075	4973	0	1657
2007	1534	0	1147	4894	0	1026
2008	1717	0	1047	4884	0	1202
2009	1915	0	1186	4166	0	1077

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Pelos dados, observa-se um crescimento de 44,52% no número de matrículas em creche da rede municipal no período de 2000 a 2009. Entretanto, durante o período houve oscilações, pois em 2002 e 2003 o número de matrículas caiu, voltando a aumentar em 2004. A partir de 2007, ano de início do Fundeb, até 2009 há um crescimento considerável de 24,83%.

Nas creches da rede privada houve um crescimento de 178,40% de 2000 a 2009. Na rede privada o crescimento foi contínuo, exceto em 2008 quando houve 100 matrículas a menos do que em 2007, já o aumento mais expressivo ocorreu em 2006 representando 22,73%.

Nas pré-escolas municipais de 2000 a 2009 houve um decréscimo de 19,94% no número de matrículas. Nas pré-escolas da rede privada também houve um movimento de decréscimo: 9,80% de 2000 a 2009. Houve um contínuo movimento de oscilação no período em ambas as redes. A maior queda na rede municipal aconteceu entre 2008 2009, representando 14,71%, já na rede privada a maior queda no número de matrículas aconteceu entre 2007 e 2008, representando 38,09%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da educação infantil.

Tabela 2: Estabelecimentos de educação infantil em Americana (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	16	0	26	34	0	32
2001	17	0	27	35	0	34

2002	17	0	34	34	0	38
2003	17	0	33	34	0	35
2004	18	0	30	35	0	33
2005	18	0	34	36	0	34
2006	18	0	35	35	0	35

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados apresentados, observa-se que o número de estabelecimentos de ensino municipais com creche, no período de 2000 a 2006 apresentou um crescimento de 12,5%. Na rede privada o crescimento correspondeu a 34,62%. O número de estabelecimentos de ensino municipais com pré-escola apresentou um crescimento de 2,94%, enquanto o número de estabelecimento da rede privada apresentou um crescimento de 9,34%. No ano de início da parceria, 2006: o número de estabelecimento municipal com creche manteve-se o mesmo do ano anterior, da rede privada houve um estabelecimento a mais que o ano anterior, a pré-escola municipal perdeu um estabelecimento em 2006 e a pré-escola privada apresentou um a mais.

O convênio

O município de Americana conta, em 2009, com seis instituições conveniadas que atende crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, sendo todas as instituições conveniadas de caráter filantrópico. O primeiro convênio firmado com essas instituições ocorreu em 2006.

A cada instituição conveniada é repassado um valor *per capita* mensal que é decidido pela Secretaria juntamente com os representantes das instituições. Em 2009 o subsídio era repassado às entidades da seguinte maneira:

O valor mensal de R\$ 164,71 por aluno, na faixa etária de 0 a 4 anos.

O valor mensal de R\$ 80,00 por aluno, na faixa etária de 4 a 5 anos.

O município repassa ainda para as instituições uma verba para alimentação conseguida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A justificativa apresentada para a opção pelo atendimento conveniado é a de que existe uma demanda municipal muito grande, dessa forma a rede municipal optou pelo convênio para “sanar” a demanda.

ARAÇATUBA

O município de Araçatuba situa-se a 530 km da capital, pertence à região administrativa de Araçatuba. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 169.240 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 178.839 habitantes representando um crescimento de 5,67% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,848, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. A principal atividade econômica do município é a criação de bovinos. O PIB *per capita* em 2007 correspondia a 13.894,64 reais. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012 Aparecido Serio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba administra uma rede de ensino com atividades em escolas de educação infantil; escolas integradas de educação infantil; escolas de ensino fundamental; entidades conveniadas; classes de educação de jovens e adultos; ensino especial; e educação supletiva (Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba, 2010).

Evolução das matrículas na rede municipal e na rede privada.

Tabela 3: Matrículas na educação infantil no município de Araçatuba (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1064	0	372	4849	0	1309
2001	1164	0	346	4517	0	1350
2002	1393	0	315	4406	0	1317
2003	1355	0	313	4491	0	1378
2004	1421	0	357	4902	0	1519
2005	1610	17	633	4660	38	1768
2006	1549	26	519	4570	16	1591
2007	1678	12	605	4326	22	1142
2008	1852	16	542	4230	23	1021
2009	2642	17	656	2141	5	932

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que as matrículas da creche na rede municipal apresentaram um crescimento de 148,30% no intervalo em destaque. Na rede privada também houve crescimento de 76,34%. Em Araçatuba, de 2005 a 2009, a rede estadual ofereceu vagas na educação infantil, ainda que um número bem pequeno: entre 12 e 26 matrículas, sendo que em 2009 encontrava-se 17 matrículas na creche da rede estadual. No ano de início do Fundeb (2007) a 2009 observa-se um crescimento de 57,44%!

Na Pré-escola municipal, de 2000 a 2009, ocorreu um declínio de 55,85% no número de matriculados. Na rede privada observou-se o mesmo movimento, declínio de 28,81%. Na rede estadual a partir de 2005 observa-se matrículas em pré-escola, sendo que de 2005 a 2009 houve uma queda de 86,85%, sendo curiosa a queda de 4230 matrículas em 2008 para 2141 em 2009.

Tabela 4: Estabelecimentos de educação infantil em Araçatuba (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	28	0	18	34	0	25
2001	27	0	17	34	0	21
2002	29	0	17	29	0	22
2003	30	0	17	29	0	22
2004	31	0	17	30	0	23
2005	31	1	22	30	1	26
2006	32	1	22	31	1	24

Fonte: Edudatabrasil

Em Araçatuba observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creche apresentou um crescimento de 14,29%, no mesmo período o número de estabelecimentos privados com creches apresentou um crescimento de 22,22%. Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresenta um declínio de 8,82% e, na rede privada o declínio é de 4%. A partir de 2005 o município apresenta um estabelecimento de ensino com creche e um com pré-escola na rede estadual, o que exemplifica a demanda por vagas que o município apresenta.

O convênio

Araçatuba apresenta duas instituições conveniadas, sendo as mesmas filantrópicas. Segundo informações coletadas, o primeiro convênio data do ano de 2003. O subsídio é

repassado às instituições sob o pagamento de um valor *per capita* mensal por cada criança, a prefeitura também fica responsável pelo pagamento dos professores e por oferecer a merenda escolar.

A justificativa para opção pelo atendimento conveniado apresentada é a de que as instituições já prestam o serviço, dessa forma, quando solicitam convênio são atendidas por já se conhecer o serviço prestado pelas mesmas. Outra justificativa é que o diálogo com essas instituições é interessante.

ARARAS

Araras situa-se a 170 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 104.205 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 108.689 habitantes representando um crescimento de 4,30% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,828, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 19.318,96 reais. A principal atividade econômica do município é o cultivo de cana-de-açúcar. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Pedro Eliseu Filho filiado ao Partido dos Democratas (DEM).

Educação do município

O município conta com escolas municipais que atendem a educação infantil e o ensino fundamental. As creches foram integradas ao sistema municipal em 1996.

A seguir a evolução das matrículas na rede municipal e na rede privada.

Tabela 5: Matrículas na educação infantil no município de Araras (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	454	0	0	4789	0	215
2001	473	0	31	4828	0	239
2002	1050	0	33	4415	0	214
2003	1013	0	60	4357	0	216
2004	1053	0	68	4104	0	210
2005	1307	0	12	4221	0	187

2006	1432	0	23	3904	0	219
2007	1438	0	248	2635	0	243
2008	1730	0	378	2375	0	299
2009	1518	0	356	2548	0	373

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Pelos dados da tabela observa-se que o número de alunos matriculados em creche na rede municipal cresceu 234,36% no período em destaque. No período pós Fundeb houve crescimento entre 2007 e 2008, mas entre 2008 e 2009 o número apresentou queda. Na rede privada não havia matrículas em 2000, há a partir de 2001, sendo que entre 2001 e 2009 o crescimento foi de 1048,38%

O número de matrículas em pré-escola municipal apresentou queda de 46,79%, nos anos seguintes a 2006 apresentaram queda, voltando a crescer em ritmo lento em 2009. Na rede privada observou-se um crescimento de 73,48% no número de alunos matriculados no período.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta de educação infantil.

Tabela 6: Estabelecimentos de educação infantil em Araras (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	6	0	0	14	0	3
2001	6	0	1	14	0	4
2002	17	0	1	14	0	4
2003	17	0	2	14	0	4
2004	17	0	2	14	0	4
2005	20	0	1	16	0	5
2006	24	0	2	19	0	4

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados da tabela 6, observa-se que o número de estabelecimentos municipais com educação infantil apresentou crescimento de 300%, a rede privada em 2000 não tinha nenhum estabelecimento, em 2001 apresenta um e em 2006 2. O número de estabelecimentos municipais com pré-escola apresentou crescimento de 35,71%, já na rede privada o crescimento foi de 33,33%.

O convênio

O município de Araras conta em 2010 com quatro instituições conveniadas, três das instituições conveniadas são com fins lucrativos e uma associação. O primeiro convênio foi firmado em 2009.

Em relação à associação, o Poder municipal fica responsável por fornecer a alimentação e os professores. Para as instituições com fins lucrativos conveniadas por meio do programa Pró-creche é repassado um valor *per capita* que é decidido pela Secretaria juntamente com os representantes das instituições, o valor em 2010 se encontra em 270,00 reais mensais.

A justificativa apresentada para a opção pelo atendimento conveniado é a de que há uma demanda municipal excessiva em algumas regiões da cidade, desta forma a rede municipal optou pelo convênio para colaborar com atendimento, foi uma medida emergencial.

ATIBAIA

Atibaia situa-se a 65 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 111.055 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 119.166 habitantes representando um crescimento de 7,30% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,819, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 17.043,65 reais. Como principal atividade econômica o município tem variados serviços.

À frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012 encontra-se José Bernardo Denig do Partido Verde (PV).

Educação do município

A rede municipal de Atibaia conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2002.

Abaixo evolução da matrícula na educação infantil.

Tabela 7: Matrículas na educação infantil no município de Atibaia (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	903	0	98	4201	0	479
2001	722	0	200	3637	0	897
2002	1001	0	228	3644	0	1049
2003	1111	0	379	3785	0	1229
2004	989	0	327	3912	0	1094
2005	1097	0	359	3834	0	1041
2006	906	0	521	3825	0	800
2007	1216	0	529	2833	0	526
2008	1617	0	654	2808	0	629
2009	1187	0	483	2566	0	471

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

No período em análise a rede estadual manteve-se ausente na oferta da educação infantil.

Na rede municipal houve uma ampliação de 31,45% no número de matriculados nas creches. Já na rede particular o crescimento foi de 392,85%!. Em relação a 2005, no ano de 2006 o município apresentou uma queda no número de matrículas em creches municipais, já em 2007, ano de início do Fundeb, há um crescimento, que se expande no ano seguinte, mas que cai 26,59% de 2008 para 2009.

Na pré-escola municipal houve um decréscimo de 38,92% no número de matrículas e um movimento contínuo de queda. Na rede particular as matrículas na pré-escola apresentaram um pequeno aumento de 1,68% durante o período analisado, ainda que entre 2002 e 2005 o percentual de aumento tenha sido bem maior.

Tabela 8: Estabelecimentos de educação infantil em Atibaia (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	12	0	4	26	0	10
2001	7	0	10	24	0	20
2002	12	0	11	24	0	21
2003	12	0	15	24	0	26
2004	12	0	15	24	0	23
2005	13	0	12	27	0	22
2006	11	0	19	27	0	21

Fonte: Edudatabrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creche apresentou um decréscimo de 8,33%, enquanto o número de estabelecimentos privados com creche apresentou o incrível crescimento de 375%!.

Já a pré-escola municipal teve um crescimento de 3,85% no número de estabelecimentos, e os estabelecimentos privados apresentou crescimento de 110%. O ano de início da parceria em Atibaia foi 2003, nesse ano a rede privada teve um aumento no número de estabelecimentos em relação ao ano anterior, já a rede municipal manteve o mesmo número de estabelecimentos.

O convênio

O município de Atibaia conta em 2009 com 10 instituições conveniadas, sendo as mesmas filantrópicas e associação de moradores. O primeiro convênio firmado entre o executivo municipal e instituições de caráter privado foi no ano de 2003.

Segundo a Secretária adjunta de educação a partir do convênio é repassado para as instituições conveniadas um valor *per capita* decido entre a prefeitura e o conjunto de entidades conveniadas. Sendo no exercício de 2010, fixado no valor de 123,00 reais.

Atibaia apresenta apenas quatro creches municipais em 2009 e um crescimento da demanda muito grande, assim optaram pelo atendimento conveniado. A secretária apontou também como justificativa para o atendimento conveniado a boa experiência dos anos anteriores, o convênio como a busca de um novo modelo de atendimento à criança, controle pela comunidade e não só pelo governo e um modelo que visa “desinstitucionalizar” a infância.

CUBATÃO

O município de Cubatão situa-se a 57 km da capital, pertence à região administrativa de Santos. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 108.309 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 120.271 habitantes representando um crescimento de 11,04% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,772, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814.

Seu PIB *per capita* em 2007 era de 51.968,25 reais. A principal atividade econômica do município é a fabricação de coque e refino de petróleo. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Márcia Rosa de Mendonça Silva, filiada ao PT.

Educação do município

À Secretaria Municipal de Educação de Cubatão (Seduc) compete “I- Definir a Política Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes estabelecidas na legislação municipal, estadual e federal pertinente; II - assegurar o ensino público de qualidade e a democratização da educação infantil, do ensino fundamental e supletivo; III - elaborar e coordenar o Projeto Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação; IV - acompanhar, controlar e avaliar a educação infantil e o ensino fundamental e supletivo; [...]”. (Secretaria Municipal de Educação de Cubatão, 2010).

A Rede Municipal de Ensino de Cubatão conta com unidades escolares de ensino fundamental (Emefs), de educação infantil (Emeis) e creches.

De acordo com informações coletadas com a Chefe da educação infantil, desde 1994 as creches já estavam vinculadas ao sistema municipal de ensino.

Tabela 9: Matrículas na educação infantil no município de Cubatão (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	698	0	19	4992	0	265
2001	644	0	130	5216	0	330
2002	482	0	112	5000	0	318
2003	514	0	365	5091	0	387
2004	716	0	386	5327	0	354
2005	719	0	341	5539	0	328
2006	887	0	379	3646	0	328
2007	755	0	392	3036	0	234
2008	793	0	342	3330	0	227
2009	841	0	362	3073	0	204

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Como esperado, a rede estadual manteve-se ausente na oferta da educação infantil. Na rede municipal observa-se uma ampliação de 20,48% no número de matrículas da creche. Na rede particular as matrículas em creche apresentam um aumento na ordem de 1.805,26%! No

ano de início do Fundeb - 2007 – o número de matrículas cai, nos anos seguintes voltam a crescer, mas ainda não atingem a quantidade de 2006.

De 2000 a 2009 a pré-escola municipal apresentou um declínio de 38,45%. Entretanto, de 2000 a 2005 a rede vinha apresentando um movimento constante de crescimento, sendo que entre 2005 e 2006 há um decréscimo de 34,18% e, a partir de então, o número caiu. Nas creches particulares, observamos que houve um declínio de 23,02% durante o período.

Tabela 10: Estabelecimentos de educação infantil em Cubatão (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	8	0	1	15	0	3
2001	8	0	5	16	0	6
2002	7	0	4	16	0	6
2003	8	0	10	16	0	8
2004	8	0	9	17	0	7
2005	8	0	7	20	0	6
2006	16	0	8	21	0	7

Fonte: Edudatabrasil

Em Cubatão a rede municipal apresentou aumento no número de estabelecimentos de creche e pré-escola de 100% e 40% respectivamente, a rede privada também apresentou crescimento no número de estabelecimentos: 700% para creche e 133,33% para pré-escola.

O convênio

Cubatão tem cinco instituições conveniadas que atende crianças de 0 a 5 anos, essas instituições são comunitárias e Organização Não-Governamental (ONG).

O primeiro convênio firmado deu-se entre 1997 e 1998, sendo o convênio mais recente datado em 2007. O convênio foi aprovado pela Lei Municipal nº 3.310, de 18 de maio de 2009, que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com as entidades sediadas no município de Cubatão para os fins que menciona, e dá outras providências.” (CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO, 2010).

Às instituições conveniadas é repassado um valor *per capita*, decidido a partir de uma estimativa do valor necessário e aprovado pela Câmara dos vereadores.

A justificativa apontada para a opção pelo atendimento conveniado é a de que as escolas municipais não conseguiam atender a demanda e a construção é demorada, sendo o convênio uma opção de atendimento mais rápido.

DIADEMA

O município de Diadema situa-se a 17 km da capital, pertence à região metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 357.064 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, este número foi estimado em 386.779 habitantes, representando um crescimento de 8,32% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,826, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 6.076,07 reais. Como principal atividade econômica o município tem variados serviços. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Mário Wilson Pedreira Reali, filiado ao PT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Diadema é formada por escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Creches Conveniadas. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1991.

A seguir a evolução das matrículas da educação infantil.

Tabela 11: Matrículas na educação infantil no município de Diadema (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1244	0	164	11927	0	750
2001	1229	0	106	12168	0	849
2002	1765	0	114	12155	0	939
2003	1703	0	1552	11993	0	1292
2004	1664	0	1835	11978	0	1858
2005	2008	0	2186	11512	0	2022
2006	1147	0	1147	11846	0	2890
2007	1164	0	1167	7482	0	3082
2008	1354	0	1182	11669	0	3184

2009	1505	0	1416	7262	0	2455
------	------	---	------	------	---	------

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Em Diadema observa-se a ampliação do número de matrículas das creches municipais em 20,98%. De 2005 para 2006 houve um declínio, crescendo progressivamente nos anos seguintes. Nas creches particulares o aumento no número de matriculados corresponde a 763,41%.

Nas pré-escolas, diferentemente das creches, há um declínio de 64,23% no número de matrículas. De 2006 para 2007 há uma queda de 36,83%, no ano seguinte volta a crescer, mas em 2009 apresenta queda se comparado ao ano de 2008. Na rede particular, as matrículas da pré-escola apresentam um aumento de 227,33%! Com queda apenas de 2008 para 2009. Já a rede estadual manteve-se ausente na oferta da educação infantil.

Tabela 12: Estabelecimentos de educação infantil em Diadema (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	16	0	6	42	0	15
2001	16	0	6	42	0	15
2002	17	0	5	38	0	16
2003	16	0	23	37	0	24
2004	17	0	29	39	0	29
2005	17	0	33	38	0	34
2006	17	0	30	41	0	42

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches teve um crescimento de 6,25% e o número de estabelecimentos privados com creches crescimento de 400%! A pré-escola municipal teve um crescimento de apenas 2,38% no número de estabelecimentos, enquanto a rede privada apresentou um crescimento de 180% no seu número de estabelecimento.

O convênio

O município de Diadema apresenta onze entidades conveniadas, que são responsáveis por 27 (vinte sete) creches, todas de caráter filantrópico.

Segundo a responsável pelo Acompanhamento pedagógico e técnico das creches, o primeiro convênio data de 1997, sendo que em 2001 foi criado o 'Programa Creche Lugar de

Criança' que é atualmente o responsável pelo atendimento conveniado no município. O programa tem por objetivos:

- 1- Atender a demanda por creche apontada no Orçamento Participativo e no acordo firmado com o Ministério Público para atendimento daquelas crianças que se encontram em lista de espera;
 Ø Priorizar o atendimento às crianças que se encontram em situação de risco e/ou oriundas de famílias de baixa renda e de mães trabalhadoras.
 Ø Reorganizar o atendimento nas creches conveniadas, priorizando o atendimento de 0 a 3 anos.
- 2- Acompanhar o trabalho pedagógico das creches, dando o suporte pedagógico necessário e solicitado pela escola. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE DIADEMA, 2010).

Ainda segundo o *site* da secretaria, “Esse trabalho tem permitido que as creches conveniadas sigam as mesmas orientações que são traçadas pela Secretaria para as escolas da rede municipal, garantindo discussões sobre a Proposta Curricular do Município.” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE DIADEMA, 2010).

O subsídio repassado às instituições é decidido pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com os responsáveis pelas entidades e corresponde a um valor *per capita*, no ano de 2009 esse valor era de 230,00 reais, a partir de janeiro de 2010 o valor foi reajustado para 240,00 reais.

O convênio é apontado como a forma mais rápida de atendimento, em virtude do crescimento da demanda, pois auxilia a diminuí-la. Conforme informações coletadas, o atendimento conveniado atende mais crianças do que as dezoito creches municipais.

EMBU

O município de Embu situa-se a 30 km da capital, pertence à região metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 207.663 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 237.318 habitantes representando um crescimento de 14,28% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,772, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 10.430,56 reais. O turismo é a principal atividade

econômica do município. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Francisco Nascimento de Brito filiado ao PT.

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação de Embu tem por finalidade coordenar a implantação da política municipal de educação, tendo como princípios a democratização, universalização, equidade e integralidade, visando à formação de cidadãos e cidadãs portadores de consciência social, crítica, solidária e democrática. (Prefeitura Municipal de Embu, 2010).

A rede municipal de ensino é composta por escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Creches Conveniadas e Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS). As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino em 2000.

Tabela 13: Matrículas na educação infantil no município de Embu (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1383	0	750	3472	0	912
2001	1156	0	1035	4619	0	729
2002	799	0	1180	6181	0	550
2003	510	0	1345	6786	0	716
2004	869	0	1571	7388	0	786
2005	997	0	1654	7291	0	795
2006	612	0	841	4367	0	1682
2007	592	0	834	4176	0	1437
2008	584	0	843	4083	0	1420
2009	1574	0	1774	5496	0	622

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que na rede municipal as matrículas em creche apresentaram um crescimento de 13,81%, entretanto, de 2001 a 2008 o movimento foi de queda, representada por 49,48%, voltando crescer em 2009. Na rede particular há um crescimento de 136,53%! no número de matrícula em creche.

Nas pré-escolas municipais observa-se um crescimento de 58,29% no número de alunos matriculados, sendo que em 2007, ano de início do Fundeb, houve queda, o mesmo movimento ocorre em 2008, voltando a crescer em 2009. Já na pré-escola particular observa-se um declínio de 31,79%. Pelos dados nos parece que as matrículas privadas estão sendo

contabilizadas como públicas, pois em 2008 a pré-escola privada tinha 1420 alunos matriculados e em 2009 esse número cai para 622, já na rede municipal tinha-se 4083 em 2008 e passa-se para 5496 em 2009.

A rede estadual mantém-se ausente na oferta da educação infantil.

Tabela 14: Estabelecimentos de educação infantil em Embu (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	14	0	15	22	0	16
2001	11	0	18	23	0	13
2002	11	0	19	28	0	12
2003	11	0	21	28	0	14
2004	11	0	24	26	0	15
2005	11	0	25	25	0	18
2006	12	0	25	28	0	33

Fonte: Edudatabrasil

O número de estabelecimentos municipais com creche teve queda de 14,29% durante o período. Já o número de estabelecimentos privados com creche apresentou crescimento de 66,67%. O número de estabelecimentos com pré-escola municipal teve crescimento de 27,27%, o de estabelecimento privado com pré-escola teve crescimento de 106,25%.

O convênio

Embu conta com 14 instituições conveniadas, sendo três instituições religiosas (católicas e evangélicas) e onze associações de moradores.

A Secretária adjunta informou que não é possível informar o ano exato do primeiro convênio, mas afirmou que ocorreu no final da década de 1980 e meados da década de 1990 pela Secretaria de Assistência Social.

São repassadas às instituições conveniadas um valor *per capita* estabelecido e autorizado pelos vereadores. A Prefeitura ainda fica responsável por garantir o material de limpeza e gêneros para o preparo da alimentação.

As justificativas apontadas para a opção pelo atendimento conveniado são: bom atendimento, o município apresenta orçamento pequeno diante das necessidades, Lei de Responsabilidade Fiscal, e alternativa para o atendimento.

FERRAZ DE VASCONCELOS

Ferraz de Vasconcelos situa-se a 28 km da capital, pertence à região metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 142.377 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 168.897 habitantes representando um crescimento de 18,62% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,772, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 6.076,07 reais. O comércio varejista é a principal atividade econômica do município. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Jorge Abissamra filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Educação do município

A Secretaria Municipal da Educação é responsável por executar toda a política na área da Educação. Desenvolve atividades de ensino para estudantes desde a creche, passando pelo ensino infantil (Emeis) até o ensino médio. Também presta serviço atendendo jovens e adultos; executa assistência técnica, supervisão e fiscalização de estabelecimentos municipais. (Secretaria de Educação de Ferraz de Vasconcelos, 2010). As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino entre 2003 e 2004.

Tabela 15: Matrículas na educação infantil no município de Ferraz de Vasconcelos (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	51	0	0	2311	0	205
2001	59	0	13	2852	0	187
2002	169	0	0	2788	0	243
2003	279	0	89	3196	0	369
2004	466	0	242	3940	0	374
2005	477	0	237	4015	0	526
2006	509	0	314	4179	0	442
2007	514	0	427	4003	0	414
2008	536	0	587	3981	0	428
2009	728	0	552	2661	0	400

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que na rede municipal as matrículas em creche apresentaram um crescimento de 1427,45% durante o período, sendo que em 2000 o atendimento era quase nulo nessa etapa de ensino. Pós Fundeb o movimento continuou sendo de crescimento. Na rede particular em 2000 não há nenhuma matrícula em creche, 2001 apresenta 13, e 2002 nenhuma, já entre 2003 e 2009 há um crescimento de 520,22%!

Na pré-escola da rede municipal ocorreu um crescimento de 15,14% no número de matrículas, mas a partir de 2007 – ano de início do Fundeb – o movimento foi de queda. Já na rede particular o aumento no número de matrículas é de 95,12% durante o período de 2000 a 2009.

Tabela 16: Estabelecimentos de educação infantil em Ferraz de Vasconcelos (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1	0	0	10	0	4
2001	1	0	1	11	0	5
2002	3	0	0	10	0	5
2003	4	0	3	11	0	8
2004	7	0	5	15	0	8
2005	7	0	5	17	0	11
2006	7	0	8	18	0	11

Fonte: Edudatabrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches teve um crescimento de 600% no período. Em 2000 não existia estabelecimento de ensino com creche, em 2001 há um estabelecimento, entre 2001 a 2006 há crescimento de 700%.

Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresenta aumento de 80%, já na rede privada o aumento é de 175%.

O convênio

O município de Ferraz de Vasconcelos apresenta sete instituições conveniadas, todas de caráter filantrópico. O primeiro convênio firmado ocorreu no ano de 1993.

Em 2009, as instituições conveniadas recebiam um valor *per capita* correspondente a 160,00 reais. A Prefeitura também fica responsável pela alimentação, materiais pedagógicos, materiais de limpeza e pelo uniforme das crianças.

A justificativa apresentada para opção pelo atendimento conveniado é que o município não tem aparelho, - prédio para o atendimento - falta imóvel.

FRANCA

O município de Franca situa-se a 400 km da capital, pertence à região administrativa de Franca. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 287.737 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 319.094 habitantes representando um crescimento de 10,89% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,820, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 11.205,22 reais. A principal atividade econômica do município é a preparação de couros e a fabricação de arte. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Sidnei Franco da Rocha filiado ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Franca conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens adultos.

As creches do município fazem parte do sistema estadual de ensino e foram integradas ao mesmo em 1998.

Tabela 17: Matrículas na educação infantil no município de Franca (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	981	6414	0	1454
2001	0	0	1270	6490	0	1530
2002	216	0	1433	6226	0	1583
2003	217	0	1518	6184	0	1768
2004	218	12	2320	6073	11	2087
2005	185	16	2380	6410	11	2137
2006	66	17	2278	7099	9	2292
2007	163	14	2085	6541	15	2475
2008	206	17	2254	6406	4	2087
2009	199	13	2779	5496	2	1676

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Nas creches municipais, entre 2000 e 2001 não há matrículas, e entre 2002 e 2009 há um decréscimo de 7,87%. Em 2007, ano de início do Fundeb, houve crescimento em relação ao ano anterior, em 2008 também houve aumento, mas em 2009 o movimento foi de queda. Nas creches da rede estadual não há ocorrência de matrículas entre 2000 e 2003. Em 2004 há 12, e em 2009 13, neste meio tempo variou de 14 a 17 matrículas apenas. Na rede particular o número de matrículas em creches apresentou crescimento de 183,28%. O atendimento em creche no município de Franca é basicamente privado.

Na pré-escola municipal houve uma queda de 14,32% no número de matrículas durante o período de 2000 a 2009, de 2001 a 2006 estava tendo crescimento, sendo que após Fundeb ou por causa do ensino de nove anos o movimento foi de queda. A partir de 2004 apresentam-se matrículas em pré-escola na rede estadual, sendo que entre 2004 a 2009 há um decréscimo de 81,81%. Na pré-escola particular observa-se uma ampliação de 15,26% no número de alunos matriculados.

Tabela 18: Estabelecimentos de educação infantil em Franca (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	0	0	23	49	0	18
2001	0	0	31	51	0	19
2002	1	0	33	50	0	20
2003	1	0	36	52	0	24
2004	1	1	49	52	1	35
2005	1	1	52	50	1	36
2006	1	1	56	52	1	53

Fonte: Edudatabrasil

No período em questão Franca apresenta o curioso número de apenas um estabelecimento municipal com creche e, a partir de 2004 um na rede estadual. Já a o número de estabelecimento privado com creche apresentou um crescimento de 143,48%, tendo em 2006: 56 estabelecimentos. O que explicita a justificativa do município de que a política para oferta de educação infantil é a parceria.

O número de estabelecimento municipal com pré-escola apresenta crescimento de 6,12%, já na rede privada o crescimento correspondeu a 194,44%, e um estabelecimento estadual com pré-escola.

O convênio

Franca apresenta quarenta instituições conveniadas, sendo entidades comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos. É interessante atentarmos que o município em 2009 apresenta apenas três creches municipais, sendo uma de responsabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP.

O primeiro convênio entre o executivo municipal e instituição comunitária ocorreu no final da década de 1970, por volta de 1978.

Às instituições conveniadas são repassadas dois tipos de recursos, um recurso direto que envolve a alimentação (perecível e não perecível) e um recurso indireto que envolve atendimento médico, odontológico, pedagoga, gestão social (três assistentes sociais) e educação continuada para os profissionais das creches conveniadas. Há também a subvenção mensal de um valor *per capita* correspondente a 188,24 reais por criança de 0 a 1 ano e 129,84 por criança de 2 a 5 anos.

Segundo a Coordenadora Geral das Creches a política de atendimento em Franca é a parceria, onde a prefeitura é responsável por 90% dos gastos (construção, equipamentos, manutenção, água e luz) e o grupo parceiro por 10% (funcionários). Dessa forma o município conta com o “Programa de Gestão de Creches Conveniadas”, que visa a formação e capacitação do pessoal das entidades.

FRANCISCO MORATO

O município de Francisco Morato situa-se a 45 km da capital, pertence à região metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 133.738 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 146.634 habitantes representando um crescimento de 9,64% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,738, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 4.282,20 reais. A principal atividade econômica do município é o comércio varejista. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Aparecido Bressane do PT.

Educação do município

A Missão da Superintendência dos Negócios da Educação e Cultura de Francisco Morato é coordenar e assessorar administrativa e pedagogicamente o Sistema Escolar, definindo diretrizes estratégicas e padrões com alta eficiência, avaliando e relatando os resultados. (Superintendência de Educação e Cultura de Francisco Morato, 2010).

A rede municipal de ensino conta com escolas de ensino fundamental e educação infantil.

Tabela 19: Matrículas na educação infantil no município de Francisco Morato (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	225	0	0	1672	0	112
2001	524	0	0	2024	0	147
2002	581	0	0	2129	0	135
2003	325	0	0	2030	0	206
2004	759	0	8	2567	0	343
2005	466	0	8	2997	0	299
2006	207	0	9	3201	0	161
2007	378	0	0	3767	0	141
2008	463	0	0	4447	0	117
2009	618	0	0	3834	0	104

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Pelos dados observa-se que na rede municipal o número de matrículas em creches apresentou crescimento de 74,66% durante o período analisado. Pós Fundeb o movimento foi de crescimento contínuo. As matrículas em creche particular constam apenas nos anos de 2004, 2005 com 8 matrículas e em 2006, com 9, nos demais anos não há registro de alunos matriculados em creches particulares. Os dados indicam um baixo atendimento das crianças de 0 a 3 anos no município.

Na pré-escola municipal observa-se aumento de 129.30% no número de alunos matriculados. Pós Fundeb, houve crescimento em 2007 e 2008, mas queda em 2009. Já na rede particular o movimento é contrário, decréscimo de 7,15% no número de alunos matriculados durante o período 2000-2009.

Tabela 20: Estabelecimentos de educação infantil em Francisco Morato (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	4	0	0	20	0	2
2001	8	0	0	24	0	2
2002	8	0	0	24	0	2
2003	7	0	0	24	0	4
2004	13	0	1	29	0	6
2005	12	0	1	31	0	6
2006	12	0	1	28	0	6

Fonte: Edudatabrasil

O número de estabelecimentos municipais com creches no município apresentou crescimento de 200%. A rede privada apresenta apenas um estabelecimento com creche a partir do ano de 2004.

Na pré-escola o município teve ampliação do número de estabelecimentos em 40%. Na rede particular o número de estabelecimento com pré-escola teve crescimento de 200%.

O convênio

Até 2009 a prefeitura possuía convênio com uma única entidade, cujo convênio teve seu término em dezembro de 2009, a instituição conveniada era sem fins lucrativos e segundo a coordenadora da educação infantil não há registros, na superintendência da educação de início do convênio. O convênio teve fim, pois foi ampliada uma escola de educação infantil que se localiza perto da entidade, assim pode-se entender que o convênio existia para suprir a demanda local.

Em relação ao subsídio repassado à instituição, a prefeitura pagava uma contribuição mensal no valor aproximado de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pagava um professor da rede para o atendimento de uma turma de pré I, fornecia material pedagógico, alimentação, material de limpeza e consumo.

FRANCO DA ROCHA

O município de Franco da Rocha situa-se a 50 km da capital, pertence à região metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município

abrigava uma população de 108.122 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, este número foi estimado em 121.451 habitantes representando um crescimento de 12,32% sem um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,778, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 12.098,70 reais. A principal atividade econômica do município é a comércio varejista. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Marcio Cecchetti, filiado ao PSDB.

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Franco da Rocha apresenta Escolas municipais de educação básica (EMEB), CEMI, EMEI, EMEF, EJA, e o CRAEE (Centro de Recursos e Apoio à Educação Especial), tem por objetivo atender aos alunos da Rede Oficial de Ensino de Franco da Rocha e portadores de necessidades especiais. As creches do município foram integradas ao sistema estadual de ensino em 2000.

Tabela 21: Matrículas na educação infantil no município de Franco da Rocha (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	269	0	61	4109	0	345
2001	269	0	71	4101	0	377
2002	269	0	75	4123	0	422
2003	217	0	32	4560	0	417
2004	267	0	50	4635	0	401
2005	266	0	15	4665	0	431
2006	368	0	27	3655	0	220
2007	920	0	45	3626	0	194
2008	1272	0	42	3778	0	176
2009	1056	0	58	3618	0	192

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Nas creches municipais observa-se uma ampliação de 292,56% no número de alunos matriculados. Nas creches particulares houve um decréscimo de 4,92%, entretanto, todo o período foi marcado por oscilações. No ano de início do Fundeb – 2007 - houve crescimento de 150% no número de matrículas em relação ao ano anterior, em 2008 também teve aumento considerável, mas veio a cair em 2009.

Na rede municipal o número de alunos matriculados na pré-escola apresentou uma queda de 11,95%. Curioso o fato de do ano de 2005 para 2006 ter 1000 matrículas a menos no município. No ano de 2007 houve queda se comparado ao ano anterior, em 2007 aumentou e novamente caiu em 2009. Na rede particular a queda no número de matrículas representou 44,35% durante o período analisado. A rede estadual manteve-se ausente na oferta de vagas na educação infantil.

Tabela 22: Estabelecimentos de educação infantil em Franco da Rocha (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	5	0	4	31	0	5
2001	5	0	3	30	0	5
2002	5	0	3	31	0	5
2003	4	0	3	30	0	5
2004	5	0	3	30	0	5
2005	5	0	2	30	0	5
2006	6	0	2	27	0	4

Fonte: Edudatabrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches teve crescimento de 20%, já o número de estabelecimentos privados com creches apresentou queda de 50%.

Na pré-escola tanto a rede municipal quanto a rede privada teve queda no número de estabelecimentos, na rede municipal foi de 12,9% e na privada 20%.

O convênio

O município de Franco da Rocha contava com uma instituição conveniada, sendo a mesma filantrópica. O convênio foi firmado em 2002, a prefeitura era responsável por repassar uma verba da Ação Social e a merenda escolar.

A justificativa para opção pelo atendimento conveniado era que o local (instituição) necessitava de auxílio, encontrava-se em um bairro pobre e atendia 54 crianças.

Em setembro de 2009 foi cortada qualquer forma de auxílio, pois o local não era adequado para o atendimento e a instituição não contava com registro no órgão responsável.

GUARUJÁ

O município de Guarujá situa-se a 87 km da capital, pertence à região administrativa de Santos. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 265.155 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 296.150 habitantes representando um crescimento de 11,68% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,788, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 9.800,14 reais. O turismo é a principal atividade econômica do município. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Maria Antonieta de Brito filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Educação do Município

A Rede Municipal de Ensino é responsável pelos Núcleos de Educação Infantil Municipais (NEIMS), Escolas de Educação Infantil, Escolas de Ensino Fundamental, Escolas de Educação Especial: duas unidades (uma municipal e uma conveniada), Escola de Ensino Profissionalizante, Centros de Atividades Educacionais e Comunitárias.

As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1999.

Tabela 23: Matrículas na educação infantil no município de Guarujá (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	754	0	266	4994	0	912
2001	765	0	532	6065	0	1489
2002	768	0	598	5988	0	1641
2003	761	0	1047	6392	0	1634
2004	786	0	1367	7469	0	1853
2005	773	0	1049	7486	0	1964
2006	804	0	980	6466	0	1943
2007	546	0	1063	7032	0	1674
2008	507	0	1281	6395	0	1939
2009	804	0	1870	4784	0	1713

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Nas creches municipais, observa-se um crescimento de 6,63% no número de matriculados. Em 2007, ano de início do Fundeb houve queda em relação ao ano anterior, o mesmo ocorre em 2008, em 2009 o número volta a crescer chegando a mesma quantidade de alunos matriculados de 2006. Na rede particular a ampliação do número de matrículas em creche representou 603%!

Nas pré-escolas municipais o movimento não é de crescimento e sim de queda, houve um declínio de 4,21% no número de matrículas, mas durante todo o período analisado o número de matrículas passou por oscilações. Em 2007 o número de matrículas foi maior do que em 2006, mas em 2008 e 2009 o número de matrícula diminuiu. Nas pré-escolas particulares houve uma ampliação de 87,82% no número de alunos matriculados.

Tabela 24: Estabelecimentos de educação infantil no Guarujá (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	10	0	6	21	0	15
2001	12	0	19	23	0	26
2002	12	0	22	22	0	29
2003	10	0	22	20	0	29
2004	10	0	27	25	0	33
2005	10	0	27	25	0	35
2006	15	0	28	27	0	36

Fonte: Edudatabrasil

O número de estabelecimentos municipais com creche obteve crescimento de 50% no período, a rede privada teve um crescimento de 366,67%. Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais obteve crescimento de 28,57% e na rede privada 140%.

O convênio

Guarujá apresenta 12 instituições conveniadas que recebem um valor *per capita* diferente por atendimento em período integral e meio período. O município conta também com 20 instituições subvencionadas que recebem renda *per capita* com valores diferentes para atendimento em período integral e meio período. As instituições são filantrópicas e organizações não-governamentais.

As 12 instituições conveniadas são mantidas totalmente pelo Poder Público, sendo que as entidades apenas administram o que é recebido. Já as 20 subvencionadas recebem uma

‘ajuda de custo’ e podem cobrar das famílias uma mensalidade razoável, sendo as mesmas particulares com fins lucrativos. As creches conveniadas recebem R\$ 262,00 por criança/mês, mais cinco refeições diárias por estudante.

O primeiro convênio firmado ocorreu no ano de 1999. A supervisora apresentou como justificativa para o atendimento conveniado o fato do município não conseguir atender pela rede municipal a demanda existente.

HORTOLÂNDIA

Hortolândia situa-se a 115 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 151.669 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 190.781 habitantes representando um crescimento de 25,78% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,790, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 12.098,70 reais. A principal atividade econômica do município é a fabricação de elétricos e eletrônicos. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Angelo Augusto Perugini filiado ao PT.

Educação do município

A Secretaria administra o sistema educacional no Ensino Infantil, Fundamental de 1ª a 4ª série e suplência. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) de Hortolândia conta ainda com o Conselho Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal nº 623, em 18 de dezembro de 1997. O Sistema Municipal de Ensino de Hortolândia foi legalmente instituído em 5 de novembro de 2004, pela lei nº 1.460 a qual foi alterada, em 10 de outubro de 2006, pela lei nº 1.753. (DOMICIANO, 2009).

Hortolândia conta com Emeis que atendem, exclusivamente, às crianças de creche e pré-escolas, Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Emeief) destinadas aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental, Emefs com atendimento exclusivo às séries iniciais do ensino fundamental, um Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), subdivididos em modalidades de Suplência I e II (5ª a 8ª séries) e um Centro

Integrado de Educação e Reabilitação (Cier). Na esfera privada, o município declarou ter trinta escolas privadas atendendo a educação infantil, sendo que apenas nove encontravam-se regularizadas. (DOMICIANO, 2009).

Tabela 25: Matrículas na educação infantil no município de Hortolândia (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	666	0	0	3414	0	145
2001	840	0	0	4358	0	98
2002	957	0	0	5772	0	95
2003	993	0	0	5833	0	142
2004	1346	0	24	6961	0	277
2005	1285	0	39	7617	0	301
2006	1236	0	86	6833	0	177
2007	1370	0	103	4059	0	336
2008	2277	0	125	4567	0	404
2009	2783	0	123	4776	0	398

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Na esfera municipal, vemos que o número de crianças atendidas nas creches aumentou 317,86%, embora seja perceptível seu declínio de 8,17% entre os anos de 2004 a 2006, sendo que pós Fundeb o movimento foi de contínuo crescimento. Na rede particular, até 2003 não havia matrículas em creche, entre 2004 e 2009 há uma ampliação da ordem de 412,5%. Temos que apontar que o número de matrículas na rede privada é pouco se levarmos em conta que há 17 escolas conveniadas.

Na pré-escola, vemos um crescimento da ordem de 39,89% no número de alunos matriculados. Em 2007 – ano de início do Fundeb – houve queda de 40,59% em relação a 2006, podemos questionar se essa queda teve alguma influência do ensino fundamental de nove anos. Em 2008 volta a crescer, o mesmo movimento ocorre em 2009, mas não atingindo o número de matrículas que se tinha em 2006. Na pré-escola da rede particular, observamos um aumento de 174,48% no número de matrículas.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da educação infantil.

Tabela 26: Estabelecimentos de educação infantil em Hortolândia (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	14	0	0	24	0	4
2001	18	0	0	28	0	3
2002	18	0	0	27	0	4
2003	18	0	0	27	0	4

2004	20	0	1	33	0	6
2005	20	0	2	28	0	7
2006	20	0	3	31	0	5

Fonte: Edudatabrasil

No período em questão o número de estabelecimentos municipais com creche apresentou crescimento de 42,86%, na rede privada observa-se que até 2003 o município não contava com estabelecimentos privados que atendiam creche, em 2004 há um estabelecimento e em 2006 há 3 estabelecimentos.

Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresentou crescimento de 29,17% e os estabelecimentos privados crescimento de 25%.

O convênio

O município de Hortolândia apresenta 17 instituições conveniadas, sendo 16 particulares *stricto sensu* e uma assistencial (ONG).

O primeiro convênio foi firmado no ano de 2005, regulamentado pela Lei Municipal nº 1.506/05. Às instituições conveniadas é repassado um valor *per capita* fixado por Decreto do poder Executivo para cada exercício e resultou de uma planilha de custos elaborada pela SECEL.

Como justificativa para o atendimento conveniado é apresentado o fato das escolas da rede não conseguirem atender a todos por causa da grande demanda. Outro motivo apresentado é o fato das famílias se locomoverem constantemente, isto é, migrarem de cidade com grande frequência.

ITAPECERICA DA SERRA

Itapequerica da Serra situa-se a 34 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 129.156 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 148.728 habitantes representando um crescimento de 15,15% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,783, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 15.238,06 reais. Como principal atividade econômica o município tem variados serviços. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Jorge José da Costa filiado ao PMDB.

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação tem por atribuições “I - coordenar, planejar, controlar, organizar e implementar as atividades educacionais, respeitadas as incumbências estabelecidas em legislação federal, estadual e municipal; [...] VII - articular-se com órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou da iniciativa privada, objetivando a complementação e aperfeiçoamento do sistema para consecução dos programas e planos elaborados pelo Município; [...] XI - estabelecer diretrizes para a construção e manutenção das cedes educacionais.” (Secretaria Municipal de Educação de Itapecerica da Serra, 2010).

A rede municipal de ensino conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1989.

Tabela 27: Matrículas na educação infantil no município de Itapecerica da Serra (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	506	0	82	3030	0	289
2001	546	0	570	3175	0	755
2002	471	0	531	3728	0	832
2003	518	0	450	4043	0	780
2004	580	0	533	4198	0	856
2005	626	0	526	4485	0	766
2006	707	0	229	4580	0	968
2007	692	0	294	4502	0	973
2008	698	0	360	4366	0	898
2009	729	0	545	2935	0	719

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Nas creches municipais observa-se uma ampliação de 44,07% no número de alunos matriculados. Pós Fundeb, continuou tendo crescimento no número de alunos matriculados. Nas creches particulares houve um aumento de 564,63% no número de matrículas!

Na rede municipal o número de alunos matriculados na pré-escola apresentou uma queda de 3,14%. Sendo que de 2007 a 2009 o declínio foi de 34,80%. Na rede particular observa-se ampliação no número de matrículas em 148,78% durante o período analisado.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil no intervalo em destaque.

Tabela 28: Estabelecimentos de educação infantil em Itapecerica da Serra (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	12	0	2	21	0	6
2001	13	0	8	22	0	12
2002	13	0	8	24	0	12
2003	14	0	9	25	0	11
2004	16	0	11	28	0	14
2005	14	0	11	29	0	15
2006	14	0	14	30	0	17

Fonte: Edudatabrasil

Itapecerica da Serra apresentou crescimento de 16,67% no número de estabelecimentos municipais com creche, na rede privada o crescimento foi de 600%.

Na pré-escola houve aumento de 42,86% no número de estabelecimentos, na rede privada o aumento foi de 183,33%.

O convênio

Itapecerica da Serra conta com sete instituições conveniadas de caráter filantrópico. O primeiro convênio foi firmado no ano de 1989, a partir de uma Lei Municipal.

Às instituições conveniadas é repassado um valor *per capita* decidido pelo prefeito municipal, em 2010 esse valor corresponde a 84,66 reais, segundo informações coletadas o mesmo sofre reajuste a cada semestre. A prefeitura também é responsável pela merenda escolar dessas instituições.

Como justificativa para o atendimento conveniado é apontado que o município tem uma demanda muito grande e as creches conveniadas entram para ajudar em um maior atendimento, para tentar garantir o atendimento a todos.

ITAQUAQUECETUBA

Itaquaquecetuba situa-se a 33 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 272.416 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 334.914 habitantes representando um crescimento de 22,94% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,744, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 6.928,39 reais. A principal atividade econômica do município é a extração de outros minerais. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Armando Tavares Filho filiado ao Partido da República (PR).

Educação do município

A rede municipal de Itaquaquecetuba apresenta instituições de ensino fundamental e educação infantil.

Tabela 29: Matrículas na educação infantil no município de Itaquaquecetuba (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	968	0	35	3787	0	138
2001	1126	0	60	3882	0	370
2002	436	0	138	4572	0	279
2003	440	0	194	4825	0	412
2004	497	0	133	4853	0	360
2005	490	0	205	5489	0	338
2006	682	0	121	5581	0	297
2007	781	0	245	6428	0	238
2008	974	0	336	5835	0	302
2009	1218	0	708	5642	0	266

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que as matrículas da creche na rede municipal apresentaram um crescimento de 25,82% no intervalo em destaque. Pós Fundeb o movimento foi de contínuo crescimento. Na rede privada, também houve crescimento, correspondente a 1922,85%!

Na Pré-escola municipal, de 2000 a 2009, ocorreu um aumento de 48,98% no número de alunos matriculados. Mas, pós Fundeb o movimento foi de queda. Na rede privada observou-se aumento de 92,75%.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil no intervalo em destaque.

Tabela 30: Estabelecimentos de educação infantil em Itaquaquecetuba (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	7	0	3	50	0	3
2001	8	0	7	49	0	9
2002	8	0	7	46	0	6
2003	8	0	8	46	0	10
2004	9	0	6	45	0	8
2005	9	0	7	48	0	9
2006	9	0	5	48	0	6

Fonte: Edudatabrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches apresentou crescimento de 28,57%, na rede privada observa-se crescimento de 66,67% no número de estabelecimentos com creche.

Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresentou um declínio de 4%, já a rede privada apresentou crescimento de 100% no número de estabelecimentos com pré-escola.

O convênio

O município de Itaquaquecetuba tem 15 instituições privadas conveniadas com a prefeitura, sendo as mesmas comunitárias.

O primeiro convênio realizado entre o poder público e essas instituições ocorreu em 2007. Às instituições são repassadas um valor *per capita*, em 2010 fixado em 106,00 reais.

Como justificativa para opção pelo atendimento conveniado declararam não possuir área institucional para construção de creches e possuir no município uma demanda muito grande de busca por vagas em creches.

ITU

Itu situa-se a 103 km da capital, pertence à região administrativa de Sorocaba. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 135.304 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 147.157 habitantes representando um crescimento de 8,76% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,815, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 23.516,35 reais. O turismo é a principal atividade econômica do município. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Herculano Castilho Passos Júnior filiado ao PV.

Educação do município

A rede municipal conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2009.

Tabela 31: Matrículas na educação infantil no município de Itu (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	228	0	156	5115	0	812
2001	337	0	274	5054	0	815
2002	360	0	265	4950	0	877
2003	410	0	266	5018	0	782
2004	356	0	234	5257	0	849
2005	427	0	384	5473	0	965
2006	254	0	407	4838	0	977
2007	397	0	360	5700	0	701
2008	479	0	364	5182	0	679
2009	687	0	405	3509	0	642

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Nas creches municipais observa-se uma ampliação de 201,31% no número de alunos matriculados. No período pós Fundeb, manteve-se o movimento de crescimento. Nas creches particulares houve um aumento de 159,61% no número de matrículas.

Na rede municipal o número de alunos matriculados na pré-escola apresentou uma

queda de 31,39%, o mesmo movimento é verificado pós Fundeb. Na rede particular observa-se também queda no número de matrículas em 20,93% durante o período analisado.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil no intervalo em destaque.

Tabela 32: Estabelecimentos de educação infantil em Itu (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	8	0	5	34	0	13
2001	11	0	6	33	0	12
2002	12	0	7	33	0	12
2003	14	0	7	36	0	12
2004	13	0	7	37	0	12
2005	16	0	10	41	0	14
2006	10	0	10	43	0	16

Fonte: EdudataBrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creche em Itu apresentou crescimento de 25%, na rede privada, o número de estabelecimentos privados com creche obteve crescimento de 100%.

Na pré-escola observa-se aumento de 26,47% no número de estabelecimentos municipais, na rede privada o aumento corresponde a 23,08%

O convênio

O município de Itu apresenta três instituições conveniadas que atendem crianças de 0 a 5 anos, sendo as mesmas filantrópicas. O primeiro convênio firmado ocorreu em 2005 com uma instituição, as outras duas foram conveniadas em 2009. A justificativa para adoção de parceria é a alta demanda para esse atendimento.

As instituições conveniadas recebem um valor *per capita*, repasse esse feito com verba do Fundeb. O valor é variado de acordo com o repasse do Fundeb, entre R\$180,00 a R\$200,00 por criança/mês.

JACAREÍ

Jacareí situa-se a 82 km da capital, pertence à região administrativa de São José dos Campos. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 191.358 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 207.028 habitantes representando um crescimento de 8,18% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,809, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 19.656,85 reais. A principal atividade econômica do município é a de indústrias diversas. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Hamilton Ribeiro Mota filiado ao PT.

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação “tem como finalidade garantir a educação como direito fundamental do cidadão visando ao seu pleno desenvolvimento e favorecendo o despertar de suas potencialidades, formando-o para o exercício da cidadania, dentro dos princípios da liberdade e da solidariedade” (Secretaria Municipal de Educação de Jacareí, 2010).

A rede municipal de ensino conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1990.

Tabela 33: Matrículas na educação infantil no município de Jacareí (2009-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1266	0	94	4569	0	1076
2001	1305	0	150	4572	0	1176
2002	1291	0	539	4684	0	1500
2003	1271	0	616	4474	0	1803
2004	1295	0	595	4542	0	1896
2005	1213	0	681	4757	0	1760
2006	587	0	897	5110	0	2065
2007	769	0	1028	4720	0	1997
2008	749	0	1144	4690	0	2113
2009	1284	0	1880	4039	0	1409

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Como esperado, a rede estadual manteve-se ausente na oferta da Educação Infantil no intervalo em destaque.

Observa-se que as matrículas da creche na rede municipal apresentaram um crescimento ínfimo de 1,42%, entre 2005 e 2008 o número de alunos matriculados apresentou grande queda, voltando a crescer em 2009. A rede privada, entretanto, apresentou crescimento de 1900%!

A pré-escola municipal de 2000 a 2009 apresentou um decréscimo de 11,59% no número de alunos matriculados. No período pós Fundeb houve queda contínua no número de matrículas. Na rede privada observou-se aumento de 30,94%.

Tabela 34: Estabelecimentos de educação infantil em Jacareí (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	10	0	5	27	0	22
2001	10	0	5	27	0	24
2002	10	0	22	27	0	36
2003	10	0	32	27	0	46
2004	10	0	33	27	0	48
2005	10	0	33	27	0	43
2006	8	0	40	26	0	46

Fonte: Edudatabrasil

Em Jacareí observa-se uma queda de 20% no número de estabelecimentos municipais com creches. Já na rede privada observa-se crescimento de 700% no número de estabelecimentos com creches. O número de estabelecimentos municipais com pré-escolas apresentou queda de 3,7%, já o número de estabelecimentos privados com pré-escolas teve um crescimento de 109,09%.

O convênio

No município de Jacareí há catorze instituições conveniadas sendo a maioria de caráter filantrópico e duas entidades religiosas (católicas).

O primeiro convênio firmado data de 2005. As justificativas apontadas para opção pelo atendimento conveniado são: o convênio é “mais em conta”, a prefeitura não tem problemas com funcionários e não precisa administrar o pessoal.

No que se refere ao subsídio é repassado às instituições um valor *per capita* diferenciado para atendimento de meio período e de período integral. Em 2010 o subsídio é repassado às instituições da seguinte maneira:

O valor mensal de R\$ 85,00 por aluno, meio período.

O valor mensal de R\$ 170,00 por aluno, período integral.

A prefeitura também fica responsável pela merenda escolar, pelo prédio, e pelo passe escolar para as mães dos alunos.

JUNDIAÍ

Jundiaí situa-se a 63 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 322.798 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 342.983 habitantes representando um crescimento de 6,25% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,857, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 40.703,90 reais. A principal atividade econômica do município é fabricação de produtos alimentares e bebidas. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Miguel Moubadda Haddad filiado ao PSDB.

Educação do município

O objetivo principal da Secretaria Municipal de educação “é oferecer educação de qualidade nas áreas de educação infantil e ensino fundamental (Ciclo I)” (Secretaria Municipal de Educação de Jundiaí, 2010).

A rede municipal de ensino conta com unidades de ensino para creche, pré-escola e ensino fundamental e um Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino em 1998.

Abaixo evolução das matrículas na educação infantil.

Tabela 35: Matrículas na educação infantil no município de Jundiaí (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	506	0	310	8765	0	1629
2001	1034	0	589	9394	0	1775
2002	1069	0	455	9559	0	1838
2003	1100	0	724	9776	0	2025
2004	1161	0	1025	10047	0	2100
2005	1307	0	1402	9928	0	2836
2006	1344	0	1281	5194	0	2304
2007	1504	0	1454	5587	0	1798
2008	2305	0	1441	5945	0	1813
2009	2706	0	1426	6344	0	1828

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Pelos dados observa-se que o número de matrículas em creches na rede municipal apresentou crescimento da ordem de 434,78%. A partir de 2007 – ano de início do Fundeb – o crescimento foi mais intenso, crescendo 79,92 entre 2007 e 2009. Na rede particular ocorreu aumento de 360% no número de matrículas.

O número de alunos matriculados em pré-escolas municipais apresentou queda de 27,62%, mas houve um movimento crescente entre 2000 e 2004, com queda em 2005 e uma mais abrupta em 2006, a partir de 2007 começa a crescer progressivamente. Na rede particular vemos um aumento do número de matrículas em 12,21%.

Tabela 36: Estabelecimentos de educação infantil em Jundiaí (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	10	0	5	59	0	19
2001	20	0	15	59	0	20
2002	22	0	13	58	0	20
2003	22	0	31	59	0	39
2004	21	0	30	60	0	39
2005	23	0	43	62	0	54
2006	24	0	46	59	0	54

Fonte: Edudatabrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creche apresentou crescimento de 140% no período em destaque, na rede privada observa-se um crescimento de 820%!

O número de estabelecimentos municipais com pré-escola inicia o período com 59 e termina com 59, entretanto, em 2002 estava com 58, 2004 com 60 e 2005 com 62. A rede privada apresentou crescimento de 184,21%.

O convênio

O município de Jundiaí tem sete instituições conveniadas com o Poder Público Local. As entidades sociais conveniadas são de caráter filantrópico.

Segundo a responsável pelo setor de planejamento desde muito tempo o município tem parceria com instituições privadas para oferta de vagas na educação, desde o tempo em que as creches pertenciam à Secretaria de Integração Social.

Segundo ela, a partir do ano de 2009 é que a Secretaria Municipal de Educação começou a disciplinar os convênios com as instituições. Sendo que antes eram convênios anuais e individuais, não havendo “regras” estabelecidas que valessem para todas as instituições conveniadas. Segundo a mesma, os convênios comuns a todas as instituições se formalizaram no ano de 2010.

Em 2009 havia três entidades conveniadas e o valor era repassado por instituição. A partir de 2010 a subvenção repassada é um valor por criança e por idade.

Falta de vagas, demanda maior que o número de vagas, novas creches com custos mais altos, demora no tempo das construções: são as justificativas apontadas para a opção pelo atendimento conveniado.

LIMEIRA

Limeira situa-se a 151km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 248.632 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 272.734 habitantes representando um crescimento de 9,69% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,814, igual ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 19.108,73 reais. A principal atividade econômica do município é a fabricação de máquinas e equipamentos. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Sílvia Félix da Silva filiada ao Partido Democrático Brasileiro (PDT).

Educação do município

O município conta com EMEIEF's – Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, CI's – Centros Infantis, CEIEF's- Centros de Educação Infantil e Ensino Fundamental, EMEI's – Escolas Municipais de Educação Infantil e EMES – Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos.

As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino em 1997, pela Lei Complementar nº83 de 1997.

Tabela 37: Matrículas na educação infantil no município de Limeira (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1181	0	173	7644	0	1119
2001	1203	0	372	7726	0	1507
2002	1331	0	433	7898	0	1534
2003	1336	0	496	7982	0	1507
2004	1214	0	428	8337	0	1532
2005	1360	0	489	8288	0	1554
2006	1487	0	601	8392	0	1261
2007	1686	0	603	8468	0	988
2008	1738	0	866	8745	0	836
2009	3051	0	1175	4745	0	788

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que o número de matrículas municipais em creche apresentou crescimento de 158,34%, entre 2007 e 2009 o crescimento foi de 80,96%. A rede privada também apresentou crescimento no período de 2000 a 2009, correspondente a 579,19%.

Na pré-escola observa-se um declínio no número de alunos matriculados na rede municipal de 37,92%, sendo que entre 2007 a 2009 a queda foi de 43,96%. Na rede privada a queda no número de matrículas foi de 29,57%.

Tabela 38: Estabelecimentos de educação infantil em Limeira (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	16	0	13	66	0	30
2001	16	0	19	68	0	35
2002	17	0	24	70	0	36

2003	17	0	21	70	0	34
2004	17	0	18	71	0	35
2005	17	0	21	71	0	35
2006	17	0	26	70	0	36

Fonte: Edudatabrasil

O número de estabelecimentos municipais com creches em Limeira apresentou crescimento de 6,25%, passou-se de 16 para 17 estabelecimentos, já o número de estabelecimentos privados com creche apresentou crescimento de 100%. Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresentou crescimento de 6,06%, e os estabelecimentos privados com pré-escolas apresentou crescimento de 20%, interessante que o número de matriculados na pré-escola privada apresentou queda de 2005 para 2006, enquanto o número de estabelecimentos aumentou.

O convênio

O município possui uma instituição conveniada a “Associação São Vicente de Paulo” que atende crianças de 0 a 5 anos, a mesma é uma instituição filantrópica. O convênio teve início em 2009. À instituição é repassado um valor do qual a associação utiliza para pagar parte dos funcionários, a justificativa para o atendimento conveniado é a demanda por creche e também o fato de que a instituição era ligada à Promoção Social e com o Fundeb ser transferida para a Educação.

Além dessa instituição conveniada, o município conta também com o programa “Bolsa Creche” que abarca instituições privadas *stricto sensu*. Essas instituições são chamadas de creches concessionárias, pois o instrumento legal da parceria é o Termo de Concessão.

O Programa é regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 318, de 18 de outubro de 2007 – conhecido como Lei do “Bolsa-Creche”. O “Bolsa-Creche” é um programa que consiste em subsidiar vagas em escolas de educação infantil particulares para crianças que estejam na lista de espera dos Centros Infantis (CIs) do município. Os alunos, atendidos tem entre zero e 3 anos de idade. (Secretaria da Educação de Limeira, 2010).

São 14 unidades de ensino particulares que participam do “Bolsa-Creche”, as mesmas recebem 355,00 reais por criança em período integral, elas recebem apoio de todos os profissionais da prefeitura necessários para o desenvolvimento do programa – como fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo, assistente social, além da formação dos professores.

Os critérios para participar do “Bolsa-Creche” são: a criança precisa ser cadastrada em um dos CIs do município e os pais ou responsáveis devem manter residência em Limeira, estar empregados e não possuir renda superior a quatro salários mínimos. O atendimento é feito conforme a classificação da criança na lista de espera. (Secretaria da Educação de Limeira, 2010).

Segundo a Agente de Desenvolvimento Educacional responsável pela educação infantil (função equivalente a Supervisor de ensino), o “Bolsa Creche” não pode ser subsidiado pelo Fundeb, pois as instituições participantes do programa possuem fins lucrativos, por este motivo optaram pelo Termo de Concessão. O programa é subsidiado pelos recursos próprios que o município deve investir em educação. As justificativas para opção pelo programa e pela concessão são o Fundeb e a prestação de contas.

MAUÁ

Mauá situa-se a 32 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 363.111 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 402.643 habitantes representando um crescimento de 10,88% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,781, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 13.394,59 reais. A principal atividade econômica do município é a fabricação de produtos químicos. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Oswaldo Dias filiado ao PT.

Educação do município

A rede municipal de ensino conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos. As creches do município, ainda não são integradas ao sistema municipal de ensino, estando sob responsabilidade da área de assistência social.

A seguir evolução das matrículas na educação infantil.

Tabela 39: Matrículas na educação infantil no município de Mauá (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1029	0	291	11337	0	852
2001	965	0	241	11412	0	1007
2002	990	0	201	11277	0	977
2003	1117	0	377	11431	0	1005
2004	1240	0	489	12402	0	999
2005	1256	0	552	12489	0	1535
2006	1335	0	585	12167	0	1299
2007	1588	0	561	11868	0	1017
2008	1622	0	553	11893	0	988
2009	2219	0	698	6536	0	992

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Nas creches municipais, observa-se um crescimento de 115,64% no número de matriculados. A partir de 2007 – ano de início do Fundeb – o crescimento é mais crescente, apresentado 39,73% entre 2007 e 2009. Na rede particular a ampliação do número de matrículas em creche representou 139,86%!

Nas pré-escolas municipais o movimento não é de crescimento e sim de queda, houve um declínio de 42,34% no número de matrículas, sendo a maior queda em 2009, onde houve um pouco mais de 5.000 matrículas a menos que no ano de 2008! Nas pré-escolas particulares houve uma ampliação de 16,43% no número de alunos matriculados.

Tabela 40: Estabelecimentos de educação infantil em Mauá (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	17	0	9	30	0	15
2001	17	0	7	30	0	15
2002	17	0	6	30	0	15
2003	19	0	6	30	0	15
2004	19	0	10	31	0	18
2005	20	0	18	32	0	29
2006	20	0	21	32	0	29

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches teve um crescimento de 17,65% e o número de estabelecimentos privados com creches crescimento de 133,33%! A pré-escola municipal teve um crescimento de apenas 6,67% no número de estabelecimentos, enquanto a rede privada apresentou um crescimento de 93,33% no seu número de estabelecimentos.

O convênio

Mauá apresentava seis instituições conveniadas na data do nosso primeiro contato com a supervisora responsável pela educação infantil, no segundo contato para coletar dados que até então não tínhamos conseguido, a supervisora que nos atendeu declarou que o município em 2010 fechou convênio com 13 instituições para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos.

As seis instituições conveniadas até 2009 era três ONGs e três *stricto sensu*, já as 13 conveniadas em 2010 são todas sem fins lucrativos. A supervisora não soube precisar se o primeiro convênio ocorreu em 1997 ou 1999, mas acredita que foi em 1997.

A essas instituições conveniadas é subvencionado um valor *per capita*. A justificativa para o atendimento conveniado é que a sociedade já desenvolve atividade e o município ajuda para fortalecê-las.

MOGI DAS CRUZES

Mogi das Cruzes situa-se a 50 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 329.680 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 362.991 habitantes representando um crescimento de 10,10% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,801, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 15.250,95 reais. A principal atividade econômica do município gira em torno das indústrias diversas. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Marco Aurélio Bertaiolli filiado ao DEM.

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação tem como desafio “Proporcionar educação com qualidade social para todas as crianças. Erradicar o analfabetismo, ampliar o nível de escolaridade da população e propiciar qualificação para o trabalho e geração de renda.” (Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, 2010).

A rede municipal de ensino apresenta dois Centros de Convivência Integrados e escolas municipais de ensino fundamental. As creches do município, no entanto, foram integradas ao sistema municipal de ensino em 2000.

Tabela 41: Matrículas na educação infantil no município de Mogi das Cruzes (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	778	13	1403	10372	30	3067
2001	871	26	1396	10697	24	3269
2002	870	0	1640	10723	0	3239
2003	977	0	1865	11459	0	3449
2004	963	0	2049	11172	0	4392
2005	1168	0	2451	11445	0	4929
2006	1280	0	2448	10730	0	4690
2007	1351	0	2830	10432	0	4108
2008	3813	0	4648	8204	0	2999
2009	3827	0	4659	8235	0	2895

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Pelos dados observa-se que o número de matrículas em creche na rede municipal apresentou crescimento da ordem de 391,90%, sendo que entre 2007 a 2009 o crescimento foi de 183,27%. Na rede particular ocorreu o mesmo movimento, aumento de 232,07%.

O número de alunos matriculados em pré-escolas municipais apresentou queda de 20,60%, pós Fundeb a queda foi de 21,06%. Na rede particular vemos uma queda no número de matrículas em 5,60%.

Na rede estadual houve matrículas em creche em 2000 e 2001, representando respectivamente, 13 e 26. Nas pré-escolas houve matrículas nos mesmos anos, sendo 30 em 2000, e 24 em 2001. Nos anos seguintes o Estado manteve-se ausente na oferta vagas da educação infantil.

Tabela 42: Estabelecimentos de educação infantil em Mogi das Cruzes (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	23	1	42	49	1	57
2001	24	1	46	51	1	62
2002	23	0	48	51	0	65
2003	22	0	54	54	0	73
2004	24	0	77	57	0	96
2005	29	0	93	60	0	116
2006	31	0	99	60	0	114

Fonte: Edudatabrasil

Observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches teve um crescimento de 34,78% e o número de estabelecimentos privados com creches crescimento de 135,71%! A pré-escola municipal teve um crescimento de 22,45% no número de estabelecimentos, enquanto a rede privada apresentou um crescimento de 100% no seu número de estabelecimentos.

O convênio

Mogi das Cruzes apresenta um número impressionante de instituições conveniadas: 63 no total. Segundo a supervisora são instituições filantrópicas e associações de bairro.

O primeiro convênio firmado entre o executivo municipal e instituições privadas para oferta de vaga nas creches ocorreu em 1988.

Segundo a Supervisora de ensino a subvenção repassada às instituições é *per capita* que variam conforme o atendimento: meio período ou período integral, o berçário também apresenta um valor diferenciado.

Economicidade, prestação contas e garantia do atendimento compensam, pois não há encargos trabalhistas: são as justificativas apresentadas para opção pelo atendimento conveniado no município.

PIRACICABA

Piracicaba situa-se na região sudeste do Estado de São Paulo a uma distância de 170 Km da capital. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma

população de 329.158 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 358.108 representando um crescimento de 8,79% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,836, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 21.766,25 reais. A principal atividade econômica do município gira entorno das indústrias diversas. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Barjas Negri filiado ao PSDB.

Educação do município

O Sistema Municipal de Ensino em Piracicaba, compreende a Secretaria de Educação do Município de Piracicaba, o Conselho Municipal de Educação, as instituições de ensino fundamental e de educação infantil mantidas pelo poder público municipal e as criadas e mantidas pela iniciativa privada, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e a Conferência Municipal de Educação (Lei 5.684/06, Art. 42). (DOMICIANO, 2009)

Piracicaba tem escolas de educação municipal que atendem exclusivamente a educação infantil, ou ao ensino fundamental e ao ensino infantil e fundamental. Além desses estabelecimentos, o município tem unidades isoladas⁷ que até 2005 atenderam exclusivamente a pré-escola, foram vinculadas ao ensino fundamental tornando-se a etapa inicial desse ensino. (DOMICIANO, 2009).

Tabela 43: Matrículas na educação infantil no município de Piracicaba (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	2005	0	1108	5173	0	2935
2001	1669	0	1306	5605	0	2901
2002	1702	0	1264	5862	0	3209
2003	1661	0	1799	5712	0	3702
2004	1719	0	2218	5690	0	4206
2005	1687	0	2252	5161	0	4419

⁷ As unidades isoladas correspondem a salas de aula que mesmo pertencendo à prefeitura, não funcionam no interior de uma escola pública e sim em salas isoladas, são as chamadas classes vinculadas.

2006	2750	0	1651	3597	0	2703
2007	4003	0	1643	5376	0	2470
2008	4750	0	1657	5539	0	2479
2009	5328	0	1661	6019	0	2349

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que o número de matrículas em creche na rede municipal apresentou crescimento de 165,73% de 2000 a 2009. De 2000 para 2001, as matrículas decaíram 16,75% e depois mantiveram-se estagnadas até o ano de 2005 voltando a crescer 63,01% em 2006. Na rede particular observamos um aumento de 49,90% no período em destaque. Domiciano (2009) aponta que, parte das matrículas privadas em creche pertencentes ao “Bolsa Creche” estavam sendo ‘contabilizadas’ como públicas, “Isso significa que algumas vagas do Programa ‘migraram’ tanto na contagem, quanto nos registros oficiais, para rede pública a partir do ano de 2006. Esse mesmo processo ocorreu com a pré-escola, entretanto, o fenômeno ficou menos observável em função da transferência do atendimento de seis anos para o ensino fundamental.” (p. 67).

O número de alunos matriculados em pré-escolas municipais apresentou crescimento de 16,35%. Na rede particular vemos uma queda no número de matrículas em 19,96%.

Tabela 44: Estabelecimentos de educação infantil em Piracicaba (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	37	0	60	52	0	71
2001	37	0	67	54	0	76
2002	37	0	69	54	0	76
2003	37	0	72	54	0	79
2004	38	0	78	54	0	84
2005	37	0	82	50	0	88
2006	41	0	91	45	0	96

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches teve um crescimento de 10,81% e o número de estabelecimentos privados com creches crescimento de 51,67%! A pré-escola municipal teve queda de 22,45% no número de estabelecimentos, enquanto a rede privada apresentou um crescimento de 35,21% no seu número de estabelecimentos.

O convênio

As informações sobre creches conveniadas no município de Piracicaba utilizadas neste trabalho terão como fonte pesquisas desenvolvidas por Cassia Alessandra Domiciano (2006, 2009), tendo em vista que as informações solicitadas à Secretaria Municipal de Educação via telefone e ofícios enviados por *e-mail* foram negadas, pois para obter as informações se deveria solicitá-las ao senhor Secretário de Educação, por meio de ofício e protocolar na Secretaria Municipal de Educação.

O município de Piracicaba adotou desde o ano de 2001 o Programa 'Bolsa Creche', o referido programa foi instituído pela Lei Municipal nº 5.081 de 19 de dezembro de 2001. Tal lei permitiu ao poder público local firmar convênio com entidades filantrópicas, ONGs e escolas privadas de educação infantil destinando a esses estabelecimentos o pagamento de um valor *per capita* para cada criança que não obteve vaga em escolas de educação infantil da rede pública e foi encaminhada e matriculada em um desses estabelecimentos (DOMICIANO, 2009). Segundo Domiciano (2009), o valor do pagamento *per capita* mensal é fixado por meio de Decreto do Poder Executivo a cada exercício conforme o Art. 3, da Lei nº 5.081/01. Domiciano (2009) apresenta o valor aproximado do *per capita* fixado para o 'Bolsa Creche' do turno integral em 2006 em R\$172,57. Em 2006 o município tinha convênio com 42 instituições, sendo elas *stricto sensu* e filantrópicas.

A justificativa apresentada para criação do programa foi o de “[...] atender a demanda reprimida e diminuir a ‘lista de espera’ na Educação Infantil, o poder público acreditava que uma provável ‘solução’, rápida e emblemática, pudesse partir da ‘união de forças’ entre a prefeitura e a iniciativa privada.” (DOMICIANO, 2009, p. 87).

PRESIDENTE PRUDENTE

Presidente Prudente situa-se a 560 km da capital, pertence à região administrativa de Presidente Prudente. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 189.104 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 207.789 habitantes representando um crescimento de 9,88% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,846, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814.

Seu PIB *per capita* em 2007 era de 14.651,93 reais. A principal atividade econômica do município é o comércio varejista. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Milton Carlos de Mello filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente (Seduc) foi criada legalmente pela lei nº 2296/83 de 21 de Dezembro de 1983. (Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente, 2010).

As escolas da rede municipal de ensino atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial.

A seguir evolução das matrículas na educação infantil.

Tabela 45: Matrículas na educação infantil no município de Presidente Prudente (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1223	0	625	5590	0	1109
2001	1349	0	768	5543	0	1291
2002	1365	0	1138	5459	0	1461
2003	1380	0	1188	5404	0	1460
2004	1583	37	1145	5500	20	1678
2005	1680	29	798	5373	31	2025
2006	1695	27	824	4762	29	1787
2007	1682	22	900	5040	31	1543
2008	1754	25	993	4929	14	1471
2009	2433	31	1227	2567	0	1267

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que o número de matrículas em creche na rede municipal apresentou crescimento de 98,93% de 2000 a 2009, sendo que entre 2007 e 2009 o crescimento foi de 44,64%. Na rede particular observamos um aumento de 96,32%. A rede estadual apresentou matrículas em creche a partir de 2004, sendo que de 2004 a 2009 observa-se um declínio de 16,21%.

Nas pré-escolas municipais vemos um decréscimo de 54,07% no número de alunos matriculados, sendo a maior queda em 2009. Já nas pré-escolas particulares há crescimento de 14,24% no número de alunos matriculados. Na rede estadual há matrículas em pré-escola a

partir de 2004, sendo que de 2004 a 2008 há um decréscimo de 30%, zerando em 2009 o número de matrículas.

Tabela 46: Estabelecimentos de educação infantil em Presidente Prudente (2000-2006)

Ano	Creche				Pré-escola	
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	17	0	19	28	0	22
2001	19	0	25	28	0	29
2002	19	0	25	28	0	32
2003	19	0	25	28	0	30
2004	20	1	27	28	1	35
2005	24	1	25	28	1	39
2006	26	1	29	28	1	35

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos municipais com creches apresentou crescimento de 52,94%, a rede privada crescimento de 52,63%. A rede estadual apresenta um estabelecimento com creche a partir de 2004.

Na pré-escola observa-se que a rede municipal apresenta quantidade constante de estabelecimentos, a rede privada apresentou crescimento de 59,09% e a rede estadual apresenta um estabelecimento com creche a partir de 2004.

O convênio

Presidente Prudente conta com cinco instituições conveniadas no período, sendo essas filantrópicas. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 1984. No ano de 1984 iniciou os convênios entre o poder público e as instituições privadas sem fins lucrativos para oferta de vagas na educação infantil.

Nos anos anteriores e em 2009 foi realizado convênio de subvenção financeira, sendo a verba que o município oferece em forma de Lei. Às instituições conveniadas é repassado um valor *per capita*, a prefeitura ainda fica responsável em oferecer os produtos de limpeza para as instituições e a alimentação para as crianças, essa última através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A justificativa para opção pelo atendimento conveniado é a ausência de espaços em prédios públicos.

SANTA BÁRBARA D' OESTE

Santa Bárbara d' Oeste situa-se a 130 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 169.735 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 184.318 habitantes representando um crescimento de 8,59% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,819, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 15.409,38 reais. A principal atividade econômica do município é a metalurgia. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Mario Celso Heins filiado ao PDT.

Educação do município

A rede municipal de ensino composta por escolas de ensino fundamental (Emef), escolas de ensino fundamental e educação infantil (Emeief), Área de Desenvolvimento Infantil (ADI) e Centro Integrado de Educação Pública (CIEP). As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino em 1996.

Tabela 47: Matrículas na educação infantil no município de Santa Bárbara d' Oeste (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	645	0	154	4505	0	547
2001	602	0	228	4635	0	622
2002	766	0	226	4441	0	650
2003	1007	0	230	4644	0	783
2004	1050	0	348	4939	0	741
2005	1058	0	348	4978	0	772
2006	1301	0	411	4855	0	750
2007	1266	0	350	4816	0	590
2008	1665	0	390	1923	0	587
2009	1094	0	419	3922	0	511

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Pelos dados observa-se que o número de matrículas em creches na rede municipal apresentou crescimento de 69,61% de 2000 a 2009, mas pós Fundeb o número de matrículas caiu 13,58%. Na rede particular observamos um aumento de 172,07% no número de alunos matriculados em creche.

Nas pré-escolas municipais vemos um decréscimo de 12,94% no número de alunos matriculados. De 2008 para 2009, no entanto, observa-se um crescimento de 2000 matrículas. E nas pré-escolas particulares há queda de 6,58% no número de alunos matriculados.

Tabela 48: Estabelecimentos de educação infantil em Santa Bárbara d' Oeste (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	11	0	8	34	0	11
2001	12	0	14	34	0	14
2002	12	0	14	37	0	15
2003	12	0	16	36	0	19
2004	12	0	17	36	0	17
2005	12	0	17	36	0	17
2006	14	0	18	35	0	19

Fonte: Edudatabrasil

O número de estabelecimentos municipais com creches apresentou crescimento de 27,27%, na rede privada observa-se crescimento de 125% no número de estabelecimentos com creche. Na pré-escola há um pequeno crescimento de 2,94% no número de estabelecimentos, já na rede privada o crescimento é de 72,73%.

O convênio

Santa Bárbara d' Oeste conta com duas instituições conveniadas: a Creche João Paulo e a Casa da criança, as duas são instituições filantrópicas. Sendo o primeiro convênio de 2001 e o segundo de 2002.

Nesse convênio a secretária de educação fica responsável pelo salário dos professores das creches, pelo material pedagógico e pela alimentação dos alunos. Segundo a supervisora de ensino, a partir de 2010 será repassado às instituições um percentual decidido pelo executivo municipal.

Para opção pelo atendimento conveniado, a supervisora apresentou como justificativa o fato do município não ter prédios para atender a demanda e o conveniamento uma opção para o atendimento mais rápido.

SÃO CAETANO DO SUL

São Caetano do Sul situa-se a 12 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 140.144 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 144.857 habitantes representando um crescimento de apenas 3,36% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,919, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 62.458,89 reais. Como principal atividade econômica o município variados serviços. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Auricchio Júnior filiado ao PTB.

Educação do município

Cabe à Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul (Seeduc) a tarefa de manter em funcionamento a ampla rede de escolas de ensino regular e educação alternativa sancaetanense. “O trabalho da Seeduc também inclui o aperfeiçoamento contínuo dos professores e funcionários, com a valorização do profissional da área. Desta forma, a Prefeitura obtém seu objetivo de sempre oferecer aos alunos sancaetanenses as melhores e mais modernas práticas educacionais, permitindo assim que os estudantes da rede pública continuem tendo acesso a uma educação de qualidade reconhecida em todo o país”. (Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul, 2010).

A rede municipal de ensino conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação de jovens e adultos e a educação especial.

Tabela 49: Matrículas na educação infantil no município de São Caetano do Sul (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1900	0	382	3682	0	810
2001	2028	0	307	3704	0	678
2002	1890	0	250	3644	0	751
2003	1908	0	305	3727	0	715
2004	2015	0	368	3708	0	688
2005	1907	0	419	3660	0	722
2006	1441	0	419	3546	0	916
2007	1650	0	643	3235	0	702
2008	1483	0	683	2763	0	756
2009	2148	0	728	1966	0	697

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

O número de matrículas em creches na rede municipal apresentou crescimento de 13,05% no período em destaque, pós 2007 houve crescimento de 30,18%. Na rede particular observamos um aumento de 90,57% no número de alunos matriculados.

Nas pré-escolas municipais vemos um decréscimo de 46,60% no número de alunos matriculados, sendo que, de 2007 a 2009, o declínio é de 39,22%. E nas pré-escolas particulares decréscimo de 13,95% no número de alunos matriculados.

Tabela 50: Estabelecimentos de educação infantil em São Caetano do Sul (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	37	0	12	37	0	17
2001	36	0	9	37	0	14
2002	36	0	7	37	0	13
2003	36	0	7	37	0	12
2004	35	0	7	37	0	12
2005	35	0	7	37	0	12
2006	35	0	8	36	0	13

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos com creche da rede municipal apresentou queda de 5,41% no período em destaque, na rede privada também observa-se queda no número de estabelecimento em 33,33%. Na pré-escola o número de

estabelecimentos municipais apresenta queda de 2,7%, já na rede privada o número de estabelecimentos com pré-escola apresenta crescimento de 23,53%.

O convênio

O município de São Caetano do Sul possui três instituições conveniadas - Creche Oswaldo Cruz, Creche Zilda Natel, Creche Lar Samaritano da Mãe Operária (Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 2010).

Conforme informações coletadas via contato telefônico com as próprias creches, pois a Secretaria negou-se a dar informações, a Creche Zilda Natel é conveniada com a prefeitura desde o ano de 1994, a mesma é filantrópica e atende crianças de 0 a 5 anos. A mesma recebe uma subvenção, e a prefeitura também faz o pagamento dos funcionários e fornece a merenda escolar. O vice-presidente da entidade responsável pela creche apontou como justificativa o fato de a creche apresentar um custo operacional muito alto, sem contar os encargos. A creche foi em busca de convênio, o prefeito na época gostou da idéia, pois era interessante para sua gestão.

A creche Lar Samaritano da Mãe Operária também é uma instituição filantrópica, e tem convênio com a prefeitura desde o ano de 1996.

SÃO CARLOS

São Carlos situa-se a 238 km da capital, pertence à região administrativa Central. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 192.923 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 212.956 habitantes representando um crescimento de 10,38% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,841, superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 16.441,30 reais. A principal atividade econômica do município é a metalurgia. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Oswaldo Baptista Duarte Filho filiado ao PT.

Educação do município

A Secretaria Municipal de Educação tem como atribuições organizar, desenvolver e manter o Sistema Municipal de Ensino, integrando-o às políticas e planos educacionais da União e do Estado nos termos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional; planejar, desenvolver, executar, controlar e avaliar a política educacional no Município. (Secretaria Municipal de Educação de São Carlos, 2010).

Em 5 de maio de 2006 foi publicada a Lei nº 13.795 que criou o Sistema Municipal de Ensino de São Carlos. O Sistema Municipal de Ensino do Município de São Carlos compreende as Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal e as Instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo quanto as comunitárias, confessionais e filantrópicas. (Secretaria Municipal de Educação de São Carlos, 2010).

Tabela 51: Matrículas na educação infantil no município de São Carlos (2000-2009)

Ano	Creche				Pré-escola			
	R.M	R.E	R.P	R.F	R.M	R.E	R.P	R.F
2000	1102	0	230	0	6417	0	664	0
2001	646	0	562	0	6478	0	767	0
2002	819	0	770	0	6205	0	918	0
2003	1057	0	823	0	6196	0	955	0
2004	1208	0	852	0	6746	0	1118	0
2005	1324	0	796	0	6859	0	1094	0
2006	2491	0	693	0	5169	0	1023	0
2007	3758	0	797	0	3227	0	904	0
2008	3590	50	768	61	3909	34	937	40
2009	3682	46	792	63	3950	33	909	39

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que o número de matrículas em creche na rede municipal apresentou crescimento de 234,11%. Pós Fundeb observa-se queda no número de matrículas da rede municipal. Na rede particular observamos um aumento de 244,34%! A rede estadual apresentou matrículas em creche a partir de 2008, sendo 50 alunos matriculados nesse ano e, 46 em 2009. São Carlos apresentou a peculiaridade de ter oferta educacional em creches na rede federal, sendo 61 alunos matriculados em 2008 e 63 em 2009.

Nas pré-escolas municipais vemos um decréscimo de 38,44% no número de alunos matriculados. Pós Fundeb observa-se crescimento no número de matrículas da rede municipal. Nas pré-escolas particulares há crescimento de 36,89%. Na rede estadual há matrículas em pré-escola a partir de 2008, sendo 34 em 2008 e 33 em 2009. Apresenta a mesma peculiaridade da creche, isto é, oferta educacional em pré-escola pela rede federal: 40 alunos matriculados em 2008 e 39 em 2009.

Tabela 52: Estabelecimentos de educação infantil em São Carlos (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	10	0	10	25	0	13
2001	12	0	17	24	0	16
2002	12	0	17	28	0	20
2003	12	0	17	24	0	21
2004	14	0	18	27	0	22
2005	18	0	19	26	0	22
2006	39	0	19	26	0	22

Fonte: Edudatabrasil

O número de estabelecimentos com creches da rede municipal apresentou crescimento de 290% no período em destaque, na rede privada também observa-se crescimento no número de estabelecimento em 90%. Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresenta crescimento de 4%, já na rede privada o número de estabelecimentos com pré-escola apresenta crescimento de 69,23%.

O convênio

A Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Carlos, possui convênio com nove entidades filantrópicas, para atendimento na faixa etária de 0 a 6 anos. O primeiro convênio firmado entre a Prefeitura e uma instituição privada para a oferta de educação infantil foi em 2002.

O subsídio é repassado às entidades atualmente da seguinte maneira:

O valor mensal de R\$ 100,00 por aluno, na faixa etária de 0 a 2 anos.

O valor mensal de R\$ 80,00 por aluno, na faixa etária de 2 a 6 anos.

O valor repassado as entidades é a título de subvenção e só poder ser aplicado em ações diretamente ligadas ao atendimento dos alunos, como pagamento de pessoal, compra de material de consumo, material pedagógico e custeio em geral para manutenção das entidades.

Essa parceria com as entidades filantrópicas se justifica, pois a Prefeitura de São Carlos aumentou sua capacidade de atendimento nessa faixa etária de 0 a 6 anos em 997 vagas. Desse modo, atendendo as regiões da cidade com maior vulnerabilidade social e propiciando a integração dessas crianças com a sociedade, através de ações voltadas ao bem estar da comunidade.

SÃO VICENTE

São Vicente situa-se a 71 km da capital, pertence à Região Metropolitana da Baixada Santista. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 302.678 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 323.599 habitantes representando um crescimento de 6,91% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,798, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 6.739,94 reais. Como principal atividade econômica o município tem variados serviços. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Tercio Augusto Garcia Júnior filiado ao PSB.

Educação do município

A Secretaria de Educação tem como meta a qualidade total das unidades de ensino da rede municipal, propiciando formação integral do educando, interferindo na melhora da qualidade de vida da sociedade vicentina. (Secretaria Municipal de Educação de São Vicente, 2010)

A rede municipal de ensino conta com escolas de Educação Infantil, Creches Municipais, escolas de Ensino Fundamental, dentre elas um Centro de Educação Especial com o Núcleo de Atendimento a Autistas, 02 (dois) Centros Municipais de Educação Supletiva, e 09 (nove) Centros Educacionais e Recreativos (CER). As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino em 1997.

Tabela 53: Matrículas na educação infantil no município de São Vicente (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	2022	0	540	5839	0	2238
2001	1969	0	567	5542	0	2266
2002	3127	0	956	7393	0	2173
2003	3219	0	1274	7566	0	2115
2004	3468	0	1484	6733	0	2489
2005	1871	0	971	7809	0	2245
2006	620	0	496	9043	0	2235
2007	892	0	809	8724	0	1823
2008	1075	0	773	9353	0	1844
2009	3021	0	870	7113	0	1848

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que o número de matrículas em creches na rede municipal apresentou crescimento de 49,40%. No período de 2007 a 2009 a crescimento de 238,67%. Na rede particular observamos um aumento de 61,11% no número de matrículas no período de 2000 a 2009.

Nas pré-escolas municipais vemos um crescimento de 21,81% no número de alunos matriculados, pós Fundeb, entretanto, há queda de 18,46%. As pré-escolas particulares apresentam decréscimo de 17,42% no número de alunos matriculados no período de 2000 a 2009.

Tabela 54: Estabelecimentos de educação infantil em São Vicente (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	38	0	26	26	0	52
2001	45	0	28	32	0	55
2002	53	0	25	72	0	53
2003	56	0	28	74	0	52
2004	61	0	36	78	0	58
2005	62	0	35	77	0	57
2006	56	0	40	88	0	62

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos com creches da rede municipal apresentou crescimento de 47,37% no período em destaque, na rede privada também se observa crescimento no número de estabelecimentos em 53,85%. Na pré-escola o

número de estabelecimentos municipais apresenta crescimento de 238,46%, na rede privada o crescimento é de 19,23%.

O convênio

São Vicente apresenta 78 (setenta e oito) creches conveniadas sem fins lucrativos – comunitárias.

O início dos convênios foi em 1.998 - "Creche Dr. Luiz Gonzaga de Oliveira Gomes". Entidade do Japuí - Clube de Mães do Japuí. O convênio é feito por número de crianças, exemplo: Uma Creche de 50 (cinquenta) crianças, recebe verba para pagar 5 (cinco) auxiliares, 1 (uma) merendeira, 1 (uma) servente e 1 (uma) Dirigente de Creche, existe um convênio para locação e adaptação do imóvel. A PMSV - Prefeitura Municipal de São Vicente - assume a conta de água, luz e o imposto é isento. A Secretaria de Educação manda uma Pedagoga para ser Dirigente Municipal e uma Professora efetiva para ministrar aula ao nível III (crianças de cinco anos e onze meses). A Diretoria de Alimentação escolar fornece a merenda básica. A verba também inclui subsídios para hortifruti, despesas de Contador, cartão telefônico, material de limpeza e material pedagógico. Cada unidade possui uma assistência de manutenção do equipamento. O convênio é feito para pagamento de funcionários.

A justificativa para opção pelo atendimento conveniado apresentada é a de que o município de São Vicente tinha em 1997, seis unidades de creche, que faziam parte da Ação Social. Passou a ser competência da Educação e a administração precisava aumentar o número de atendimento. “Este número de convênio era menos dispendioso, atendíamos 380 crianças e em 2001 já tínhamos 40 unidades atendendo 2.000 crianças. Hoje se tem 78 unidades na cidade atendendo em torno de 5.000 crianças”. Entretanto, conforme podemos ver na tabela 53 a rede privada não apresenta 5.000 matrículas, mas em torno de 2800, talvez haja a possibilidade das matrículas privadas estarem sendo contabilizadas como públicas.

SUMARÉ

Sumaré situa-se a 100 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 196.055 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado

em 228.696 habitantes representando um crescimento de 16,64% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,800, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 24.790,82 reais. A principal atividade econômica do município gira entorno das indústrias diversas. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Antonio Bacchim filiado ao PT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Sumaré conta com escolas que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial e a educação de jovens e adultos.

A seguir evolução das matrículas na educação infantil:

Tabela 55: Matrículas na educação infantil no município de Sumaré (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	652	0	128	6262	0	270
2001	626	0	154	6471	0	248
2002	598	0	220	6239	0	279
2003	522	0	311	6659	0	297
2004	495	0	326	6890	0	369
2005	516	0	320	7211	0	371
2006	550	0	327	7085	0	494
2007	704	0	378	7764	0	446
2008	929	0	380	8115	0	476
2009	956	0	723	5192	0	527

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Pelos dados observa-se que o número de matrículas em creches na rede municipal apresentou crescimento de 46,62% de 2000 a 2009. No período de 2007 a 2009 – período do Fundeb – o crescimento foi de 35,79%. Na rede particular observamos um aumento da ordem de 464,84%! no número de alunos matriculados.

Nas pré-escolas municipais vemos um decréscimo de 17,08% no número de alunos matriculados, sendo que entre 2007 a 2009 o decréscimo representou 33,12%. Já nas pré-escolas particulares há crescimento de 95,18% no número de alunos matriculados.

Como esperado a rede estadual manteve-se ausente na oferta de vagas na educação infantil.

Tabela 56: Estabelecimentos de educação infantil em Sumaré (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	15	0	6	21	0	7
2001	15	0	6	21	0	6
2002	15	0	7	21	0	7
2003	15	0	8	22	0	7
2004	15	0	10	23	0	9
2005	15	0	9	23	0	9
2006	15	0	12	22	0	13

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos com creches da rede municipal manteve-se constante em 15 estabelecimentos, na rede privada observa-se crescimento no número de estabelecimentos em 100%. Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresenta crescimento de 4,76%, na rede privada o crescimento é de 85,71%.

O convênio

Sumaré apresenta dezessete instituições conveniadas à prefeitura, diferentemente dos municípios anteriores as instituições conveniadas são todas particulares *stricto sensu*, isto é, tem fins lucrativos.

O primeiro convênio entre a prefeitura e as instituições privadas data de 2007.

Às instituições conveniadas é repassado um valor *per capita* decidido pela secretaria municipal de educação em conjunto com os representantes das instituições. Em 2010 o subsídio é repassado às instituições da seguinte maneira:

O valor mensal de R\$ 100,00 por aluno, meio período.

O valor mensal de R\$ 250,00 por aluno, período integral.

Segundo a supervisora da educação infantil, o município não tinha espaço físico para atender as crianças de 0 a 3 anos, não tinha condições para o atendimento direto, então paga o mínimo para as instituições particulares. Outra justificativa para o atendimento conveniado é o bom atendimento prestado pelas mesmas.

SUZANO

Suzano situa-se a 40 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 228.439 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 268.777 habitantes representando um crescimento de 17,65% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,775, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 19.797,83 reais. A principal atividade econômica do município gira entorno das indústrias diversas. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Marcelo de Souza Candido filiado ao PT.

Educação do município

Cabe a Secretaria Municipal de Educação garantir o acesso de todas as crianças do município à escola, às creches comunitárias e a todo equipamento municipal de ensino; desenvolver políticas de educação inclusiva; implementar o aperfeiçoamento do corpo docente e dos projetos pedagógicos com o objetivo de assegurar a qualidade de ensino na rede municipal e uma educação capaz de promover o ser humano de forma plena e dentro de uma perspectiva cidadã.(Secretaria Municipal de Educação de Suzano, 2010).

A rede municipal de ensino é formada por Creches Comunitárias, Núcleos de Desenvolvimento Infantil (Nudis), Escola Municipal de Ensino Infantil (Emei), Escola municipal de Ensino Fundamental (Emef), Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (Emeief) e Educação Especial. As creches foram integradas ao sistema municipal de ensino no ano de 2001

Tabela 57: Matrículas na educação infantil no município de Suzano (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	307	81	46	6118	0	336
2001	289	47	205	5967	0	559
2002	297	0	244	5761	0	678
2003	158	0	218	6400	0	851
2004	313	0	637	7722	0	1008
2005	203	0	936	8724	0	1078

2006	545	0	1148	5149	0	831
2007	752	0	869	5765	0	703
2008	1156	0	937	5826	0	776
2009	1330	0	1121	6235	0	855

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

As creches municipais apresentaram crescimento de 333,22% no número de alunos matriculados no período em destaque, sendo que de 2007 a 2009 o crescimento foi de 76,86%. Na rede particular observamos um aumento surpreendente de 2336, 95%, isto é, passou-se de 46 matrículas em 2000 para 1.121 em 2009. A rede estadual apresentou matrículas em creche nos anos de 2000 e 2001, representando respectivamente 81 e 47, a partir de 2002 a rede estadual manteve-se ausente na oferta de vagas em creche.

Nas pré-escolas municipais vemos um pequeno aumento de 1,91% no número de alunos matriculados, no período de 2007 a 2009 foi de 8,15%. Já as pré-escolas particulares apresentam crescimento no número de matrículas da ordem de 154,46%! A rede estadual manteve-se ausente na oferta de vagas em pré-escola.

Tabela 58: Estabelecimentos de educação infantil em Suzano (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	8	1	1	41	0	6
2001	3	1	7	38	0	11
2002	3	0	7	38	0	12
2003	4	0	9	39	0	15
2004	13	0	23	41	0	26
2005	3	0	29	44	0	27
2006	11	0	32	42	0	23

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos com creches da rede municipal apresentou crescimento de 37,5% no período em destaque, na rede privada observa-se um super crescimento no número de estabelecimento em 3.100%!. Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresenta crescimento de apenas 2,44%, na rede privada o crescimento foi de 283,33%.

O convênio

A Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Suzano possui convênio com dez entidades comunitárias.

O primeiro convênio firmado com instituições privadas ocorreu em 2000.

Às instituições são repassadas um valor *per capita* diferente para atendimento integral e de meio período. A prefeitura também fica responsável pela merenda escolar, água, luz, telefone, material escolar e pedagógico, uniforme e mobília das instituições conveniadas.

Como justificativa para opção pelo atendimento conveniado temos: não atendimento da demanda e ação do Ministério Público, sendo as creches conveniadas a “solução” para esse problema.

TABOÃO DA SERRA

Taboão da Serra situa-se a 15 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. Pelos dados do último censo do IBGE em 2000, o município abrigava uma população de 197.460 habitantes. Na última contagem realizada no ano de 2007, esse número foi estimado em 219.200 habitantes representando um crescimento de 11,0% em um intervalo de sete anos.

Ainda de acordo com o último censo do IBGE (2000), o município alcançou um IDH de 0,809, inferior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814. Seu PIB *per capita* em 2007 era de 16.337,93 reais. Como principal atividade econômica o município tem variados serviços. Segue à frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Evilásio Cavalcante de Farias filiado ao PSB.

Educação no município

A rede municipal de ensino conta com escolas que atendem ensino fundamental, a educação infantil, a educação de jovens e adultos, educação especial e o ensino supletivo. As creches do município foram integradas ao sistema municipal de ensino em 1998.

Tabela 59: Matrículas na educação infantil no município de Taboão da Serra (2000-2009)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	1005	0	15	6278	0	570
2001	1090	0	47	7511	0	588
2002	1149	0	104	7382	0	637
2003	1227	0	124	7537	0	886
2004	1472	0	151	8162	0	926
2005	1420	0	145	4384	0	1056
2006	1476	0	287	4717	0	1236
2007	2340	0	346	5546	0	828
2008	1359	0	1830	4928	0	1319
2009	1598	0	2178	4855	0	1179

Fonte: 2000-2008 Banco de Dados do GREPPE, 2009 Censo Escolar

Observa-se que o número de matrículas em creche na rede municipal apresentou crescimento de 59% de 2000 a 2009, entretanto de 2007 a 2009 – período pós Fundeb - houve queda de 31,70%. Na rede particular observamos um aumento de 14.420%, passou-se de 15 matrículas em 2000 para 2178 em 2009, sendo mais crescente após 2007, ano esse do início do convênio com o poder público municipal.

Nas pré-escolas municipais vemos um decréscimo de 22,66% no número de alunos matriculados, o mesmo movimento ocorre pós Fundeb. Já nas pré-escolas particulares há crescimento de 106,84% no número de alunos matriculados.

A rede estadual manteve-se ausente na oferta de vagas da educação infantil.

Tabela 60: Estabelecimentos de educação infantil em Taboão da Serra (2000-2006)

Ano	Creche			Pré-escola		
	R.M	R.E	R.P	R.M	R.E	R.P
2000	15	0	1	29	0	14
2001	14	0	3	28	0	14
2002	15	0	4	26	0	14
2003	14	0	12	27	0	24
2004	16	0	12	30	0	22
2005	16	0	12	21	0	22
2006	15	0	17	21	0	26

Fonte: Edudatabrasil

Pelos dados observa-se que o número de estabelecimentos com creches da rede municipal iniciou-se o período em 15 e terminou no mesmo número, mas durante o período variou entre 14 e 16. Na rede privada observa-se crescimento no número de estabelecimento em 1600%. Na pré-escola o número de estabelecimentos municipais apresenta queda de 27,59%, já na rede privada o crescimento é de 85,71% no número de estabelecimentos com pré-escola.

O convênio

No município de Taboão da Serra há 13 instituições conveniadas que atendem crianças de 0 a 5 anos, sendo que essas instituições são religiosas e associações.

O primeiro convênio entre o poder público e as instituições ocorreu em 2007. A subvenção de recursos públicos às entidades, se dá a partir de um valor *per capita* para cada aluno atendido pelas instituições.

Segundo a supervisora o município não tem espaço físico para construção de creches para atender a demanda, dessa forma, o atendimento conveniado foi a solução.

4. ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS NO CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS

Neste capítulo analisamos as tendências da amostra no que se refere ao ano em que as creches foram integradas ao sistema municipal/estadual de ensino, tipos de instituições privadas conveniadas e o número das mesmas, o formato dos subsídios públicos às instituições privadas, as justificativas para a opção pelo convênio, e a evolução das matrículas após a implantação do Fundeb.

4.1 Análise dos dados gerais dos municípios

Os municípios de Americana, Araçatuba, Araras, Atibaia, Diadema, Franca, Itu, Jundiaí, Piracicaba, Presidente Prudente, Santa Bárbara d'Oeste, São Caetano do Sul e São Carlos alcançaram um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior ao do Estado de São Paulo que, no mesmo período correspondia a 0,814, Limeira apresenta índice igual ao do Estado, sendo que os demais municípios encontram-se abaixo dessa média.

No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB *per capita*), São Caetano do Sul é o município que se destaca apresentando um PIB *per capita* de 62.458,89 reais em 2007. Já o município com o menor indicador é Francisco Morato com o PIB equivalente a 4.282,20 reais. O PIB *per capita* do município de São Caetano do Sul é catorze vezes superior ao de Francisco Morato, o que indica um “alto desenvolvimento” desse município.

4.2 Convênio: instrumento legal que regula as parcerias

Já apresentamos anteriormente a definição de parceria utilizada neste trabalho como: os acordos formalmente firmados pelo poder público com entidades privadas (BEZERRA, 2008). Sendo que, para a análise aqui realizada, cabe-nos de forma sucinta apresentar a definição de convênio. Conforme aponta Silveira (2009) “A relação de parceria da esfera pública, estatal, com o setor privado se faz por meio de contratos, parcerias e convênios”. (p. 145).

Egle Bezerra (2008) sistematizou as modalidades de parceria entre o setor público e o privado presente em diferentes documentos legais, entre eles o convênio.

Os convênios são regidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. E

[...] constitui-se em uma das modalidades assumidas pela forma de fomento como um instrumento utilizado pelo Poder Público para se associar com entidades públicas ou privadas e distingue-se do contrato por ser concernente a interesses recíprocos, no qual os entes conveniados apresentam objetivos institucionais comuns, efetivados através de mútua colaboração por meio de diversas formas, tais como repasse de verbas, uso de equipamentos, uso de recursos humanos e materiais, uso de imóveis, dentre outras. (BEZERRA, 2008, p.62)

Segundo Silveira (2009), o convênio é um instrumento utilizado pela Administração Pública para associar-se a entidades públicas ou privadas, que “Tem características próprias e “no que couber” segue as normas relativas ao processo de licitação, regidas pela Lei nº 8.666/93”. (p.155) No contrato os interesses são opostos e contraditórios, e no convênio os interesses institucionais e resultados são comuns e verifica-se a mútua colaboração.

Para Domiciano (2009),

Como o convênio pressupõe mútua colaboração não se faz necessária a licitação, pode celebrar-se entre pessoas jurídicas da mesma esfera governamental: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, entre órgãos e entidades da Administração Pública de esferas governamentais distintas ou entre a Administração Pública e entidades privadas. (p.91).

Os convênios podem ser anulados a qualquer momento. No que se refere à prestação de contas dos recursos recebidos, segue determinação da CF/88 (SILVEIRA, 2009). Conforme segue:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (BRASIL, 1988, Art. 70, parágrafo único).

Tendo em vista os municípios aqui analisados, cabe-nos esclarecer outros aspectos. Nos municípios de Americana, Araçatuba, Araras, Atibaia, Cubatão, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Franca, Guarujá, Hortolândia, Itapecerica, Itaquaquecetuba, Itapecerica da Serra, Itu, Jacareí, Jundiaí, Mauá, Mogi, Piracicaba, Presidente Prudente, Santa Bárbara d'Oeste, São Caetano do Sul, São Carlos, São Vicente, Sumaré, Suzano e Taboão da Serra os dados indicam que a parceria adotada nesses municípios diz respeito a um convênio. Nos municípios de Franco da Rocha e Francisco Morato a parceria já se encerrou, mas pelos dados observou-se a mesma situação. Dessa forma, esses casos não se configuram como uma parceria público-privada no sentido jurídico estrito tal como as modalidades de Concessão

Patrocinada e Concessão Administrativa, regulamentadas pela Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública (BEZERRA, 2008).

Já no município de Limeira o instrumento legal que regula a parceria é o Termo de Concessão. Para entendermos o porquê desta opção pelo município, analisemos o caminho para se chegar a esse termo.

Segundo Bezerra (2008), “A ‘parceria’ pode servir a variados objetivos e formalizar-se por diferentes instrumentos jurídicos. Pode ser utilizada como forma de delegação, fomento, cooperação ou desburocratização.” (p.43). Sendo que a delegação consiste na transferência da execução de serviços públicos a particulares, pelo instrumento da *concessão* que pode se apresentar dentro de algumas modalidades:

- a) Concessão e permissão de serviço público ordinária, comum ou tradicional
- b) Concessão de obra pública
- c) Concessão patrocinada, concessão administrativa
- d) Concessão de uso de bem público (BEZERRA, 2008).

No caso do município de Limeira a parceria do poder público municipal com instituições privadas para oferta de vagas na educação infantil, enquadra-se na modalidade “concessão patrocinada, concessão administrativa” (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, que cria novas modalidades de contratos administrativos – a concessão patrocinada e a concessão administrativa - sob o título de parcerias público-privadas – PPP), ou mais especificamente na concessão administrativa, pois é a modalidade de parceria “de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens” (BRASIL, 2004). Segundo Di Pietro (2005) “a concessão administrativa constitui-se em um misto de empreitada (porque a remuneração é paga pelo parceiro público) e de concessão de serviço público (porque o serviço prestado pode ter a natureza de serviço público e está sujeito a algumas normas da Lei 8.987)” (p.s/n). Ainda segundo a autora,

Se o objeto do contrato for a prestação de serviço público, haverá terceirização de atividade-meio (obras e serviços administrativos) e atividade-fim (serviços públicos, especialmente serviços sociais do Estado, que não admitem instituição de tarifa). Sob certo aspecto, haverá o mesmo tipo de terceirização de atividade fim que ocorre com as organizações sociais, porém com regime jurídico diverso. Nos dois casos, a idéia é a **de delegar a entidade privada a execução de serviço público**; só que, no caso das organizações sociais, a entidade tem que ser associação ou fundação sem fins lucrativos e, **no caso da concessão administrativa, essa exigência não existe, podendo a concessionária atuar com objetivo de lucro**. Nos dois casos, haverá a delegação de serviço público não exclusivo do Estado, prestado por entidade

privada, mediante remuneração garantida pelo poder público. (DI PIETRO, 2005, p. s/n. Grifo nosso)

Em síntese, entende-se que no caso do município de Limeira a parceria constitui-se de concessão administrativa, pois há a delegação a entidade privada a execução de serviço público, a entidade concessionária pode atuar com objetivo de lucro, e isso ocorre, pois as instituições conveniadas são privadas com fins lucrativos. Portanto, a parceria nesse município configura como uma parceria público-privada no sentido jurídico estrito.

Dessa forma, observa-se que o município de Limeira optou pela concessão, pois essa permite ao concessionário receber recursos públicos e atuar com objetivo de lucro, o que não é possível no convênio. Importante ressaltar que outros municípios (Piracicaba, Hortolândia e Sumaré) também têm parceria com instituições privadas com fins lucrativos, e mesmo assim adotaram o convênio, ainda que no município de Piracicaba, por exemplo, as matrículas privadas conveniadas sejam contabilizadas como públicas para recebimento dos recursos do Fundeb. Enfim, nota-se que as instituições privadas com fins lucrativos têm aproveitado as “brechas” para receberem subsídios públicos. Temos ainda como aponta Di Pietro (2005), que “a instituição da PPP se insere na tendência à privatização, entendida em sentido amplo, de modo a abranger todos os institutos de que o Estado vem lançando mão para diminuir o seu aparelhamento administrativo, o seu quadro de pessoal, o regime jurídico administrativo a que se sujeita” (p. s/n)

4.3 Ano de integração das creches ao sistema municipal/estadual de ensino

Até o ano de 1996 as creches faziam parte da área da assistência e/ou promoção social e não faziam parte do sistema educacional, a partir da LDB de 1996 a educação infantil foi reconhecida como primeira etapa da educação básica e dividida em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 6 anos). Em seu artigo 89 estabeleceu que:

Art. 89º. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 1996).

O que foi considerado um ganho para a educação infantil, por diversos autores (Nascimento, 1999; Kuhlmann, 1999; Fullgraf, 2008) em termos de garantia dos direitos da criança pequena à educação.

A partir desses dados, nos propomos a analisar nos municípios selecionados quando se

deu essa integração.

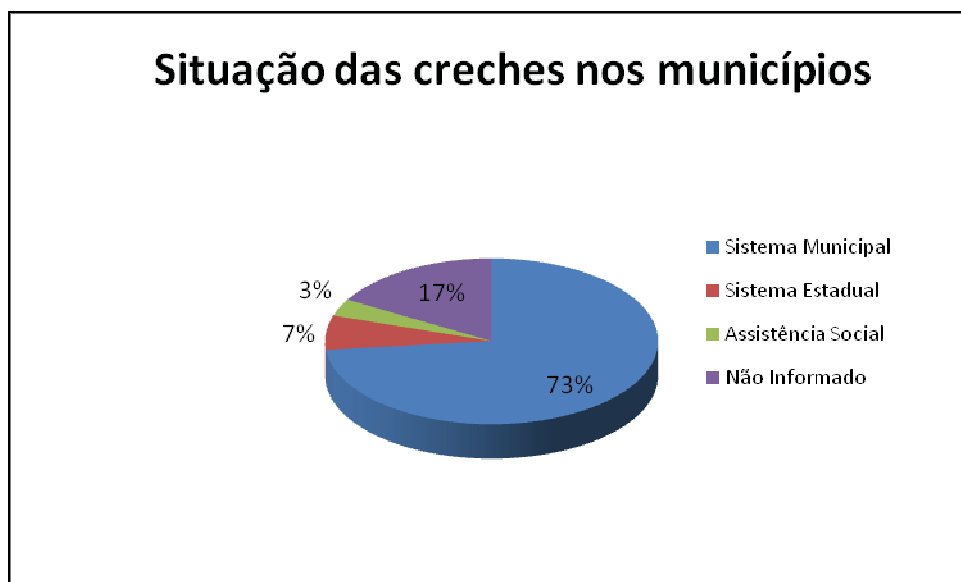


Gráfico 1: Situação das creches

Pelo gráfico nº 1 podemos observar que nos 30 municípios estudados, 97% das creches estão integradas ao sistema de ensino, sendo 73% no sistema municipal e 7% no sistema estadual, em 17% foi informado que já houve a integração, porém não nos informaram o ano que se deram as mesmas, temos ainda 3% dos municípios em que as creches fazem parte da área de assistência social, não sendo integradas ao sistema de ensino.

No gráfico a seguir podemos observar quando se deu a integração das creches ao sistema municipal/estadual de ensino.

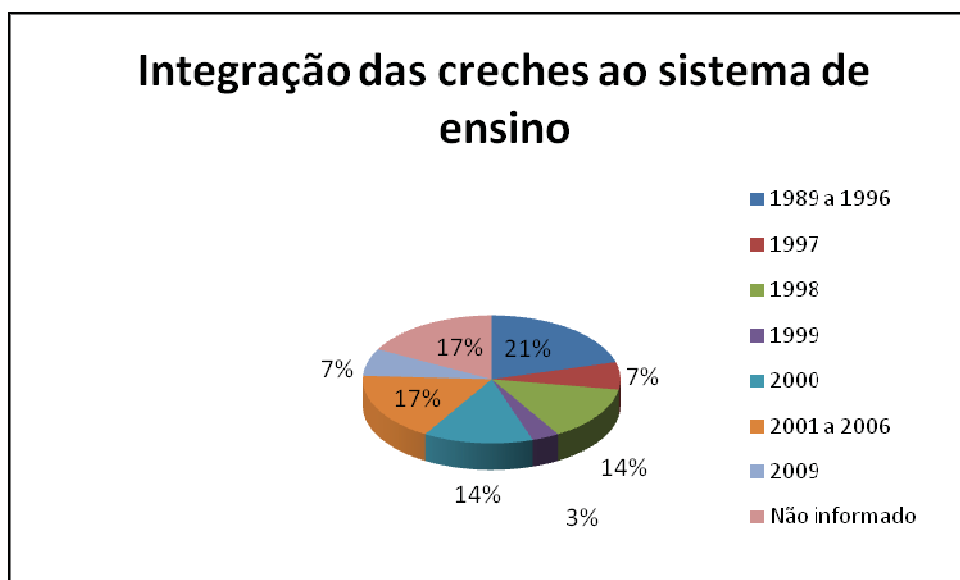


Gráfico 2: Ano de integração das creches ao sistema de ensino

Pelos dados observamos que 21% dos municípios tiveram as creches integradas ao sistema de ensino em período anterior a LDB de 1996. No ano de 1997 tivemos 7% de integração, em 1998 14% e em 1999 3%, no ano de 2000 um ano após o término do prazo dado pela LDB, 14% dos municípios tiveram as creches integradas ao sistema de ensino, de 2001 a 2006 17% dos municípios apresentaram integração e, em 2009 7% dos municípios integraram as creches aos sistemas de ensino. 17% dos municípios informaram que as creches já foram integradas ao sistema de ensino, mas não souberam precisar o ano. Os dados mostram que a integração das creches aos sistemas de ensino ocorreu progressivamente e se estenderam após o período estabelecido pela LDB, o que pode demonstrar a dificuldade dos municípios em cumprir os instrumentos legais em um período tão curto.

4.4 Análise do ano de início das parcerias/convênios

O ano de início das parcerias/convênios nesses municípios se mostraram variados, mas observou-se que grande parte do ano de início deu-se após o ano de 2000, correspondendo a 56,66% do total.

No gráfico, podemos observar o ano de início dos convênios por períodos.

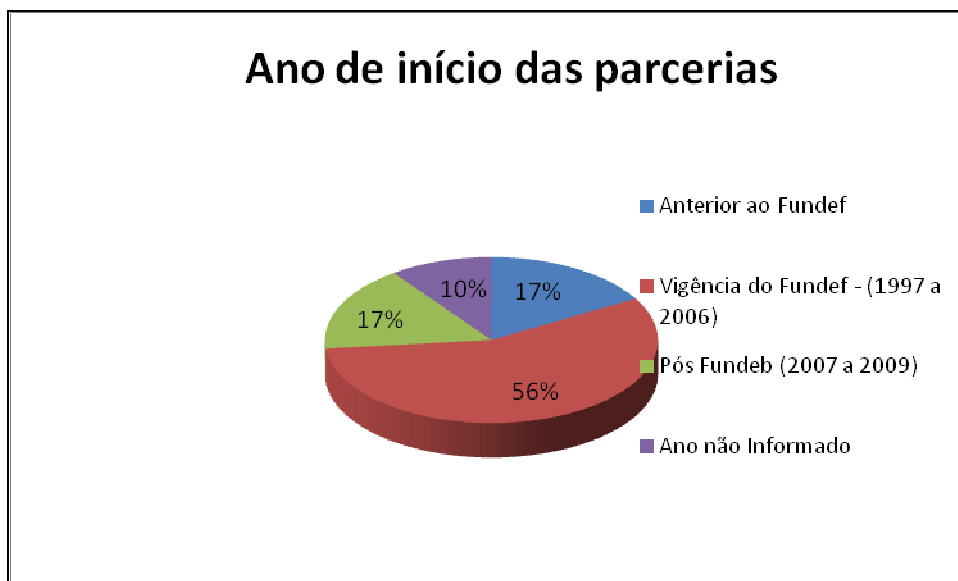


Gráfico 3: Ano de início das parcerias/convênios

Os dados permitem constatar que 56% dos convênios se iniciaram no período do Fundef (1997-2006), fundo que privilegiava o ensino fundamental e deixava os demais níveis à mercê das iniciativas do poder público municipal em resolver o impasse – atender a outras etapas e modalidades como uma quantidade menor de recursos. (OLIVEIRA, 2010).

Ressaltamos ainda, a existência de casos em que o convênio para a oferta de vagas teve início antes de 1996, uma vez que historicamente as administrações municipais fizeram uso de convênios com instituições sem fins lucrativos para cobrir o precário atendimento às creches. Apontamos também, que pelos dados apresentados 17% dos municípios tiveram o convênio iniciado a partir da regulamentação do Fundeb, consideramos que para nossa análise são só três anos (2007-2009) do novo fundo, sendo cinco convênios para o período um número expressivo.

Assim entendemos como Pinto (2007) e Arelaro (2008), que o Fundeb pode (e está) contribuir com a consolidação e aprofundamento de convênios entre o setor público e privado, por permitir a inclusão das instituições privadas conveniadas no mecanismo de distribuição dos recursos.

Lembramos que durante o período em estudo, no que refere ao término das parcerias, apenas duas delas foram encerradas no ano de 2009, sendo que as demais continuam em vigor.

4.5 Análise do tipo e número de instituições conveniadas

As instituições parceiras/ conveniadas se dividem em sem fins lucrativos e com fins lucrativos.

As sem fins lucrativos se dividem em: filantrópicas, comunitárias, confessionais, associações e ONGs. Instituições essas da chamada sociedade civil, ou “terceiro setor” - entendido aqui como “[...] o conjunto de 'entidades públicas não-estatais', mas regido pelo direito civil privado” (ADRIÃO, GARCIA, BORGHI, ARELARO, 2009). E as com fins lucrativos são as privadas *stricto sensu*.

No gráfico abaixo apresentamos o percentual de parcerias que ocorrem apenas com instituições sem fins lucrativos, ou só com instituições de fins lucrativos ou os que apresentam convênios com instituições tanto sem fins lucrativos quanto com fins lucrativos.

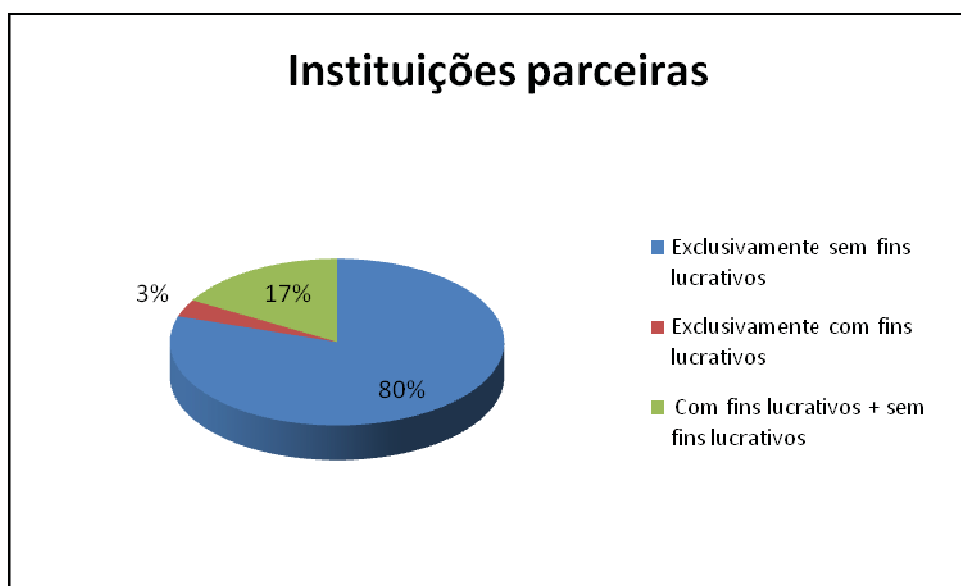


Gráfico 4: Instituições parceiras

Pelos dados observa-se que 3% dos municípios apresentam convênios apenas com instituições de fins lucrativos, ou seja, apenas um município tem convênio exclusivamente com instituição privada. 17% dos municípios, isto é, cinco apresentam convênios tanto com entidades sem fins lucrativos quanto com fins lucrativos e 80%, ou seja, 24 municípios com instituições sem fins lucrativos, mas ao mesmo tempo podemos observar o avanço das instituições privadas *stricto sensu* que firmam parceria com o Poder público para serem subvencionadas pelo mesmo.

As parcerias com instituições privadas *stricto sensu* são mais atuais, iniciadas a partir de 2001, que é o caso de Piracicaba, 2005 em Hortolândia, 2007 em Sumaré e Limeira e 2009 em Araras, tais dados indicam que novos arranjos vêm se consolidando, distinguindo-se dos tradicionais convênios instituídos na educação infantil, constituindo-se uma nova política de conveniamento.

4.6 Análise do formato dos subsídios: tipo e valores

O Gráfico a seguir nos permite observar a tendência do tipo de subsídio nos municípios paulistas de 100.000 a 500.000 habitantes que apresentam parceria para oferta de vagas na educação infantil.

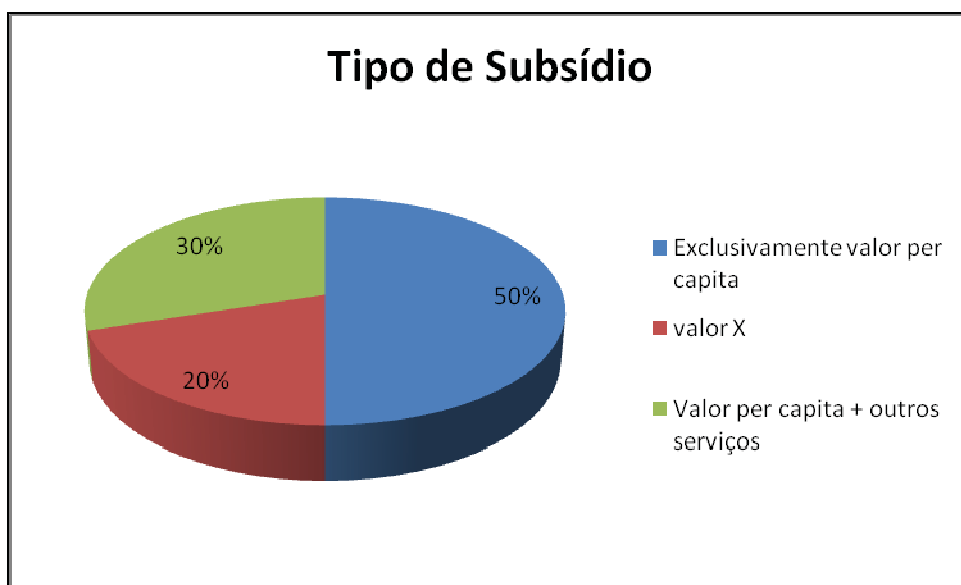


Gráfico 5: Tipo de subsídio

Pelo gráfico observa-se que 50% dos municípios repassam às instituições conveniadas um valor *per capita*, se somarmos a esses os que também repassam um valor *per capita* mais algum outro tipo de benefício temos 80% dos municípios que adotaram o valor *per capita* como forma de subvenção as instituições privadas. E em apenas 20% dos municípios a forma de subvenção não é o *per capita*, mas um valor geral, fechado repassado a instituição parceira independente do número de alunos matriculados.

A tabela seguinte permite observar além do tipo de subsídio o valor que os municípios repassam as instituições conveniadas.

Tabela 61: Tipo de subsídio e valor do *per capita*/ mês

Municípios	Tipo de subsídio	Valor do <i>per capita</i>
Americana	<i>Per capita</i> + verba PNAE	0 a 3 anos = R\$164,71 4 a 5 anos = R\$80,00
Araçatuba	<i>Per capita</i> + pagamento dos professores + merenda	*
Araras	<i>Per capita</i>	R\$270,00
Atibaia	<i>Per capita</i>	R\$123,00
Cubatão	<i>Per capita</i>	*
Diadema	<i>Per capita</i>	R\$240,00
Embu	<i>Per capita</i> + material de limpeza	*
Ferraz de Vasconcelos	<i>Per capita</i> + merenda + material pedagógico	R\$160,00
Franca	<i>Per capita</i> + merenda + Atendimento médico e odontológico	0 a 1 ano = R\$188,24 2 a 5 anos = R\$129,84
Francisco Morato	R\$500,00 + pagamento professores + merenda	-
Franco da Rocha	Verba Ação Social + merenda	-
Guarujá	<i>Per capita</i> + “ajuda de custo”	Meio período = *Período integral = R\$262,00
Hortolândia	<i>Per capita</i>	*
Itapequerica	<i>Per capita</i> + merenda	R\$84,00
Itaquaquecetuba	<i>Per capita</i>	R\$106,00
Itu	<i>Per capita</i>	R\$180,00 a R\$200,00
Jacareí	<i>Per capita</i> + merenda + passe escolar + manutenção do prédio	Meio período = R\$85,00 Período integral = R\$170,00
Jundiaí	<i>Per capita</i>	*
Limeira	<i>Per capita</i>	Período integral = R\$355,00
Mauá	<i>Per capita</i>	*
Mogi das Cruzes	<i>Per capita</i>	*
Piracicaba	<i>Per capita</i>	*
Presidente Prudente	<i>Per capita</i> + merenda + material de limpeza	*
Santa Bárbara d' Oeste	Valor x + merenda + pagamento	-

	dos professores + material pedagógico	
São Caetano do Sul	Valor x + merenda + pagamento dos funcionários	*
São Carlos	<i>Per capita</i>	0 a 2 anos = \$100,00 3 a 6 anos = 80,00
São Vicente	Verba para pagamento de funcionários + merenda + água + luz	*
Sumaré	<i>Per capita</i>	Meio período = \$100,00 Período integral = \$250,00
Suzano	<i>Per capita</i> + merenda + material pedagógico + uniforme + água + luz + telefone	*
Taboão da Serra	<i>Per capita</i>	*

Fonte: OLIVEIRA, J. S.

Legenda: * Dado não informado

- não corresponde a valor *per capita*

- Valores para os anos de 2009 e 2010

Os dados apresentados na tabela mostram que a tendência observada no conjunto dos municípios no que se refere ao formato do subsídio é o valor *per capita*, no qual o poder público local repassa as instituições em função do número de alunos matriculados.

Os valores *per capita* repassados às instituições conveniadas variam de um município para outro, mas giram em torno de R\$80,00 e R\$350,00, entretanto, a grande maioria encontra-se na faixa dos R\$180,00 e R\$200,00. Sendo o município de Limeira o que melhor paga por aluno às instituições conveniadas – R\$355,00, que é um valor maior do que certas mensalidades de algumas escolas de educação infantil; vale dizer ainda que, nesse município há convênio com instituições *stricto sensu*. Como já apontamos no capítulo I, alguns autores (ARELARO, 2008; CAMPOS, 1988; PINTO, 2007) apontam que o valor *per capita* repassado às instituições conveniadas se constitui de valor bem abaixo do atendimento direto, o que se evidencia em grande parte dos municípios analisados, entretanto, há casos em que essa situação não se verifica como no caso de Limeira, por exemplo. Pesquisa recente aponta para diferenciações nos custos, onde os gastos por aluno em alguns municípios é inferior aos gastos por aluno da instituição conveniada e em outros casos é nítida a economia dos municípios com os convênios (ADRIÃO, GARCIA, BORGHI, ARELARO, 2009).

O documento do MEC “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a

oferta de educação infantil” de 2009, ratifica o fato de o repasse as instituições conveniadas ser inferior ao definir os fatores de ponderação fixados para 2009 em:

I – creche em tempo integral:

a) pública: 1,10;

b) conveniada: 0,95 (BRASIL, 2009).

Apontamos ainda que, os recursos destinados as instituições conveniadas são provenientes do Fundeb, exceto no município de Limeira do qual o recurso destinado pelo poder público, segundo Agente de desenvolvimento educacional, é proveniente dos recursos próprios que o município deve investir em educação, uma vez que o Fundeb não permite a subvenção de instituições privadas *stricto sensu*. Mas como aponta Domiciano (2009), a subvenção pública aos estabelecimentos privados *stricto sensu* não encontram respaldo legal nas legislações brasileiras.

Segundo o documento do MEC “O montante de recursos do Fundeb repassado à instituição conveniada é definido pela Secretaria Municipal de Educação e deve estar previsto no 'termo de convênio firmado entre a instituição e o Poder Executivo competente.” (BRASIL, 2009, p.26). Lembramos que em alguns casos dos municípios aqui estudados o valor *per capita* é fixado pelo executivo municipal em outros pela Câmara dos vereadores, isto é, pelo poder legislativo, e em outros pela própria SME.

Também conforme o documento do MEC, os recursos do Fundeb repassados as instituições conveniadas deverão ser utilizados em ações consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), as instituições devem aplicar os recursos públicos recebidos exclusivamente no cumprimento do objetivo do convênio, sendo os dirigentes das instituições conveniadas responsáveis pela prestação de contas. (Brasil, 2009).

Observa-se também que, além do repasse do valor *per capita*, o poder público em alguns casos, ainda é responsável pela merenda escolar, material pedagógico e de limpeza, pagamento de professores e de funcionário, manutenção do prédio, pagamento de água, luz, telefone entre outros serviços. Segundo documento do MEC (BRASIL, 2009), para celebração do convênio é definido entre outras: “4. estabelecimento da contrapartida, que é a parcela de participação do conveniente na consecução do objeto do convênio, que pode ser concretizado mediante o aporte de recursos financeiros ou alocação de bens, materiais e serviços que possam ser economicamente mensuráveis” (BRASIL, 2009, p.27).

No município de Guarujá, há um caso interessante, pois se tem creches conveniadas e creches subvencionadas, sendo que as subvencionadas podem cobrar das famílias uma

mensalidade razoável, um exemplo dessa prática ocorre no Chile, onde instituições privadas recebem subvenção pública e podem cobrar uma mensalidade razoável dos alunos. (COSSE, 2003; DAVID, 2008).

Essa forma de transferência de recursos públicos à esfera privada foi uma das formas que mais se difundiu nos últimos anos no cenário internacional, a esse respeito Cosse (2003) aponta que tem sido apresentado por alguns organismos internacionais, especialistas, partidos e governos: o subsídio à demanda, em duas formas principais: o financiamento às escolas segundo o número de matrícula de cada uma, e o subsídio às famílias (*voucher*) para que essas paguem as taxas de educação de seus filhos nas escolas que escolherem. Ainda para Cosse (2003), “[...] a proposta do subsídio a demanda por meio do financiamento ao setor privado não é novidade para quase todo o mundo, excluída a América do Norte, já que é uma prática habitual; ainda que certamente combinada com o financiamento à oferta 'tradicional'”. (p.214).

Após apresentar dados e discussões sobre o sistema de subsídio à demanda, do tipo *voucher* em alguns países da América Latina, Cosse (2003) afirma que “[...] parece bastante claro que não há justificativa teórica nem empírica que leve a pensar que o sistema de subsídio a demanda é a solução para os problemas do sistema educacional”. (p.242). Claro fica que a alocação de recursos públicos à esfera privada não significa solução para os problemas educacionais, sabemos ainda, que essas estão atreladas as políticas de redução do aparelho do Estado, “proposta” pelo neoliberalismo, bem como pela Terceira Via, segundo Peroni (2009) “Os dois querem racionalizar recursos e diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das instituições públicas [...]” (p.147). Como aponta a autora, isso decorre deste período particular do capitalismo, onde há um esvaziamento das políticas sociais, em especial das políticas sociais como um direito universal – como é o caso da educação.

4.7 Análise das justificativas municipais

Nas justificativas para a opção pelo atendimento conveniado os gestores apresentaram mais de uma justificativa, em alguns casos um conjunto delas. No gráfico a seguir apresentamos as que mais apareceram nas respostas dos gestores.

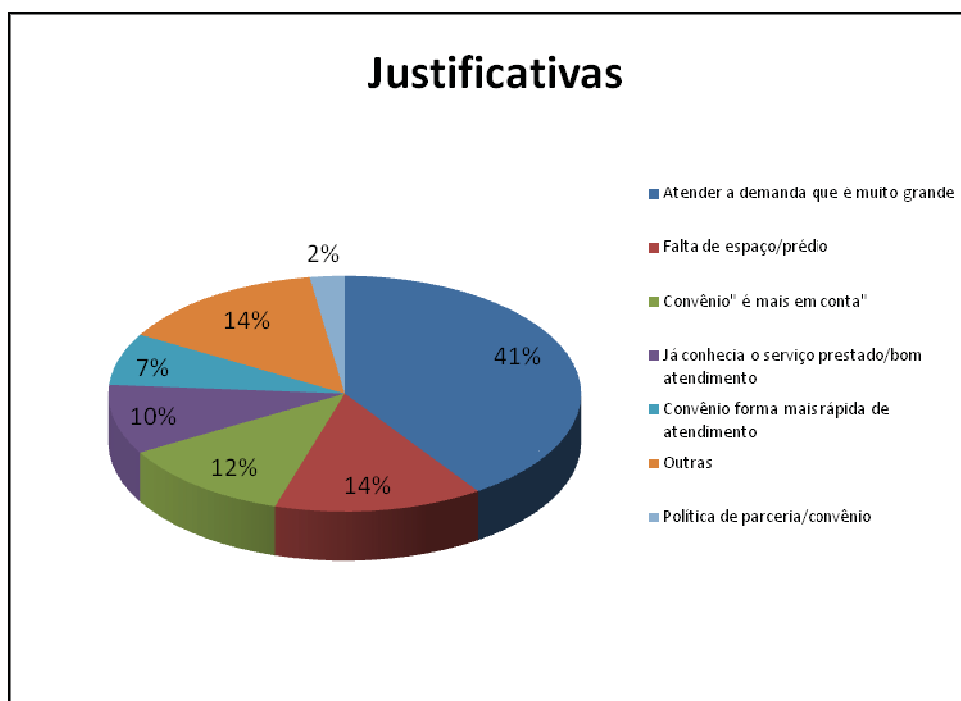


Gráfico 6: Justificativas para opção pelo atendimento conveniado

Nas respostas observamos que os gestores apresentam mais de uma justificativa para opção pelo atendimento conveniado, sendo as que mais se destacaram foram: atender a demanda/ demanda muito grande com 41%; já conheciam o serviço prestado pelas instituições privadas/ Bom atendimento com 10%; convênio forma mais rápida de atendimento/medida emergencial com 7%; falta de Espaço para construção e/ ou falta de prédio com 14%; e, convênio “é mais em conta” com 12%, na categoria “outras” temos as justificativas que apareceram apenas uma vez cada, entre elas: diálogo interessante; novo modelo de atendimento à criança; Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); suprir e/ou auxiliar as instituições privadas; sociedade desenvolve e o município ajuda para fortalecê-la, e ação do Ministério Público (MP) esta categoria representa 14%. Consideramos relevante apresentar no gráfico as repostas: política de conveniamento/ o atendimento municipal se dá por parceria que corresponde a 2%, por apresentar um ponto importante para discussão até aqui apresentada, onde os municípios sem recursos suficientes e tendo que dar conta de atender a educação infantil, que é de sua responsabilidade, podem optar em construir uma política de conveniamento em oposição à expansão da rede direta.

Como já apontamos alhures a expansão da educação infantil nos últimos anos tem levado muitos municípios a optarem pelas parcerias como forma de atender a demanda local, sendo essa uma das justificativas que mais se destacaram nos municípios aqui analisados e que foi apontado em pesquisa realizada por Domiciano (2009): “[...] atender a demanda

reprimida e diminuir a ‘lista de espera’ na Educação Infantil, o poder público acreditava que uma provável ‘solução’, rápida e emblemática, pudesse partir da ‘união de forças’ entre a prefeitura e a iniciativa privada.” (p.87).

No que diz respeito ao “convênio ser mais em conta” Campos (1988) aponta que a partir do ponto de vista das políticas públicas onde o repasse às entidades privadas consideradas sem fins lucrativos é justificado com argumentos ligados a maior eficiência e custos mais baixos do que os dos serviços prestados diretamente pelo Estado. Arelaro (2008), também se referindo a essa questão, indica que os custos com as creches diretas são mais altos do que com as privadas, particularmente os das filantrópicas e comunitárias, dessa forma pressupõe-se que os municípios busquem alternativas menos onerosas para dar conta da grande pressão de demanda desta etapa de ensino. Adrião, Garcia, Borghi, Arelaro (2009) apontam em relatório recente de pesquisa para diferenciações nos formatos de financiamento das parcerias, bem como nos custos, onde os gastos por aluno em alguns municípios são inferiores aos gastos por aluno da instituição conveniada e em outros casos é nitida a economia dos municípios com os convênios.

No que diz respeito à ação do Ministério Público, Mizuki e Silveira (2009) indicam que ações do mesmo podem influenciar na expansão do atendimento a essa etapa da educação básica em instituições privadas conveniadas, ainda que nos municípios selecionados para pesquisa apenas um indicou ação do MP como justificativa para o convênio.

Já no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, Arelaro (2008) aponta que nas áreas da Saúde, Educação e Assistência, limitar em 60% dos gastos com pessoal significa, principalmente, o “congelamento dessas atividades pelo Estado” (p.54), o que pode explicar a busca de municípios por parcerias para não contrariar a Lei e conseqüentemente não “ser preso e responder por um processo criminal” ou “arcar com pesadas multas financeiras” (p.53).

Em síntese, podemos dizer que as justificativas para opção de parceria pelos municípios se reportaram em sua grande maioria às dificuldades em prover o atendimento à educação infantil, de modo a atender a demanda ou parte dela. Nesse sentido, o poder público local, em algumas municipalidades, argumentou que o conveniamento seria uma alternativa eficaz e eficiente para resolver o aumento da demanda em um intervalo de tempo reduzido e com menor custo. Além disso, alguns municípios destacaram a importância da participação da sociedade civil para a solução de problemas de caráter social como a da demanda na educação infantil, como na categoria a “sociedade desenvolve e o município ajuda para fortalecê-la”.

Como podemos ver várias são as justificativas para o atendimento conveniado, mas nenhuma expressa preocupação com o tipo de atendimento oferecido e a qualidade do mesmo. A principal preocupação é apenas atender a demanda, e não “gastar muito”, o que consideramos uma prática questionável, tendo em vista a importância da creche e pré-escola para o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos. Também reconhecemos a insuficiência dos recursos destinados à educação infantil, e assim como explicita Arelaro (2008), é de se esperar que os municípios busquem alternativas menos dispendiosas para dar conta da grande pressão de demanda da educação infantil, como os convênios. Entretanto, como aponta Domiciano (2009) essa medida

[...] contribui para o avanço da privatização das etapas mais substanciais da educação básica na medida em que viabiliza a transferência de recursos públicos às escolas privadas conveniadas, contribuindo para que o crescimento das matrículas, principalmente nas creches, se generalize na esfera privada, ainda que em muitos municípios estejam ‘camufladas’ como públicas” (p.183).

O que parece uma prática que tende a se generalizar caso não haja mais investimentos em educação.

4.8 Análise das Matrículas após implantação do Fundeb

Os gráficos a seguir foram construídos a partir dos dados de matrículas apresentados no capítulo anterior, considerando para os mesmos os anos de 2007 a 2009.

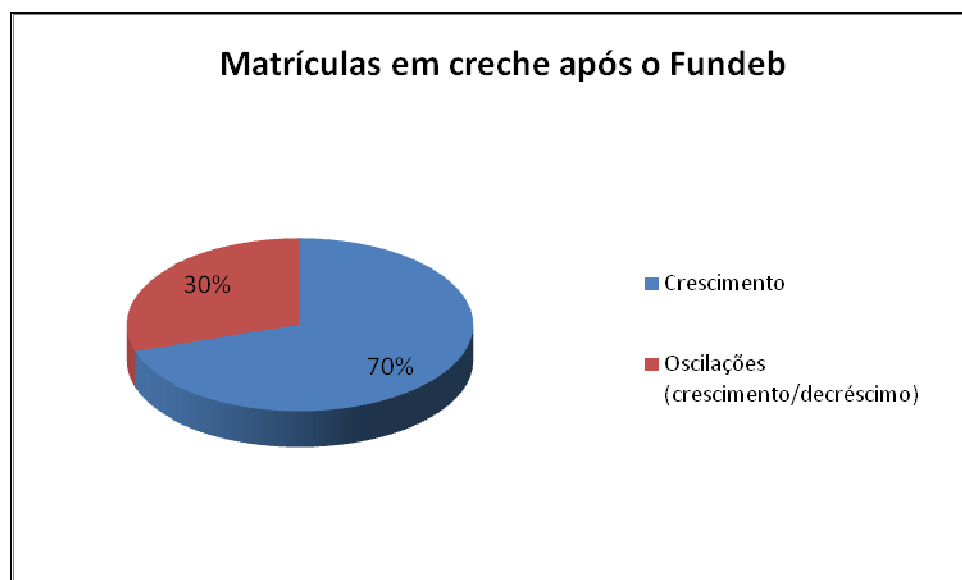


Gráfico 7: Matrículas municipais em creche após o Fundeb

Pelos dados podemos afirmar que após a implantação do Fundeb o número de matrículas municipais em creches tende a aumentar. 70% dos municípios apresentaram crescimento no número de alunos matriculados, sendo essa evolução quantitativa importante para o atendimento na educação infantil. Em 30% dos municípios o número de matrículas apresentou oscilação, isto é, índice de crescimento bastante variável, ora crescendo num ano e declinando no outro, ora o movimento contrário declinando em um ano e crescendo no ano seguinte. Nenhum dos municípios analisados apresentou declínio contínuo durante 2007 a 2009.

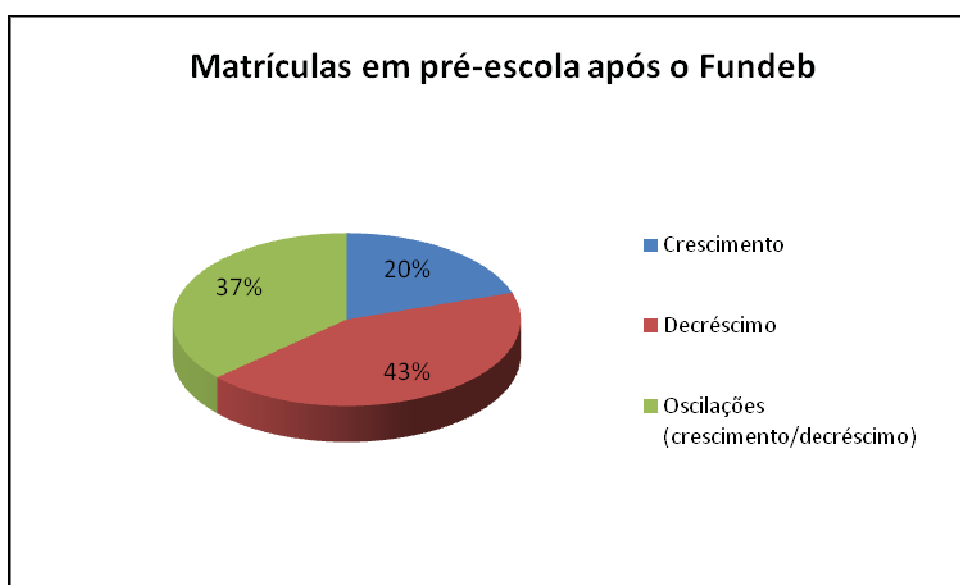


Gráfico 8: Matrículas municipais em pré-escola após o Fundeb

O gráfico 8 mostra que a tendência observada nas matrículas municipais em pré-escola foi de decréscimo, correspondente a 43%. Esse declínio pode ser explicado, talvez, por causa da Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que institui a obrigatoriedade da matrícula no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade. Apenas 20% dos municípios apresentaram crescimento no número de matrículas após a implantação do Fundeb. Em 37% dos municípios houve oscilação no número de matrículas, ora declinando em um ano e recuperando no outro, ora crescendo no primeiro momento e decrescendo no segundo.

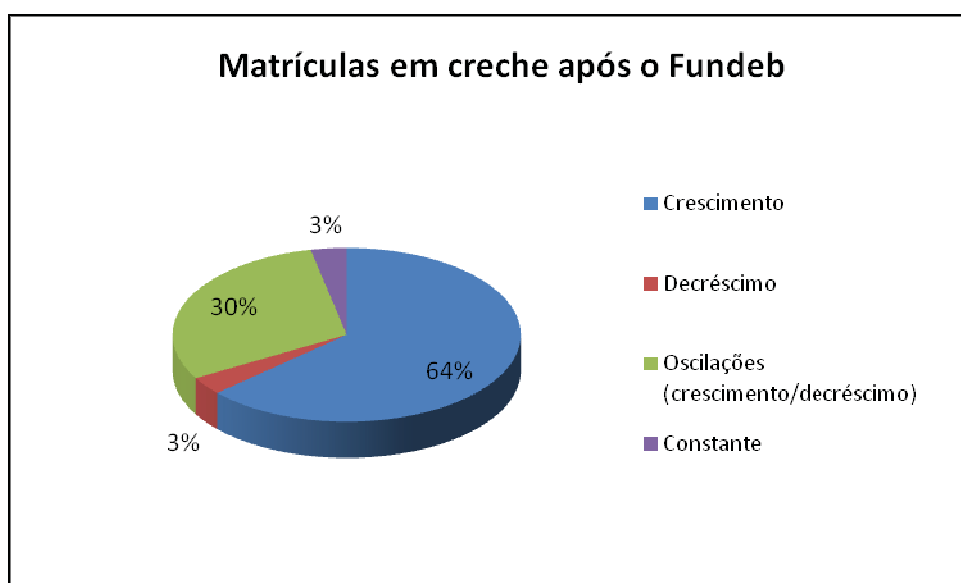


Gráfico 9: Matrículas privadas em creche após o Fundeb

O gráfico 9 nos permite afirmar que na rede privada de ensino após a implantação do Fundeb o número de matrículas em creche tende a aumentar. No período de 2007 a 2009 em 64% dos municípios houve crescimento no número de alunos matriculados, em apenas 3% dos municípios houve declínio, em 3% houve um número constante de matrícula, isto é, não diminuiu nem aumentou no período manteve-se o mesmo número, e em 30% dos municípios houve oscilação, crescendo num ano e declinando no seguinte, ou o contrário, declinando e se recuperando no ano seguinte.

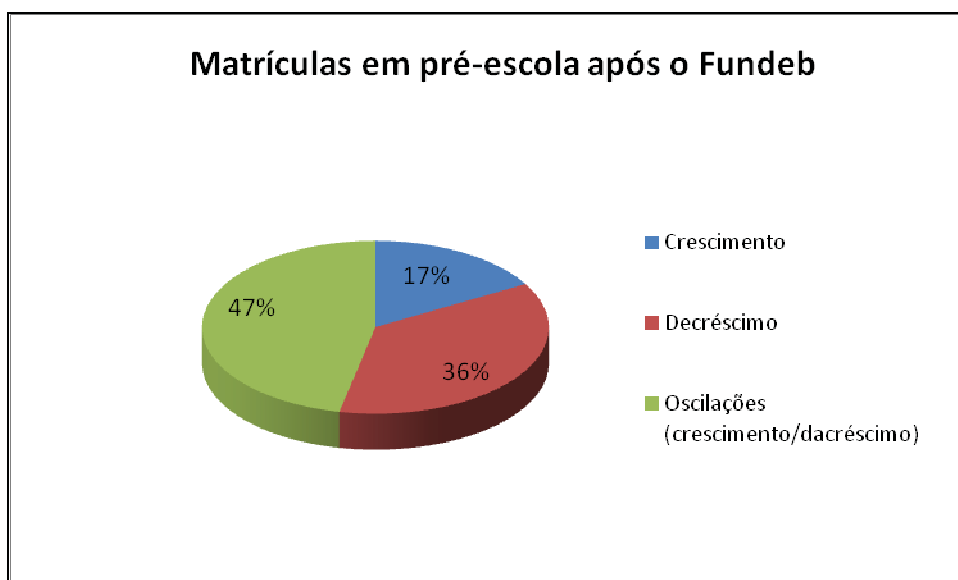


Gráfico 10: Matrículas privadas em pré-escola após o Fundeb

As matrículas em pré-escola da rede privada no período de 2007 a 2009 nos municípios em análise apresentaram grandes oscilações em 46% dos municípios, onde em um ano crescia o número de matriculados e no ano seguinte decrescia, ou o contrário no primeiro momento decrescia e no segundo crescia. Em 37% dos municípios o número de alunos matriculados na pré-escola apresentou declínio em todos os anos do período ora em análise. E em apenas 17% dos municípios as matrículas apresentaram crescimento contínuo.

A tendência observada nas matrículas é de crescimento nas de creche, tanto pública quanto privada e de queda nas matrículas em pré-escola municipal e de oscilações na pré-escola privada com decréscimo em segundo lugar. Campos (2009), analisando dados de matrículas em creche do INEP aponta que “Este crescimento é associado ao Fundeb e a extensão do financiamento público as instituições sem fins lucrativos, desde 2007” (p.8). Adrião e Domiciano (2010), apontam para o crescimento do número de matrículas nas creches privadas.

Segundo Adrião e Domiciano (2010), a partir de 2007 observa-se “alterações substanciais no padrão de oferta da educação infantil” (p.2). As autoras apontam que entre 2007 e 2009 há uma queda no número de matrículas em pré-escola pública, tanto no Estado de São Paulo quanto no Brasil, que conforme já explicitamos decorre da transferência das crianças de seis anos para o ensino fundamental. Elas destacam a “explosão” de matrículas nas creches e pré-escolas privadas no primeiro ano do Fundeb, para as mesmas “Ainda que seja positivo o aumento no atendimento à oferta, foram vagas privadas que mais cresceram na comparação com as vagas públicas nesse período, tendência reforçada pelo crescimento no

número de estabelecimentos de ensino dessa natureza”. (p.7), sendo inegável que o dinheiro público do fundo, tem se direcionado aos estabelecimentos privados.

Ainda no que se refere às implicações do Fundeb sobre as matrículas temos: em 17 municípios o crescimento do número de matrículas em creche foi superior ao crescimento da rede privada, em 9 municípios o crescimento do número de matrículas em creche privada foi superior ao crescimento municipal. Nos demais municípios não é possível observar crescimento de uma rede em relação à outra, tendo em vista a grande oscilação ou queda durante o período. Em 5 municípios o crescimento do número de matrículas municipais nas pré-escolas é superior ao da rede privada, e em 4 municípios o crescimento privado de matrículas em pré-escola é superior ao da rede municipal, nos demais municípios não observa-se crescimento nem de uma ou outra rede mas sim oscilações e declínio.

Outro dado importante diz respeito às matrículas conveniadas, observa-se que em alguns municípios não aparecem as matrículas ou não dá para saber onde estão sendo contabilizadas, pois as matrículas são mínimas e o número de instituições conveniadas consideráveis. Adrião, Garcia, Borghi e Arelaro (2009) apontam a multiplicidade de formas de contagem das matrículas conveniadas, como privadas, como públicas e às vezes as mesmas nem são contabilizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros anos do Brasil pouco se fazia pela infância, em um segundo momento as ações desenvolvidas em torno da infância deram-se por grupos particulares, assumindo caráter higienista, faltando interesse da Administração Pública pelas condições da criança, em especial da criança pobre. Portanto, as instituições de atendimento à criança pequena, de um modo geral, tiveram seu início marcado pela idéia de assistência e amparo, sendo as mesmas marcadas por condições precárias de atendimento.

O atendimento em creches no Brasil se estabeleceu em instituições comunitárias, filantrópicas, e confessionais. Iniciativas das próprias comunidades para o atendimento de suas necessidades. Sendo a origem social, e não institucional, das instituições que inspirou objetivos educacionais diferentes, em certos casos o projeto educacional era voltado para a submissão em outros para formação da elite nacional.

Durante as décadas de 1920 e 1930 as iniciativas voltadas para as crianças pequenas continuavam a ter caráter médico, no período do Estado Novo foi acrescido de caráter assistencial. A partir da década de 1960 o Estado começa a se manifestar quanto ao atendimento das crianças pequenas, onde a pré-escola era apresentada como solução para o fracasso escolar. Em 1976, foi implantado o Projeto Casulo, programa de educação pré-escolar de massa, tendo grande expansão durante a década de 1980, sendo operacionalizado por meio de convênios com as prefeituras e instituições privadas, modelo esse de baixo custo e empobrecido.

A partir da década de 1970 observou-se a expansão da oferta de educação infantil, em função da pressão da demanda, da luta feminista, da luta contra a ditadura, de estudos e pesquisas sobre a infância. Nas últimas décadas podemos acrescentar a esse processo de expansão a urbanização, a industrialização, a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Até a CF/88 o atendimento a criança menor de sete anos teve caráter exclusivamente assistencial, não sendo concebido como atividade de natureza educacional. Com a aprovação da Constituição, a educação infantil (considerando a creche e a pré-escola) ganhou maior visibilidade, sendo reconhecida como direito da criança, opção da família e dever do Estado, sendo esta situação reafirmada pelo ECA.

Em 1996 foi aprovada a LDB, onde reconheceu-se a educação infantil como primeira etapa da educação básica, sendo a mesma dividida em creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos. Outra medida da LDB em relação à educação infantil foi o estabelecimento de que as creches fossem integradas aos sistemas de ensino. A partir de então ficou-se mais evidente a responsabilidade do setor público com o atendimento dessa faixa etária. Quanto à integração das creches ao sistema de ensino, observou-se que nos municípios analisados 97% dos municípios têm as creches integradas aos sistemas de ensino, mas após dez anos do prazo dado pela LDB/96 para integração encontramos município em que as creches estão sob responsabilidade da área de assistência social.

No campo legal várias legislações vêm trazendo modificações para educação infantil, como a Lei nº 11.114/2005 que institui a matrícula no ensino fundamental aos 6 anos, e a Lei nº 11.274/2006 que institui o ensino fundamental obrigatório de nove anos. E mais recentemente a EC nº59/2009 que prescreve a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos.

No que se refere ao financiamento da educação infantil, até a CF/88 ela era considerada como amparo e não como direito, não sendo contemplada pelo financiamento educacional. Sendo as instituições de atendimento à criança pequena das camadas populares, marcadas pela precariedade de infra-estrutura, de pessoal, de condições de trabalho e de atendimento, como caso das instituições conveniadas. Dessa forma grande parte do atendimento às crianças de 0 a 6 anos consolidou-se por meio de convênios entre os inúmeros órgão públicos responsáveis pelo repasse de recursos e estabelecimentos privados filantrópicos, comunitários e/ ou confessionais.(CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001).

Em 1996 foi criado o Fundef, fundo que valorizou o ensino fundamental impedindo a utilização dos recursos vinculados constitucionalmente para a manutenção e desenvolvimento do ensino em outras etapas de ensino. Dessa forma os municípios precisaram reduzir os gastos que vinha realizando com educação infantil, o que significou um grande prejuízo a essa etapa de ensino.

É a partir desse período também que há uma expansão das parcerias/convênios entre o setor público e a iniciativa privada para oferta de vagas na educação infantil. No caso dos municípios paulistas grandes aqui estudados, o ano de início de 56% dos convênios coincide com o período do Fundef (1997-2006), não podemos negar a existência de convênios em período anterior ao fundo, entretanto durante a existência dos mesmo a adoção de convênios foi significativo.

No ano de 2006, com o término do prazo de validade do Fundef, foi aprovada a EC nº 53 que criou o Fundeb, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007. Fundo este que abrange toda educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio. Para a educação infantil, a inclusão nesse fundo significou um avanço, mas os recursos vem mostrando-se insuficientes e a prática de convênios mantém-se firme. Nos municípios analisados 17% tiveram os convênios firmados a partir de regulamentação do fundo, outro ponto que não podemos deixar de mencionar é que o próprio Fundeb autoriza a inclusão, no cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil dos municípios, oferecidas em creches para crianças até 3 anos de idade, as realizadas pelas instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, desde que conveniadas com o Poder Público.

Um dos objetivos deste trabalho era identificar e analisar os diferentes arranjos institucionais firmados entre o Poder Público Municipal e instituições privadas para oferta educacional, o mesmo foi atingindo, pois os dados apontaram que em 80% dos municípios as instituições conveniadas com o poder público são sem fins lucrativos, para além destes tradicionais convênios com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais, em 20% dos municípios o convênio também ocorre com instituições privadas em sentido estrito, sendo que destes 20%, 3% ou seja, em um município só há convênio com instituições privadas *stricto sensu*.

Outro dado que aponta para a constituição de novos arranjos entre o poder público e instituições privadas é o fato de que as parcerias com instituições privadas *stricto sensu* são mais atuais, iniciadas a partir de 2001, que é o caso de Piracicaba, 2005 em Hortolândia, 2007 em Sumaré e Limeira e 2009 em Araras, o que indica que essa nova forma vêm se consolidando, distinguindo-se dos tradicionais convênios instituídos na educação infantil, constituindo-se uma nova política de conveniamento, acentuando o caráter privatizante.

Uma das tendências observadas na pesquisa no que diz respeito ao formato do subsídio é que o valor *per capita* mensal se apresenta em 80% dos municípios, sendo que em 50% dos municípios repassam às instituições conveniadas apenas o valor *per capita*, e somados a esses, mais 30% dos municípios repassam um valor *per capita* mais algum outro tipo de benefício às instituições conveniadas. Quanto aos valores *per capita* repassados as instituições conveniadas, observa-se uma grande diferenciação, com valores que variam de um município para outro em uma faixa entre R\$80,00 e R\$355,00. O mesmo se verifica no trabalho de Adrião, Garcia, Borghi e Arelaro (2009) que apontam para diferenciações nos custos, onde os gastos por aluno em alguns municípios é inferior aos gastos por aluno da

instituição conveniada e em outros casos é nítida a economia dos municípios com os convênios.

Ainda no que diz respeito aos recursos, observa-se que os municípios têm buscado “alternativas” para poderem conveniar-se com instituições privadas *stricto sensu*, já que como apontou Domiciano (2009) essa não é uma prática reconhecida legalmente pelas legislações brasileiras. O município de Limeira “optou” pelo Termo de Concessão no lugar do Termo de Convênio como explicação para repassar recursos públicos às instituições privadas com fins lucrativos. No município de Piracicaba, conforme Domiciano (2009), a partir de 2006 as matrículas privadas conveniadas passaram a ser contabilizadas como públicas, para entrarem na contabilização do Fundeb. No município de Hortolândia as matrículas conveniadas não aparecem formalmente na rede privada, sendo que essas matrículas não constavam nos dados oficiais do município, pois a maioria de escolas privadas de educação infantil funcionava irregularmente.

Em relação às justificativas para opção pelo atendimento conveniado, os gestores apresentam mais de uma justificativa, como apontamos no capítulo 3 as justificativas para opção de parceria pelos municípios se reportaram em sua grande maioria às dificuldades que os municípios tem em prover o atendimento à educação infantil, de modo a atender a demanda ou parte dela. Dessa forma, o poder público local em algumas municipalidades, argumentou que o conveniamento é uma alternativa eficaz e eficiente para sanar o problema do aumento da demanda em um intervalo de tempo reduzido e com menor custo. Outro dado relevante no que diz respeito à opção pelo atendimento conveniado foi afirmado no município de Franca: “a política do município para o atendimento educacional na educação infantil é a parceria/conveniamento”, no município de Atibaia o convênio é apresentado “como a busca de um novo modelo de atendimento à infância”, sendo visível, portanto, a construção de uma nova política de conveniamento sistemática.

O MEC recentemente (2009) disponibilizou um documento que traz orientações sobre convênios entre as SME e instituições sem fins lucrativos, segundo o documento, o conveniamento com instituições privadas sem fins lucrativos é uma estratégia do Estado brasileiro para garantir a oferta, não sendo um estímulo ao conveniamento, mas uma forma de qualificá-la, entretanto, com já salientamos anteriormente não são só as instituições sem fins lucrativos que tem se beneficiado dessa política, as privadas com fins lucrativos tem sido incluídas na mesma ora contabilizando as matrículas conveniadas como públicas, ora adotando instrumentos legais que não o convênio para conseguir os recursos, mesmo não sendo esta prática legal.

Quanto às implicações do Fundeb na *performance* das matrículas na educação infantil, temos: após a implantação do Fundeb as matrículas municipais em creches nos municípios aqui analisados apresentaram crescimento, não havendo declínio contínuo nesse período, as matrículas privadas em creche após implantação do fundo também aumentaram. Esse dado aponta a importância das creches terem sido incluídas no fundo. Quanto às matrículas municipais em pré-escola, após o Fundeb apresentaram queda, na rede privada as matrículas em pré-escola após o Fundeb foi marcada por variações e por declínio, uma parte desta queda no número de matriculados na pré-escola pode ser explicado pela Lei nº 11.114/2005 que instituiu a obrigatoriedade da matrícula no ensino fundamental aos seis anos.

Todos os dados apresentados parecem indicar que a política de conveniamento vem se consolidando na educação infantil, tendo o Fundef e o Fundeb – modelos de financiamento da educação no país em que o repasse de recursos está diretamente relacionado ao número de alunos matrículas nas redes públicas de ensino – uma relação direta com essa prática, ainda que o Fundeb tenha representado um avanço quanto ao Fundef por abarcar toda educação básica, apresentou um “duro golpe” para a educação, no que diz respeito a que recursos públicos sejam investidos em instituições privadas (PINTO, 2007).

A publicação do MEC do documento de orientações sobre convênios indica uma confirmação dessa prática, ainda que oficialmente essa não seja a declaração. É importante apontarmos que no texto da Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada no final de março e início de abril de 2010, em relação à educação infantil ficou definido que “[...] em respeito ao princípio do recurso público para a escola pública, o número de matrículas em creches conveniadas deve ser congelado em 2014, e essa modalidade de parceria deve ser extinta até 2018, tendo que ser obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública.” (BRASIL, 2010, p.113). Para tanto, se faz necessário, como bem aponta o documento da Conae:

a) A consolidação de políticas, diretrizes e ações destinadas à ampliação do acesso à **educação infantil**, visando à garantia do direito à educação de qualidade às crianças de 0 a 5 anos de idade. Isto porque, considerando a extensão do mecanismo da obrigatoriedade a partir dos quatro anos, o Brasil não pode correr o risco de deixar de priorizar o aumento de matrículas na etapa da creche em favor da expansão das matrículas na pré-escola. A educação infantil não pode ser cindida. Para tanto, será necessária uma coordenação efetiva e atuante dos órgãos da União, estados, Distrito Federal e municípios, com a ampliação, apoio e otimização dos processos de organização, gestão e universalização gradativa dessa etapa da educação básica; a realização do censo da educação infantil, garantindo que todas as instituições de educação infantil, públicas e privadas sejam incluídas no Censo Escolar e em outros levantamentos de informações educacionais; a garantia de que o atendimento das crianças seja feito exclusivamente por profissionais devidamente habilitados/as, conforme a legislação vigente; o debate, o repensar, a revisão e a modificação, de

modo integrado, de todo o currículo das primeiras etapas da educação básica, em decorrência do ingresso aos seis anos no ensino fundamental, tornado obrigatório; a discussão e proposição de diretrizes para as políticas de convênios com entidades privadas, de tal forma que o MEC assuma a coordenação dessa discussão; a ampliação da oferta de educação infantil pelo poder público, extinguindo progressivamente o atendimento por meio de instituições conveniadas. (p.68)

Tendo em vista a importância da educação infantil e a grande demanda por essa etapa, consideramos o prescrito no documento da Conae uma das melhores alternativas para dar conta dessa faixa de atendimento, sendo importantes ainda contínuas pesquisas em relação à essa problemática que nos foi colocada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T. **Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica**: Análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo. Projeto de pesquisa. Fapesp, 2007.

ADRIÃO, T.; BORGHI, R. Parcerias entre prefeituras e esfera privada: Estratégias privatizantes para a educação pública em São Paulo? In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **Público e privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã Editora, 2008. p. 99-110.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. **Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica**: Análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo. Relatório de pesquisa. Fapesp, 2009.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. Atendimento à educação infantil em São Paulo: abordando o subsídio público ao setor privado. In: CONGRESSO IBERO-BRASILEIRO DE POLÍTICA Y ADMINISTRACIÓN DE LA EDUCACIÓN, 1.; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4.; IV CONGRESSO DO FÓRUM PORTUGUÊS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL, 4., 2010, Elvas, Cáceres e Mérida. Anais Emergência de políticas e práticas de gestão local, regional e nacional... Portugal, 2010.

ARELARO, L. R. G. A Municipalização do Ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: Vários Autores. (Org.). **Municipalização do Ensino no Brasil - Algumas Leituras**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, v. 1, p. 61-89.

ARELARO, L. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **Público e Privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p. 51-66.

BARRETO, A. M. R. F. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: MEC/SEF/DPEF/COEDI. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília, v.2, mai. 1998, p.23-33.

BARRETO, A. M. R. F. A educação infantil no contexto das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, p.53-65, set./out./nov./dez, 2003.

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga**: estratégias para a oferta do ensino? 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

BORGHI, R. **A municipalização do ensino fundamental em processo**: um estudo de caso em três municípios do interior paulista. Dissertação de Mestrado. UNESP: Araraquara, 2000.

BORGHI, R. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e a municipalização do ensino fundamental. **De Littera et Scientia**, Jaboticabal, v.5, n.1, p.1-7, out, 2002.

BORGHI, R. **Oferta Educacional nas creches**: Arranjos Institucionais entre o Público e o Privado. Projeto de Pesquisa. 2009.

BORGHI, R.; ADRIÃO, T.; ARELARO, L. **A relação público-privada na oferta da educação infantil**: continuidades e rupturas. In: XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009, Vitória. Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação. Vitória. Porto Alegre: Anpae, 2009. v. 08. p. 1-19.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm> Acesso em 09 de março de 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm> Acesso em 05 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 05 de dezembro de 2009.

BRASIL. Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.114**, de 06/11/2005. Altera os artigos 6, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.274**, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em 06 de agosto de 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <<http://abrelivros.publier.com.br/abrelivros/dados/anexos/4235.pdf>> Acesso em 05 de outubro de 2009.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal de 04/05/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em 06 de agosto de 2010.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm> Acesso em: 06 de agosto de 2010.

BRASIL. MEC/SEB. **Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. MEC. **Conferência Nacional de Educação: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL, **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Developmento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm> Acesso em 08 de setembro de 2010.

BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm> Acesso em 08 de setembro de 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 42(2): 391-410, mar./abr. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 34(4): 55-72, jul. 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO. **Legislação municipal**. Disponível em: <<http://ceaam.net/cbt/legislacao/>> Acesso em 16 de março de 2010.

CAMPOS, M. M. As organizações não-governamentais e a educação pré-escolar. **Cadernos de Pesquisa**: São Paulo, n.67, p. 17-22, nov. 1988.

CAMPOS, M.M. A Regulamentação da Educação Infantil. In: MEC/SEF/DPEF/COEDI. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília, v.2, mai. 1998, p. 35-63. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me002449.pdf>> Acesso em 05 de outubro de 2009.

CAMPOS, M. M. Prefácio. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org). **Educação Infantil pós- LDB: rumos e defios**. Campinas: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo).

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 3ed. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 2001.

CAMPOS, R. F. A Educação Infantil no contexto pós-reforma: institucionalização e regulação no Brasil e Argentina. In: 32ª. Reunião Anual da ANPED: Sociedade, cultura e educação: novas regulações, 2009, Caxambu - MG. Anais da 32ª. Reunião Anual da ANPED: Sociedade, cultura e educação: novas regulações, 2009. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT07-5895--Int.pdf>> Acesso em:

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J. e WIGGERS, V. A Qualidade da Educação Infantil Brasileira: Alguns Resultados de Pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n. 127, jan./abr. 2006, p. 87-128.

CORREA, B. C. A educação infantil. In: OLIVEIRA, R. P; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 13-30.

COSTA, M. Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal? In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org). **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 13-30.

COSSE, G. Voucher educacional: nova e discutível panacéia para a América Latina. **Cadernos de Pesquisa**. n.118, p.207-246, março, 2003.

CRUZ, S. H. V. . A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 48-60, 2001.

CURY, C. R. J. A educação infantil como direito. In: MEC/SEF/DPEF/COEDI. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília, v.2, mai. 1998, p.9-15.

DAVID, D. L. Formatos de financiamento da educação pública obrigatória em vigência no Brasil, Chile e Venezuela. 2008. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

DAVIES, N. O financiamento público às escolas privadas. **Universidade e Sociedade** (Brasília), Brasília - DF, v. 27, p. 74-91, 2002.

DI PIETRO, M. S. Reflexões sobre as parcerias público-privadas. **Jornal Carta Forense**. Set. 2005 Disponível em< <http://www.azevedosette.com.br/ppp/artigos/reflexoes.html>> Acesso em 05 de outubro de 2009.

DOMICIANO, C. A.; ADRIÃO, T. Uma análise do programa Bolsa creche no município de Piracicaba. Educação. **Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 13, p. 97-110, 2005.

DOMICIANO, C. A. **O Programa 'Bolsa Creche' nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia**: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada? 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

FARIA, A. L. G. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org). **Educação Infantil pós-LDB**: rumos e defios. Campinas: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo). p.67-97.

FULLGRAF, J. B. G. O lugar da educação infantil na sociedade contemporânea. **Ciênc. let.**, Porto Alegre, n. 43, p. 25-40, jan./jun. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado de São Paulo. **Conheça SP**. Disponível em:< <http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/>> Acesso em 02 de março de 2010.

GREPPE. **Banco de Dados do Greppe**. Disponível em: < <http://www.rc.unesp.br/ib/educacao/greppe/>> Acesso em 09 de dezembro de 2009.

GUIMARÃES, J. L.; PINTO, J. M. R. A Demanda pela Educação Infantil e os Recursos Disponíveis para seu Financiamento. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, p. 92-105, dez. 2001.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>

INEP. **EDUDATABRASIL - Sistema de Estatísticas Educacionais**. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>

INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/matricula/default.asp>>

JESUS, W. F. O financiamento da educação infantil não é brincadeira de criança: Entre a ausência no Fundef e a insuficiência do Fundeb?. **Iter-Ação: Revista da Faculdade de Educação**. UFG, 33(2), p. 281-296, jul./dez. 2008.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção biblioteca de educação. Série 1. Escola; v.3).

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil é/e Fundamental. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006

KUHLMANN JR., M. Educação Infantil e currículo. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org). **Educação Infantil pós- LDB: rumos e defios**. Campinas: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo). p.51-65.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MIZUKI, V; SILVEIRA, A. A. D. **Parcerias entre os municípios paulistas e a esfera privada para a oferta de vagas na educação infantil: influência da atuação do Ministério Público local?**. In: XXIV Simpósio Brasileiro III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação. Niterói-Vitória: ANPAE; UFES/PPGE, 2009.

NASCIMENTO, M. E. P. Os profissionais da educação infantil e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org). **Educação Infantil pós- LDB: rumos e defios**. Campinas: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo). p.99-112.

OLIVEIRA, J. S. Fundef e Fundeb: Ampliação da oferta de vagas na educação infantil via parcerias/convênios? In: INTERCÂMBIO “FEDERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 2010, Curitiba. Anais... Paraná: UFPR, 2010.

OLIVEIRA, R. P. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org). **Gestão, financiamento e direito a educação**. 3ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 83-122.

PALHARES, M.S.; MARTINEZ, C. M. S. A Educação Infantil: uma questão para o debate. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org). **Educação Infantil pós- LDB: rumos e defios**. Campinas: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo). p.6-18.

PERONI, V. M. V. As parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 4, nº7 p. 139-160, 2009. Disponível em:

<http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq7/9_as_parcerias_publico_cp7.pdf>

Acesso em: 28 de agosto de 2010.

PINTO, J. M. R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.28, n.100-Especial, p.877-897, out. 2007.

PINTO, J. M. R. Financiamento da educação no Brasil: Um balanço do governo FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, p.108-135, set, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. **Educação: EMI's e EMEI's**. Disponível em:< http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/pagina.php?pagina_id=1483> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE AMERICANA. Secretaria Municipal de Educação de Americana. Disponível

em:<http://devel.americana.sp.gov.br/americanaV5/americanaEsmv5_Index.php?sec=4>

Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE ARAÇATUBA. Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba. Disponível em: <<http://www.aracatuba.sp.gov.br/Secretarias/Educacao/index.asp>> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE CUBATÃO. Secretária Municipal de Educação Cubatão. Disponível em: <http://www.cubatao.sp.gov.br/publico/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=9> Acesso em 05 de março de 2010

PREFEITURA DE DIADEMA. Secretaria Municipal de Educação de Diadema. **Programa Creche lugar de Criança**. Disponível em:

<<http://www.educacao.diadema.sp.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?service=PaginaItemMenuConteudoDelegate&actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=2086&contexto=siteSME>> Acesso: 24 de março de 2010.

PREFEITURA DE EMBU. Secretaria Municipal de Educação de Embu. **Atribuições**. Disponível em: <<http://www.embu.sp.gov.br/e-gov/secretaria/educacao/?ver=313>> Acesso em 24 de março de 2010.

PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS. Secretaria Municipal de Educação de Ferraz de Vasconcelos. Disponível em: <<http://www.ferrazdevasconcelos.sp.gov.br/secretarias06.php>> Acesso em 16 de março de 2010

PREFEITURA DE GUARUJÁ. Secretária Municipal de Educação Guarujá. Disponível em: <<http://www.guaruja.sp.gov.br/site/asp/Secretarias.aspx?g=294>> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE ITAPECERICA DA SERRA. Secretaria Municipal de Educação de Itapecerica da Serra. Disponível em: <http://www.itapecerica.sp.gov.br/secretarias.php?url=sec_educacao.php> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE JACAREÍ. Secretaria Municipal de Educação de Jacareí. Disponível em: <http://200.168.191.134/novo/index.php?sitesig=PMJ&page=PMJ_0040_SECRETARIAS&subpage=PMJ_0052_EDUCA_CCC_AOAO> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE JUNDIAÍ. Secretaria Municipal de Educação de Jundiaí. Disponível em: <http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/portal.nsf/V03.02/sme_institucional_apresentacao?>> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/secretaria.asp?cod=8>> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL. Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul. Disponível em: <http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/pagina.php?subcategoria_id=34> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. Secretaria Municipal de Educação de São Carlos. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/a-secretaria.html>> Acesso em 05 de março de 2010.

PREFEITURA DE SUZANO. Secretaria Municipal de Educação de Suzano. Disponível em: <http://www.suzano.sp.gov.br/CN01/FIX_det.asp?id=8> Acesso em 05 de março de 2010.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de.(org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p.141-161.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php> >

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOGI DAS CRUZES. Disponível em: <<http://www.sme.site.br.com/>> Acesso em 05 de março de 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE. Disponível em: <http://www.educacaoaovicante.sp.gov.br/institucional/his_secret.asp> Acesso em 05 de março de 2010.

SILVEIRA, A. D. Algumas considerações sobre as normas do processo de licitação pública, contratos e convênios no estabelecimento de parcerias educacionais entre a administração pública e a esfera privada. **Educação: Teoria e Prática** - v. 19, n.32, p.143-159. jan./jun. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE FRANCISCO MORATO. Disponível em: <<http://secfm.webs.com/misso.htm>> Acesso em 24 de março de 2010.

SUSIN, M.O.K. O estatal e o público não-estatal: onde está a educação infantil comunitária em Porto Alegre? In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008. p.67-77.

Jaqueline dos Santos Oliveira

Prof^a Dr^a Raquel Fontes Borghi
Orientadora